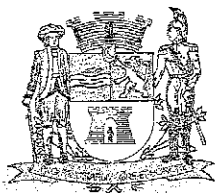


PROPOSTAS: Até as 23:59 h de 11/12/2009.
 LANCES: As 11:00 h do dia 15/12/2009.
 Informações sobre a licitação poderão ser obtidas na Divisão de Compras e Licitações situada na Rua Aparício Lorena nº 120 – Jardim Liberdade – Jacaré – SP – telefone 12-3954-0200 – Ramal 252, 3954-0202/0203.
 Edital disponível no site www.caixa.gov.br
 Jacaré, 23 de novembro de 2009
Engº Antonio Fernando Batista - Presidente do SAAE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACARÉ – SAAE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2009
 OBJETO= Registro de preços para aquisição de cartuchos de toner.
 CREDENCIAMENTO: Até as 23:30 h de 11/12/2009.
 PROPOSTAS: Até as 23:59 h de 11/12/2009.
 LANCES: As 14:00 h do dia 15/12/2009.
 Informações sobre a licitação poderão ser obtidas na Divisão de Compras e Licitações situada na Rua Aparício Lorena nº 120 – Jardim Liberdade – Jacaré – SP – telefone 12-3954-0200 – Ramal 252, 3954-0202/0203.
 Edital disponível no site www.caixa.gov.br
 Jacaré, 23 de novembro de 2009
Engº Antonio Fernando Batista - Presidente do SAAE



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

Palácio da Liberdade

DECRETO LEGISLATIVO Nº 298/2009

Institui a Sessão Solene de "HOMENAGEM AOS DESBRAVADORES LUZEIROS DO VALE" e a inclui no calendário anual de homenagens da Câmara Municipal de Jacaré, alterando o Decreto Legislativo nº 259/2006, de 05 de julho de 2006.
 A CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ APROVA E O SEU PRESIDENTE, VEREADOR DIOBEL DE LIMA FERNANDES, PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:
Art. 1º Fica instituída na Câmara Municipal de Jacaré a Sessão Solene de "HOMENAGEM AOS DESBRAVADORES LUZEIROS DO VALE".
§ 1º A Sessão Solene de que trata este artigo será realizada na quinta-feira que antecede o 4º sábado do mês de abril de cada ano.
§ 2º Caso o dia estipulado no parágrafo anterior coincida com o de Sessão Ordinária desta Casa ou feriado, a solenidade será antecipada para o dia útil imediatamente anterior ao inicialmente designado.
Art. 2º O artigo 2º do Decreto Legislativo nº 259/2006, de 05 de julho de 2006, passará a vigorar acrescido da "HOMENAGEM AOS DESBRAVADORES LUZEIROS DO VALE", antecedendo a "Homenagem ao Trabalhador", com a seguinte redação:
 "Art. 2º

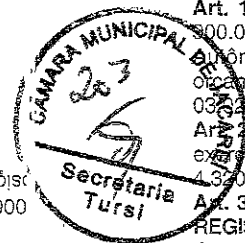
HOMENAGEM AOS DESBRAVADORES LUZEIROS DO VALE

DIOBEL
 atribuição
 RESOLV
Art. 1.º
 de 7 de
 licença p
 NASCIM
 de Jacar
Art. 2.º
 para o ci
Art. 3.º
 AFIXE-SI
 Câmara
 DIOBEL

CITAÇÃO
 Na forma
 que disp
 MARCO
 prazo de
 sua defe
 que rece
 Paulo.
 Comunic
 e todas
 Informa-
 de Const
 apreciaç
 oral, pes
 A Câmar
 o Proces
 das Con
 integram
 Comunic
 do artigo
 Egrégio
 Municipa
 desta Câ
 para o c
 oportuni
 pessoal
 defesa d
 Câmara
 DIOBEL

COMUN
 Com o o
 Senhor M
 no incise
 dispõe e

as
 00'000
 ra por
 00'000
 tação
 arvio
 a RS
 ridas

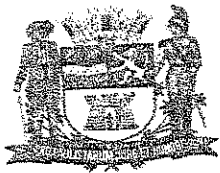


por Lei é especificamente p
DECRETA
Art. 1º Fica autorizada a a
 900.000,00 (Novecentos mi
 Autônomo de Água e Esg
 orçamentária:
 03.54.0117.512.0046.1194.
Art. 2º A despesa de que
 exercício anterior, conforme
 4.350, de 17 de março de 1
Art. 3º Este Decreto entra
REGISTRE-SE E PUBLIQUE
 Gabinete do Prefeito, 1º de
HAMILTON RIBEIRO MOT
Prefeito do Município de
ANTONIO FERNANDO BAT
Presidente do SAAE

DECRETO Nº 394, DE 01 DE
Dispõe sobre a prorrogação
O PREFEITO DO MUNIC
 conferidas por Lei,
CONSIDERANDO a Lei nº
 de maio de 2008, que Instit
CONSIDERANDO o dispos
 Decreto nº 1080, de 29 de m
 2007, alterada pela Lei nº 5
CONSIDERANDO que est
 Suzana de Castro Ramos,
 acomodar,
DECRETA
Art. 1º Fica prorrogado o
 termos dos incisos II e IV
 mediante pagamento, dur
 (quatrocentos e oitenta re
 setecentos e sessenta real
Art. 2º O auxílio-alugue
 pagamento de aluguel de li
Art. 3º A beneficiária menc
 do auxílio recebido, na form
Art. 4º Este Decreto entra
REGISTRE-SE E PUBLIQUE
 Gabinete do Prefeito, 01 de
HAMILTON RIBEIRO MOT
Prefeito do Município d
JOSÉ LUIZ GONÇALVES
Presidente da Fundaçã

DECRETO Nº 395, DE 01 D
Dispõe sobre a prorrogação
O PREFEITO DO MUNICÍP
 por Lei,
CONSIDERANDO a Lei nº
 de maio de 2008, que Instit
CONSIDERANDO, o disp
 Decreto nº 1.080, de 29 de
 de 2007, alterada pela Lei
CONSIDERANDO ainda a
 a prorrogar, por até 12
 beneficiários do Programa
CONSIDERANDO que este
 nº 42, bairro Vila Garcia e
DECRETA
Art. 1º Fica prorrogado a
 7, nos termos dos incisos II
 mediante pagamento, dur
 (duzentos reais) mensais,
 reais), a partir do mês de j
Art. 2º O auxílio-alugue
 pagamento de aluguel de
Art. 3º A beneficiária men
 do auxílio recebido, na form
Art. 4º Este Decreto entr
REGISTRE-SE E PUBLIQUE
 Gabinete do Prefeito, 1º de
HAMILTON RIBEIRO MOT
Prefeito do Município c
JOSÉ LUIZ GONÇALVES
Presidente da Fundaçã

DECRETO Nº 396, DE 01 E
Dispõe sobre a prorrogação
O PREFEITO DO MUNICÍP
 por Lei,
CONSIDERANDO a Lei nº
 de maio de 2008, que Inst
CONSIDERANDO o disp



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



11 de dezembro 2009.

ASSUNTO: **ORDEM DO DIA**
SESSÃO: **ORDINÁRIA**
DIA: **15 DE DEZEMBRO (TERÇA - FEIRA)**
HORÁRIO: **17 HORAS**

Nobre Vereador,

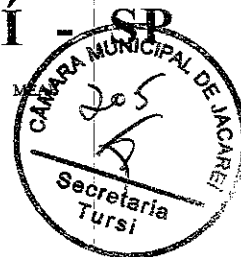
Em atendimento à determinação legal vigente, temos a honrosa satisfação de encaminhar a Vossa Senhoria a **ORDEM DO DIA** definida e organizada pela Presidência desta Casa, na forma das disposições aplicáveis do Regimento Interno, para a próxima **SESSÃO ORDINÁRIA**, que será realizada dia 15 de dezembro de 2009 (terça-feira) às 17 horas.

- 1º) – DISCUSSÃO ÚNICA DO PROCESSO Nº 182, DE 17 DE OUTUBRO DE 2005 – **PARECER DE AUTORIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, REFERENTE ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2001 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.**
- 2º) – SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROCESSO Nº 153, DE 19 DE OUTUBRO DE 2009 – **PROJETO DE LEI, DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL HAMILTON RIBEIRO MOTA – DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, PARA O PERÍODO DE 2010/2013.**
- 3º) – SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROCESSO Nº 156, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009 – **PROJETO DE LEI, DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL HAMILTON RIBEIRO MOTA – ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ORÇAMENTO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2010.**



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



Damos ciência finalmente que, de acordo com a Resolução nº 642/05, encontra-se à disposição na Secretaria da Câmara a ata da seguinte sessão:

56ª (QUINQUAGÉSIMA SEXTA) Sessão Ordinária, realizada dia 03 de novembro de 2009, às 17 horas.

Sem outro particular, contando com o indispensável comparecimento de Vossa Senhoria, subscrevemo-nos registrando os protestos de perfeita estima e distinta consideração.

Atenciosamente

JOÃO ANTONIO GRECCO

Diretor

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
José Carlos de Faria
Assessor de Gabinete
14/12/09


SILVEIRA,
ANDRADE
ADVOCADOS

Hélio Freitas de Carvalho da Silveira
Marcelo Santiago de Pádua Andrade
Fernando Gaspar Neisser
Ademar Aparecido da Costa Filho
Leandro Petrin
Caio Costa e Paula



Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara Municipal de Jacareí - DIOBEL DE LIMA
FERNANDES

Ao Juizado
para o pequeno
14/12/09

PROTOCOLO GERAL
Nº <u>2066/14/12/2009</u>
CÂMARA MUNICIPAL
JACAREÍ

FUNCIONÁRIO

Processo nº 182/2005

Ref. CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL - 2001

MARCO AURÉLIO DE SOUZA, devidamente qualificado nos autos em referência, vem, urbanamente, na presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

O Peticionário foi notificado pelo Ofício nº 838/12/2009-CMS da inclusão em pauta do processo em referência, para análise do E. Plenário desta Edilidade, na sessão ordinária que ocorrerá no próximo dia 15.12.2009.

Efetivamente a matéria não reunia condições de ser apreciada na sessão extraordinária, convocada para este fim para o último dia 30.11.2009, consoante os termos de petição apresentada em 25.11.2009.

Congratulando a iniciativa de designar nova data para tal mister, faz-se, contudo, necessário destacar o que segue.



Ainda que dois dos três óbices levantados na referida petição tenham sido afastados (atenção ao prazo do art. 131, V, do Regimento Interno e ausência dos pareceres das comissões), o terceiro e mais importante deles continua obstando a apreciação do tema.

Como se destacou alhures, o Peticionário insurgiu-se contra a primeira análise que esta D. Edilidade fez das contas anuais de sua gestão no exercício de 2001, por vislumbrar violação aos seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.

No mandado de segurança nº 292.01.2005.016509-4 questionou, expressamente, que lhe fora tolhido o direito de produção de provas.

O tema foi objeto de análise pelo E. TJ/SP, nos autos da Apelação Cível nº 600.884.5/6-00, com v. acórdão já transitado em julgado, concedendo, integralmente, a ordem pleiteada.

Neste sentido é que a matéria retornou à apreciação desta D. Edilidade, donde veio a lume o Parecer nº 254-PODN-AJ-11-09, onde se recomendou que *“as referidas contas deverão ser submetidas novamente ao crivo do Plenário da Câmara Municipal de Jacareí, soberano para apreciação da matéria, cumpridas e respeitadas todas as formalidades legais, dentre elas a ampla defesa e o contraditório”*.

Atendendo à recomendação de seu órgão jurídico, o Peticionário foi citado para apresentação de sua defesa, restando expressamente consignado no Ofício nº 803/10/2009-CMS, assinado pelo MD. Presidente da Câmara Municipal, que:

Comunicamos que serão garantidos o contraditório, a produção de provas, a ampla defesa e todas as demais provas que entender necessárias e em direito permitidas.

Exatamente com lastro na decisão judicial transitada em julgado e nas ponderações desta própria D. Edilidade é que o Peticionário apresentou sua defesa em 23.11.2009, onde pleiteou, expressamente, produção de provas.

Transcrevemos, com a devida vênia, excerto da defesa onde tal pedido é apresentado:

Quanto às provas, parece natural que se produza perícia contábil e financeira na documentação carreada ao processo.

Efetivamente não é possível concluir pela não aplicação de recursos com Educação através dos restos a pagar liquidados em 2.002 se tais empenhos não forem detalhadamente verificados.

Assim, somente com a análise, por técnicos especificamente nomeados para este mister, é que se poderá responder à seguinte questão: a Prefeitura de Jacareí dispendeu em 2.002 recursos empenhados em 2.001, a título de 'restos a pagar', atinentes ao desenvolvimento e manutenção do ensino, em volume que permita, somado ao já computado em 2.001, atingir o piso constitucional?

Será necessário, naturalmente, requisitar informações à Prefeitura Municipal, para que se franqueiem os processos de empenho dos gastos viabilizados em 2.002 com tais recursos.

Ao final de sua defesa o Peticionário indicou, ainda, o *iter* que considera atender ao que restou decidido pelo E. TJ/SP - nos termos dos pedidos constantes de seu mandado de segurança - nos seguintes termos:

Diante do exposto, primeiro passo para a regularização do processo é a nomeação da Comissão Especial de análise das contas, aludida no mandado de segurança. Depois disso, deferida a produção da prova pericial e nomeado o perito, requer seja aberto prazo para indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos.

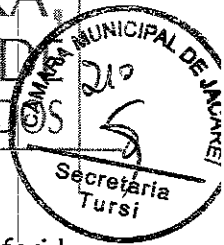
Com o resultado da perícia nos autos, requer ainda o encaminhamento do processo às comissões, para exaração de parecer, após o que se pleiteia nova abertura de prazo para que o Defendente exerça seu contraditório, respondendo aos pareceres lançados.

Concluído este iter haverá possibilidade de inclusão do processo na pauta desta D. Edilidade, em sessão para a qual o Defendente já adianta seu interesse em apresentar sustentação oral, por si ou por seus advogados.

Como se vê, esta D. Edilidade designou data para julgamento das contas sem analisar o pedido de provas, cuja realização havia sido de antemão franqueada à defesa.

Assim, caso haja inclusão do tema na pauta da sessão ordinária convocada para 15.12.2009, haverá clara violação da decisão judicial que reconheceu ao Peticionário o direito de produzir provas.

Tal conduta, renovadas as vênias ao entendimento contrário, constituiria o tipo criminal previsto no art. 330 do Código Penal, denominado crime de desobediência.



Assim, com a firme intenção de resguardar os direitos que lhe foram conferidos e confirmados com o trânsito em julgado do v. acórdão referido, vale esta para requerer a retirada de pauta deste processo da sessão ordinária de 15.12.2009.

Salienta-se, outrossim, que o Peticionário não tem qualquer intenção de obstar o andamento da questão, tendo apenas requerido provas que lhe foram franqueadas e cuja produção foi garantida pelo Poder Judiciário.

Ademais, reitera-se o pedido de que se cumpra a decisão judicial, com o acolhimento do *iter* procedimental adrede indicado, alertando ainda mais uma vez para que se evite a consecução do crime de desobediência e se respeite os direitos constitucionais do Peticionário.

Nestes termos,

Pede deferimento.

De São Paulo para Jacareí, aos 9 de dezembro de 2009..

HÉLIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA

OAB/SP 154.003

FERNANDO GASPAR NEISSER

OAB/SP 206.341



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE



PROTOCOLO GERAL Nº 035 – 04/01/2007

PARECER Nº 311/2009 – MEN – AJ/2009

OBJETO: *Requerimento da defesa do Ex-Prefeito Marco Aurélio de Souza (Protocolo 2056/09) reiterando pedido de provas relativa às contas do exercício de 2001*

Trata-se de reiteração de pedido lastreado em alegada violação de direito de ampla defesa e contraditório. Alega, em síntese, o pedido:

- a - O direito de defesa foi decidido em sede de Segunda Instância;
- b - A notificação referia-se “à produção de provas, a ampla defesa e todas as demais provas que entender necessárias e em direito permitidas”;
- c - O pedido de produção de perícia contábil e financeira;
- d - Data do julgamento das contas sem análise do pedido de provas.

O pedido não merece prosperar, pois reveste-se de caráter meramente postergatório, pois que o direito de defesa já vem sendo concedido ao Requerente e deve ser de acordo com o procedimento processual cabível no âmbito administrativo.

Com relação ao texto contido na notificação a que se apegava o Requerente para inovar a instância do Tribunal de Contas em sede do julgamento a cargo da Câmara Municipal, de igual forma não há que ser albergado, pois que o conceito de ampla defesa não tem o caráter que o mesmo pretende, em sede de análise legislativa do parecer prévio.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE



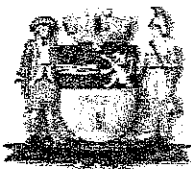
Em que pese a redundância e a impropriedade do texto indigitado, dúvida não há que o direito de defesa a que se apegava o Requerente não tem o caráter elástico que pretende, ou seja, a de renovar, na instância legislativa, todo o procedimento percorrido pelo Tribunal de Contas, responsável pela parte instrucional da prestação de contas como órgão auxiliar dos municípios. Oportuno lembrar que "a ampla defesa não é aquela que é satisfatória, segundo critérios do réu, mas sim aquela que satisfaz a exigência do juízo" (STF RE132.747).

Neste sentido, destaque-se a precisa manifestação do Des. Rel. TORRES DE CARVALHO do Egrégio TJSP, no qual o mesmo deixa patente esta posição:

O processo de tomada de contas inicia-se perante o Tribunal de Contas, encarregado das verificações *in loco* e da análise técnico-legal das mesmas, e termina com a manifestação da Câmara Municipal. Não há dois processos, um perante a Corte de Contas e outro perante a Câmara; há um único processo, examinado inicialmente pelo Tribunal, órgão auxiliar do Poder Legislativo, e decidido a final pelos vereadores - que tem, nesta apreciação, maior latitude de julgamento. (*Apelação Cível nº 637.562-5/2-00*)

Apega-se o Requerente à produção principalmente de provas periciais e, quiçá, diligências e quaisquer outros elementos de produção probatória tirante as documentais, com o mero intuito de inovar a instância e, obviamente, de procrastinar o julgamento. Ademais, não há que admitir-se que o mesmo tenha se descurado de sua defesa em sede do TCE não produzindo, perante àquela Corte de Contas, todas as provas que entendeu de direito que deveria produzir para reverter o resultado final.

A simples leitura do processo das contas comprova que o mesmo esgotou todo o conjunto probatório-pericial perante os conselheiros que as analisaram mediante o concurso de todo o efetivo técnico-contábil que dispõe a instituição.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



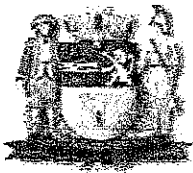
A opinião respeitada de HELY LOPES MEIRELLES, a respeito, não deixa dúvidas quanto à inoportunidade da pretensão requerida:

A admitir-se novas diligências ou inspeções, ficaria superada a apreciação prévia da Corte de Contas e, conseqüentemente, invalidado o parecer instituído pela Constituição, como ato final da instrução, e antes do qual o prestador de contas deve ter oportunidade de defesa sobre os pontos impugnados. (*'Direito Municipal Brasileiro', 10ª Ed. Malheiros, São Paulo, 1990, p. 519*)

Tirante a prova pericial, aberta estará ao Requerente a produção de provas documentais ou quaisquer outras que as supram, além das alegações orais, versando sobre o conjunto probatório ou outro que entenda que se ajuste à sua defesa nesta fase, na medida em que servirem comprovar que não foram acolhidas, quando produzidas, perante o Tribunal de Contas. O que não pode é exigir que a Câmara Municipal de Jacareí instale um corpo técnico, qualificado para rever todas as provas periciais já analisadas.

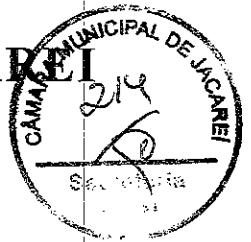
Embora não se questione que cabia à esforçada defesa do Requerido, em sede da Corte de Contas ter requerido e produzido todas as provas que tinha por obrigação requerer e produzir – e as produziu, pois que os autos provam – em sede legislativa, incabível tal pretensão, por tratar-se – repita-se – de provas de caráter meramente protelatório, já analisadas, conforme farta documentação carreada nos autos pelo TCE, em todas as fases, inclusive com todos os recursos cabíveis.

Na lição de José AFONSO DA SILVA, “o controle técnico das contas municipais não pode exercitar-se de modo direto pelo parlamento. **Daí, a instituição da Corte de Contas para garantir a vigilância da execução orçamentária**”. (*Negritei*)



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



(Curso de Direito Constitucional 16ª ed. revista e atualizada, p.732). Foi o que foi feito e acolhido pelas comissões responsáveis pela análise dos autos das contas a serem remetidos ao julgamento do plenário.


Assim, em sede julgamento da contas pelo Poder Legislativo **tal pretensão, qual seja, a de prova pericial**, reputa-se como **prova desnecessária**, por já produzida nos autos, o que, inclusive encontra seu suporte legal na aplicação, em sede de julgamento de contas pelo Poder Legislativo, o disposto na legislação processual civil, com a devida adequação, do art. 420, II, do CPC, não ofendendo o contraditório, nem a ampla defesa insertos no art. 5º, LV, da CF/88, que não lhe serão sonegados.

Assim, salvo melhor juízo, é o parecer, para o momento, opinar pelo **INDEFERIMENTO** da pretensão contida no requerimento supra com relação às provas periciais e a intenção de realizar, nesta fase legislativa, todo o procedimento já efetivado junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Jacareí, 14 de Dezembro de 2009

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Dr. Vitor Tadeu Roberto
Consultor Jurídico
OAB-SP 118.824


Maria Eloísa do Nascimento
Assessora Jurídica
OAB/SP 123.178

0672

Sessão Ordinária

As quinze (15) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e nove (2009), às dezessete (17) horas, compareceram à Câmara Municipal de Jacaré, a fim de participarem da Sessão Ordinária regimental, os vereadores que abaixo assinam:

Valmir

Rose

Adriano

Stamar

Edinho

Saudelino

José Antônio

Pastor

Dario

Aurea

Alex

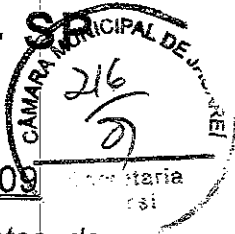
Marino

Lisbel

Observação: A sessão foi encerrada no início do Orden do Dia, após a votação do 1º projeto de lei constante, tendo em vista a falta de quórum, provocada pela retirada dos Vereadores Rose, Gerson, Adriano de Oliveira, Stamar Alves, Edinho Farias, Saudelino Farias, Alex de Jarmel e Marino Farias.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 299/2009

Aprova o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo às contas do exercício de 2001 da Prefeitura Municipal de Jacareí.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, VEREADOR DIOBEL DE LIMA FERNANDES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO QUE:

1 - De acordo com o artigo 26, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Jacareí, compete ao Presidente da Câmara interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

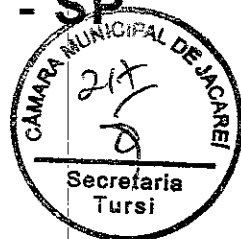
2 - Que a Constituição Federal, por força do art. 31, § 1º, dispõe que o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;

3 - Que a Constituição Federal, em seu art. 31, § 2º, prescreve que o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas, que o Prefeito deve anualmente prestar só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal;

4 - Que a Lei Orgânica do Município de Jacareí, em seu art. 28, inciso VII, alínea 'a' dispõe que o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 299/2009 – Fls. 02

5 - Que a parte final do § 4º do art. 122 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí dispõe que o parecer do Tribunal de Contas será rejeitado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

6 – Que o art. 28, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Jacareí dispõe que o prazo máximo para deliberação sobre o parecer do Tribunal de Contas será de 60 (sessenta) dias de seu recebimento;

7 - Que o art. 132, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí prevê que decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem deliberação, serão as contas consideradas aprovadas ou rejeitadas de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

8 – Que foram cumpridas todas as etapas referentes à tramitação do parecer contidas no art. 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí;

9 – Que, embora convocadas sessões para deliberação do parecer, as mesmas não foram realizadas por deliberadas faltas de quorum efetivadas com o não comparecimento de 7 (sete) vereadores na sessão extraordinária especialmente convocada para este fim no dia 30/11/2009 e, após o início dos trabalhos, na sessão ordinária do dia 15/12/2009, cujo processo encontrava-se incluído na ordem do dia;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 299/2009 – Fls. 03

10 – Que foram concedidas as oportunidades de defesa e contraditório legalmente cabíveis ao caso; e

Considerando finalmente que o parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo opinou pela rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí referentes ao exercício de 2001,

PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam rejeitadas as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001, nos termos do art. 31, § 2º, da Constituição Federal, do art. 28, inciso VII, alínea 'a', da Lei Orgânica do Município de Jacareí e do art. 122, § 4º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 255/2005, de 16 de dezembro de 2005, e as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jacareí, 17 de dezembro de 2009.


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente

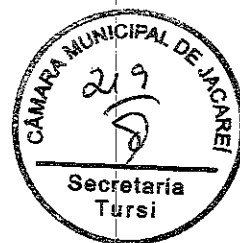


CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

BAT

Ofício nº 854/12/2009-CMS

Jacareí, 18 de dezembro de 2009.



Excelentíssimo Senhor,

Servimo-nos do presente para comunicar, conforme determina o inciso IV do artigo 132 do Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução nº 642, de 29 de setembro de 2005), que, em consonância com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001 (Processo nº 182/05) foram rejeitadas, conforme constante do Decreto Legislativo nº 299/2009, de 17 de dezembro de 2009, que foi publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí desta data, cópias anexas.

Sem outro particular, valemo-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Presidente do Egrégio TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
c/c Escritório Regional de São José dos Campos

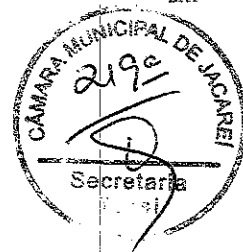


CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

BAT

Ofício nº 854/12/2009-CMS

Jacareí, 18 de dezembro de 2009.



Excelentíssimo Senhor,

Servimo-nos do presente para comunicar, conforme determina o inciso IV do artigo 132 do Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução nº 642, de 29 de setembro de 2005), que, em consonância com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001 (Processo nº 182/05) foram rejeitadas, conforme constante do Decreto Legislativo nº 299/2009, de 17 de dezembro de 2009, que foi publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí desta data, cópias anexas.

Sem outro particular, valemo-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


DIOBEL DE LIMA FERNANDES

Presidente

A Sua Excelência, o Senhor

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

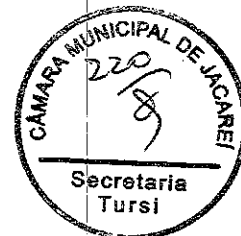
Presidente do Egrégio TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

c/c Escritório Regional de São José dos Campos



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

BAT



Ofício nº 856/12/2009-CMS

Jacareí, 21 de dezembro de 2009.

Prezado Senhor,

Servimo-nos do presente para comunicar-lhe que, em consonância com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001 (Processo nº 182/05) foram rejeitadas, conforme constante do Decreto Legislativo nº 299/2009, de 17 de dezembro de 2009, que foi publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí de 18 de dezembro último, cópias anexas.

Sem outro particular, valemo-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente

A Sua Senhoria, o Senhor

MARCO AURÉLIO DE SOUZA

Ex-Prefeito Municipal de Jacareí

Em mão



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



Ofício nº 856/12/2009-CMS

Jacareí, 21 de dezembro de 2009.

Recbi - 23/12/09
19658-

Prezado Senhor,

Marco Aurélio de Souza
Matricula 6.799.368-0

Servimo-nos do presente para comunicar-lhe que, em consonância com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001 (Processo nº 182/05) foram rejeitadas, conforme constante do Decreto Legislativo nº 299/2009, de 17 de dezembro de 2009, que foi publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí de 18 de dezembro último, cópias anexas.

Sem outro particular, valemo-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente

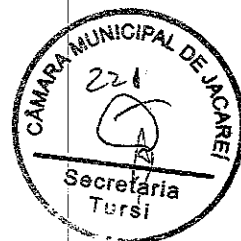
A Sua Senhoria, o Senhor
MARCO AURÉLIO DE SOUZA
Ex-Prefeito Municipal de Jacareí
Em mão



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

Ofício nº 857/12/2009-CMS

Jacareí, 21 de dezembro de 2009.



Excelentíssimos Senhores,

Servimo-nos do presente para encaminhar, conforme determina o inciso III do artigo 132 do Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução nº 642, de 29 de setembro de 2005), cópia do Processo nº 182/2005 deste Legislativo, que originou o Decreto Legislativo nº 299/2009, de 17 de dezembro de 2009, rejeitando, em consonância com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001, o qual foi publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí de 18 de dezembro de 2009, cópias também anexas.

Outrossim, cumpre esclarecer que nesta oportunidade estamos devolvendo ao Ministério Público local o processo completo do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, relativamente às citadas contas, que lhe havia sido encaminhado e posteriormente devolvido a esta Câmara Municipal, o qual integra o P.P.I.C. nº 128/2005 – Cidadania.

Sem outro particular, valemo-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente

Ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE JACAREÍ

Em mão



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

Ofício nº 857/12/2009-CMS

Jacareí, 21 de dezembro de 2009.



Excelentíssimos Senhores,

Servimo-nos do presente para encaminhar, conforme determina o inciso III do artigo 132 do Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução nº 642, de 29 de setembro de 2005), cópia do Processo nº 182/2005 deste Legislativo, que originou o Decreto Legislativo nº 299/2009, de 17 de dezembro de 2009, rejeitando, em consonância com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001, o qual foi publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí de 18 de dezembro de 2009, cópias também anexas.

Outrossim, cumpre esclarecer que nesta oportunidade estamos devolvendo ao Ministério Público local o processo completo do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, relativamente às citadas contas, que lhe havia sido encaminhado e posteriormente devolvido a esta Câmara Municipal, o qual integra o P.P.I.C. nº 128/2005 – Cidadania.

Sem outro particular, valemo-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente
Data: 23/12/09 Horário: 12h38 min
Protocolo PJJ-Civel nº 1461/2009
Oficial de Promotoria:

Ministério Público do Estado de São Paulo
Promotoria de Justiça Cível de Jacareí

DIÓBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente

Ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE JACAREÍ

Em mão



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 406/2018

Revoga os Decretos Legislativos nº 299/2009, nº 300/2010, nº 377/2016, nº 378/2016, e dá outras providências.

PUBLICAÇÃO
BOMJ nº 1221
Data: 26/10/2018
Página nº 15

A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ APROVA E A SUA PRESIDENTE, VEREADORA LUCIMAR PONCIANO LUIZ, PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam revogados:

I – o Decreto Legislativo nº 299/2009, referente às Contas do Executivo Municipal no exercício de 2001;

II – o Decreto Legislativo nº 300/2010, referente às Contas do Executivo Municipal no exercício de 2006;

III – o Decreto Legislativo nº 377/2016, referente às Contas do Executivo Municipal no exercício de 2011;

IV – o Decreto Legislativo nº 378/2016, referente às Contas do Executivo Municipal no exercício de 2012.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos perfeitos, válidos e eficazes realizados nos processos relativos aos julgamentos das Contas do Executivo Municipal referentes aos exercícios constantes do artigo 1º.

Art. 3º Fica renovado o prazo constante na alínea “c” do inciso VII do art. 28 da Lei Orgânica do Município, para o julgamento das Contas do Executivo Municipal referentes aos exercícios constantes do artigo 1º, tendo por termo inicial a data de publicação deste Decreto Legislativo.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 18 de outubro de 2018.


LUCIMAR PONCIANO LUIZ

Presidente

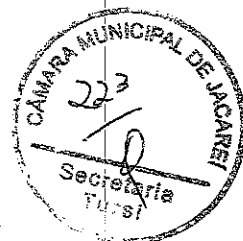
AUTORIA DO PROJETO E DO SUBSTITUTIVO: VEREADORES LUCIMAR PONCIANO, ABNER DE MADUREIRA E DRA. MÁRCIA SANTOS (MESA DIRETORA DO LEGISLATIVO).



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Jacareí, 29 de outubro de 2018.



A Sua Excelência, a Senhora
LUCIMAR PONCIANO LUIZ
Presidente da Câmara Municipal de Jacareí




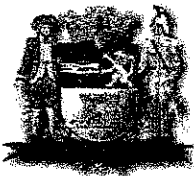
Excelentíssima Senhora,

Considerando a publicação no Boletim Oficial do Município de Jacareí, no último dia 26 de outubro, do Decreto Legislativo nº 406/2018, de 18/10/2018, que revogou os Decretos Legislativos nºs 299/2009, 300/2010, 377/2016 e 378/2016, referentes, respectivamente, às Contas do Executivo Municipal Jacareiense dos anos de 2001, 2006, 2011 e 2012, através do qual foram convalidados todos os atos perfeitos, válidos e eficazes realizados nos Processos nºs 182/2005 (Contas do exercício de 2001), 188/2009 (Contas do exercício de 2006), 377/2016 (Contas do exercício de 2011) e 378/2016 (Contas do exercício de 2012), e ainda tendo em vista questões judiciais em andamento e a situação jurídica inusitada, sirvo-me do presente para, mui respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência o encaminhamento de consulta à Secretaria de Assuntos Jurídicos do Legislativo para que, dentro do mais breve possível, informe detalhadamente os procedimentos e providências a serem adotados para o devido andamento de cada um dos processos mencionados.

Certo de merecer a atenção de Vossa Excelência e da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Legislativo, agradeço antecipadamente e, sem outro particular, renovo os protestos de minha consideração.

Atenciosamente


BENEDITO ANSELMO TURSI
Secretário Legislativo III
Setor de Proposituras



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



EMENTA: *Consulta da Presidência sobre o procedimento de julgamento das contas do chefe do Poder Executivo a luz do novo regramento estabelecido pela Lei Orgânica do Município. Exercício de 2001. Decreto nº 299/2009. Ação Anulatória nº 0006380-90.2010.8.26.0292. Decreto Legislativo nº 406/2018. Procedimentos.*

PARECER Nº 353 – JACC – SAJ - 12/2018

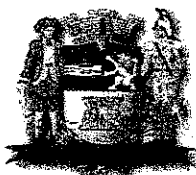
RELATÓRIO

Trata-se de consulta remetida pela egrégia Presidência acerca dos procedimentos a serem adotados individualmente nos julgamentos de contas de ex-prefeitos, ante a aprovação do Decreto Legislativo nº 406/2018, que revogou Decretos que procederam aos julgamentos fictos - realizados por decurso de prazo – de prestação de contas referentes aos exercícios de 2001, 2006, 2011 e 2012.

Em síntese, solicita o consulente a *informação detalhada dos procedimentos e providências a serem adotados para o devido andamento de cada um dos processos atingidos pelo citado Decreto Legislativo.*

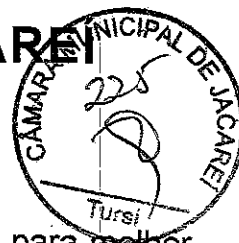
A consulta veio documentada com a íntegra do Decreto Legislativo nº 406/2018.

Acerca dos processos referente aos exercícios de 2006, 2011 e 2012, a Secretaria de Assuntos Jurídicos se manifestou conclusivamente



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



por meio do parecer nº 352 – JACC – SAJ – 12/2018. De modo que, para melhor análise da matéria, a abordagem sobre o exercício de 2001 foi destacada separadamente para o presente arrazoado, ante a peculiaridade que o envolve.

Feitos tais esclarecimentos, passo a manifestação.

FUNDAMENTAÇÃO

Acerca do tema em análise, de início reitero na íntegra o entendimento firmado no parecer nº 189 – JACC – SAJ - 06/2018.

Na sequência destaco que a questão abordada na presente consulta se refere unicamente ao rito, ao procedimento a ser adotado, isto é, norma de natureza evidentemente processual.

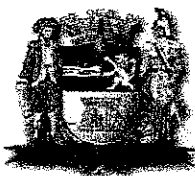
Nesse contexto, saliento que as normas processuais em vigência quando da anterior tramitação do processo nº 182/2005 **não** são as que atualmente estão em vigor, mormente ante a promulgação da Emenda à Lei Orgânica do Município nº 72, de 11 de maio de 2017.

Assim, evidentemente, não há como repetir *ipsis literis* a regra procedimental da época, devendo ser observado, assim, o regramento atual, conforme prescreve o Código de Processo Civil, analogamente aplicado:

Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

No mesmo sentido, dispõe o artigo 2º do Decreto Legislativo nº 406/2018:

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos perfeitos, validos e eficazes realizados nos processos relativos aos julgamentos



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



*das Contas do Executivo Municipal referente aos exercícios
constantes do artigo 1º.*

Nessa toada, considerando as premissas retro
delineadas, o rito é aquele previsto pelo artigo 131 do Regimento Interno (R.I.):

CAPÍTULO III

Da Prestação de Contas

*Art. 131. Recebidos o Parecer e seus anexos do Tribunal de
Contas, caberá ao Presidente cumprir o seguinte rito
administrativo:*

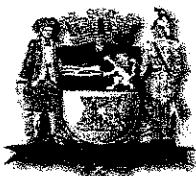
*I - Autuar a documentação recebida, dando origem ao
Processo de Julgamento de Contas do Executivo;*

*II - distribuir cópias do processo às Comissões Permanentes
de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, que
emitirão parecer em 30 (trinta) dias após a citação do Prefeito;*

*III - simultaneamente à distribuição junto às Comissões, citar
o Prefeito Municipal, através de ofício, oferecendo-lhe a
oportunidade de apresentar, perante as Comissões
Permanentes do Legislativo, sua defesa escrita e provas
documentais, no prazo de 15 (quinze) dias;*

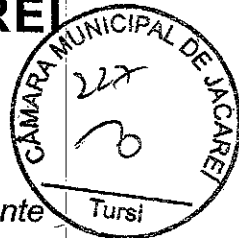
*IV - comunicar aos Vereadores que todos os termos do
processo e a documentação correspondente encaminhada
pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo serão
mantidos à disposição na Secretaria da Câmara;*

*V - comunicar o Prefeito Municipal, com a antecedência
mínima de 7 (sete) dias, a data e o horário da sessão
legislativa de julgamento das contas, onde ser-lhe-á*



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



concedido o tempo de 30 (trinta) minutos para, pessoalmente ou representado por seu advogado devidamente constituído, sustentar defesa oral.

§ 1º O Parecer das comissões será prolatado em conjunto, concluindo, com a respectiva proposição, pela rejeição ou aprovação das contas.

§ 2º Expirado o prazo de prolação do parecer das comissões, a matéria será incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte.

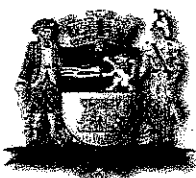
§ 3º Tratando-se do julgamento das contas de ex-prefeito, aplica-se o mesmo teor do disposto nos incisos III e V deste artigo.

§ 4º A citação de ex-prefeito poderá ocorrer por meio de ofício ou de publicação no Boletim Oficial do Município, sendo o prazo para apresentação de defesa escrita e provas documentais contado a partir da entrega do ofício de citação ou da publicação, a qual ocorrer primeiro.

Contudo, ante a peculiaridade da matéria, bem como diante das premissas anteriormente deduzidas (acerca da temporalidade da norma processual) devemos identificar quais são os atos pendentes neste caso.

E mais, o Processo nº 182/2005, referente ao exercício de 2001, **já foi anulado judicialmente por TRÊS ocasiões** (processo nº 600.884-5/6-00 (anexo I), processo nº 990.10.273415-3 (anexo II) e processo nº 292.01.2010.006380-4 (anexo III)), o que demanda extrema cautela.

Assim, a última anulação por determinação judicial constante dos autos, impôs a retomada do feito a partir de fl. 170 do Processo nº 182/2005, nos seguintes termos:



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



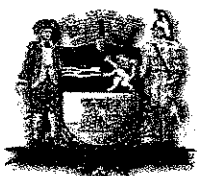
Em face das considerações tecidas, julga-se PROCEDENTE a ação, para anular parcialmente o processo administrativo, a partir da fl. 170, inclusive (Relatório e Voto das Comissões 1 e 2, cuja cópia se encontra à fl. 374 destes autos), determinando-se

- i) produção da **prova pericial** pleiteada pelo ora requerente, com possibilidade de formulação de quesitos e acompanhamento por assistente técnico;*
- ii) a formação de **comissão especial** para analisar a referida prova, emitindo parecer; assim como das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento, que analisarão todas as provas produzidas de acordo com suas competências específicas; e*
- iii) a **intimação** do ex-Prefeito MARCO AURÉLIO para que se manifeste sobre a prova e sobre o parecer da comissão especial, antes de colocado o processo em pauta.*

Declara-se nulo, também, o Decreto Legislativo nº 299/2009.

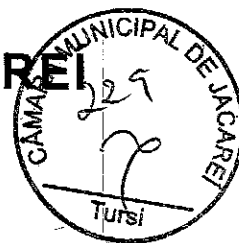
Ainda que tal determinação (sentença) não tenha transitado em julgado, o recurso pendente, por versar apenas sobre honorários, e por contar com parecer da Procuradoria Geral de Justiça favorável à manutenção da sentença, dificilmente afetará a determinação de anulação. Razão pela qual incide o preceito da *autotutela*, conforme melhor exposto no parecer nº 189 – JACC – SAJ - 06/2018.

Deste modo, tendo por norte a citada sentença, embora certos aspectos da sobredita decisão não façam parte do rito comum a matéria em



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



questão, especialmente por alteração das normas de regência (Lei Orgânica e Regimento Interno), a decisão Judicial é soberana e deve ser cumprida, sob pena de desdobramentos legais na esfera cível e criminal.

Para tanto, conjugando a decisão judicial ao regramento vigente, propomos o seguinte rito:

I - na forma do artigo 53 do R.I. deverá ser composta a *Comissão Especial Processante*, a fim de atender ao item II da decisão judicial;

II – após, deverá ser feita a intimação do interessado para apresentar quesitos e indicação de assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 465, § 1º, do Código de Processo Civil, em aplicação análoga, a fim de atender ao item I da decisão judicial.

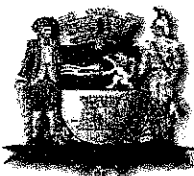
III – a realização de perícia nas áreas contábil e financeira, conforme especificado a fls. 166 do respectivo processo (cópia anexa), requisitando, desde já, informações à Prefeitura, a fim de atender ao item I da decisão judicial;

IV – após a perícia, a provocação da *Comissão Especial Processante*, bem como das *Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento* para emissão dos respectivos pareceres, a fim de atender ao art. 131, inc. II, do R.I. e ao item II da decisão judicial;

V – após a apresentação dos pareceres anteriormente mencionados, a intimação do interessado, com prazo de 5 (cinco) dias para manifestação sobre a prova e sobre os pareceres das comissões, antes de colocado o processo em pauta, a fim de atender ao item III da decisão judicial;

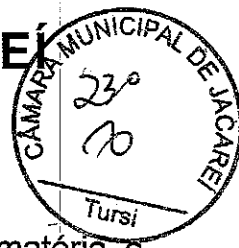
VI – decorrido o prazo do item anterior, deverá ser realizada a comunicação a todos os Vereadores, conforme dispõe o art. 131, inc. IV, do RI;

Página 6 de 7



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



VII – por fim, ante a efetiva submissão da matéria a julgamento em plenário, conforme determina a Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município, de rigor o cumprimento da regra prevista pelo art. 131, inc. V, do RI, com a prévia comunicação do interessado acerca da sessão de julgamento.

Ressalto que a realização de citação para apresentar defesa, prevista pelo art. 131, inc. III, do RI, **não** é repetível, posto que já realizada, inclusive com apresentação de defesa e documentos em todos os processos pelos respectivos interessados. Outrossim, a sentença que norteia o presente procedimento não invalidou referido ato, razão pela qual merece subsistir.

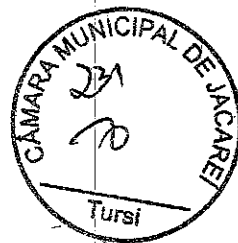
CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, conjugando o regramento vigente acerca da matéria em questão, e predominantemente o comando judicial na sentença anteriormente apontada, é o rito que, respeitosamente, recomendamos na condução da instrução e julgamento da prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2001.

É o parecer, *sub censura*.

Jacareí, 20 de novembro de 2018.

Jorge Alfredo Cespedes Campos
Secretário-Diretor Jurídico



PEDIDO DA PROVA PERICIAL

Quanto às provas, parece natural que se produza perícia contábil e financeira na documentação carreada ao processo.

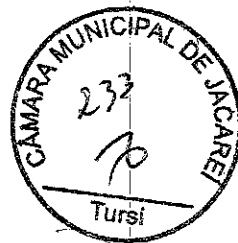
Efetivamente não é possível concluir pela não aplicação de recursos com Educação através dos restos a pagar liquidados em 2002 se tais empenhos não forem detalhadamente verificados.

Assim, somente com a análise, por técnicos especificamente nomeados para este mister, é que se poderá responder à seguinte questão: a Prefeitura de Jacareí despendeu em 2002 recursos empenhados em 2001, a título de 'restos a pagar', atinentes ao desenvolvimento e manutenção do ensino, em volume que permita, somado ao já computado em 2001, atingir o piso constitucional?

Será necessário, naturalmente, requisitar informações à Prefeitura Municipal, para que se franqueiem os processos de empenho dos gastos viabilizados em 2002 com tais recursos.

Com o devido e merecido respeito, o não atendimento aos pedidos aqui expostos configura flagrante violação à ordem judicial exarada nos autos, dado que houve concessão integral da ordem pleiteada no mandado de segurança impetrado pelo Defendente.

Neste sentido, a não nomeação de Comissão Especial, a impossibilidade de produção da prova pericial (essencial ao deslinde da questão) e a não abertura de prazo após os pareceres (exercício do contraditório), pode ensejar a configuração do crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal.



PRIMEIRA ANULAÇÃO JUDICIAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO



ACÓRDÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº



02250859

Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CÍVEL COM REVISÃO nº 600.884-5/6-00, da Comarca de JACAREÍ, em que é apelante MARCO AURELIO DE SOUZA sendo apelado PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE JACAREI:

ACORDAM, em Sexta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, V.U. SUSTENTOU ORALMENTE O DR. FERNANDO NELSON.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LEME DE CAMPOS e SIDNEY ROMANO DOS REIS.

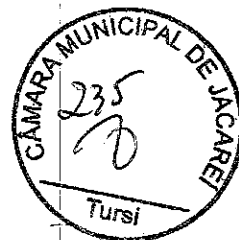
São Paulo, 02 de março de 2009.


EVARISTO DOS SANTOS
Presidente e Relator

236



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



AC nº 600.884.5/6-00 – Jacareí – 2ª Vara Cível

Voto nº 18.999

Aptº. MARCO AURÉLIO DE SOUZA

Apdº. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

(Proc. nº 1.491/05)

PREFEITO – Rejeição de contas – Procedimento administrativo sem observância da garantia da ampla defesa – Precedentes – Recurso provido.

1. Trata-se de **apelação** de sentença (fls. 398/400) que denegou **mandado de segurança** (fls. 02/19) com vistas a suspender deliberação da Câmara Municipal de Jacareí acerca das contas relativas ao ano de 2.001, rejeitadas pelo TCE e assegurar ao impetrante a produção de provas.

Sustentou, em resumo, afronta às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Impõe-se observância ao devido processo legal. Pretensão à produção de provas funda-se no respeito ao RI, LOM e CF. Defesa perante TCE não tem amplitude garantida pelo texto constitucional. Fiscalização das contas cabe ao TCE, mas do Legislativo a decisão sobre elas. Mencionou jurisprudência. Pleiteou a nulidade da deliberação da Câmara Municipal. Daí a reforma (fls. 407/422).

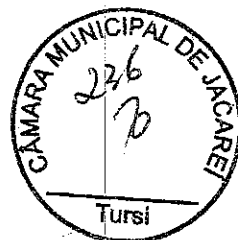
Respondeu-se (fls. 434/439).
Ministério Público (fls. 441/442 e 450/452).

Manifestou-se o

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



2. Fundada, quanto ao ponto, a pretensão recursal.

Apresenta-se o impetrante como Prefeito de Jacareí que teve suas contas, relativas ao exercício de 2.001, rejeitadas pela Câmara Municipal, sem que lhe fosse assegurada ampla defesa.

Incontroverso que o parecer do Tribunal de Contas, pela não aprovação das contas (fls. 70), embora **rejeitado** pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento (fls. 390/391), foi aprovado pela Câmara Municipal (fls. 287/288) rejeitadas, conseqüentemente, as contas do Prefeito referentes ao exercício de 2.001 (fls. 289).

Deliberou a Presidência daquela Casa Legislativa no sentido de limitar o exercício do direito de defesa do interessado à "...defesa técnica escrita e sustentação oral, pois o direito do contraditório já foi amplamente exercido na tramitação da matéria no Egrégio Tribunal de Contas do Estado..." (fls. 26).

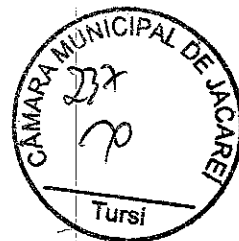
E a r. sentença entendendo tratar-se de processo legislativo, quando não incide a garantia invocada (fls. 399/400), não se afinou com a atual orientação adotada nos Tribunais.

Como já decidiu o **Colendo Supremo Tribunal Federal**:

"...por ofensa ao princípio da ampla defesa (CF, art. 5º, LV), a Turma deu provimento a recurso extraordinário interposto por ex-prefeito que teve suas contas rejeitadas pela câmara municipal sem que lhe fosse assegurada oportunidade de defesa por ocasião do julgado. Considerou-se que o julgamento das contas do município



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



*pelo Poder Legislativo municipal tem natureza administrativa e que, mediante o parecer prévio do Tribunal de Contas pela rejeição, não se poderia recusar ao recorrente a oportunidade de reversão prevista no art. 31, § 2º, da CF" (RE nº 26.885-SP j. de 05.12.00 – Rel. Min. **ILMAR GALVÃO**).*

Ainda mais:

*"...tratando-se (...) de medida que implica séria interferência na autonomia municipal e grave restrição ao exercício do mandato do Prefeito, não pode ser aplicada sem rigorosa observância do princípio do **due process of law**, razão pela qual o parecer opinativo do Tribunal de Contas será precedido de interpelação do Prefeito..." (Adin nº 614-2/MMA – DJU de 18.05.01 – Rel. Min. **ILMAR GALVÃO**).*

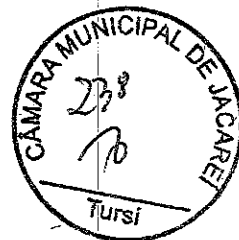
Não discrepa o **Superior Tribunal de Justiça** ao concluir que:

*"...o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado converteu-se em procedimento administrativo, passando então a exigir a ampla defesa e o contraditório" (RMS nº 8.416-MG – v.u. j. de 18.09.97 – Rel. Min. **JOSÉ DELGADO**).*

Essa é orientação seguida neste **Eg. Tribunal de Justiça** (AC nº 140.879-5/0 – v.u. j. de 11.05.05 – Rel. Des. **JOSÉ SANTANA**; AC nº 166.638-5/1 – v.u. j. de 14.06.05 – Rel. Des. **OSCARLINO MOELLER** e AC nº 273.413-5/0 – v.u. j. de 09.08.05 – Rel. Des. **RENATO NALINI**) e também nesta **Colenda 6ª Câmara de Direito Público** (AC nº 198.320-5/0 – de que fui Relator e AC nº 537.718.5/6 – Rel. Des. **JOSÉ HABICE**).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



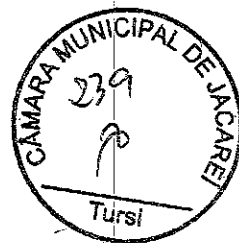
Mais não é preciso acrescentar, em que pesem as doudas opiniões em contrário.

Daí a concessão da ordem para anular a deliberação da Casa Legislativa e assegurar ao impetrante a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório no procedimento de exame de suas contas referentes ao exercício de 2.001.

3. Dou provimento ao apelo.



EVARISTO DOS SANTOS
Relator

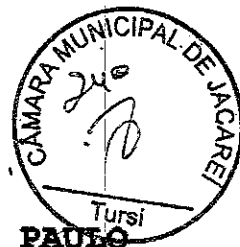


SEGUNDA ANULAÇÃO JUDICIAL

6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO



50

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO



03107981

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 990.10.273415-3, da Comarca de Jacareí, em que é agravante MARCO AURÉLIO DE SOUZA sendo agravado PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.

ACORDAM, em 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

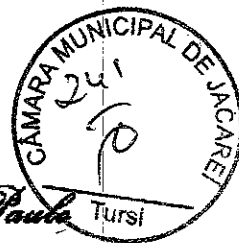
O julgamento teve a participação dos Desembargadores DÉCIO NOTARANGELI (Presidente), OSWALDO LUIZ PALU E DE PAULA SANTOS.

São Paulo, 07 de julho de 2010.

DÉCIO NOTARANGELI
PRESIDENTE E RELATOR



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Nona Câmara de Direito Público



VOTO Nº 7.132

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 990.10.273415-3 - JACAREÍ

AGRAVANTE: MARCO AURÉLIO DE SOUZA

AGRAVADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Juiz de 1ª Instância: Paulo Alexandre Ayres de Camargo

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - TOMADA DE CONTAS - PREFEITO MUNICIPAL - REJEIÇÃO DE CONTAS - PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.

1. A antecipação dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial pressupõe a concorrência dos requisitos da verossimilhança do alegado em face da existência de prova inequívoca e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, alternativamente, caracterização de abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, CPC).

2. Rejeição de contas. Suspensão dos efeitos de decreto legislativo. Tutela antecipada indeferida. Inadmissibilidade. Concorrência dos requisitos legais em face da existência de prova inequívoca do alegado e de irreparabilidade do dano. Decisão reformada. Recurso provido.

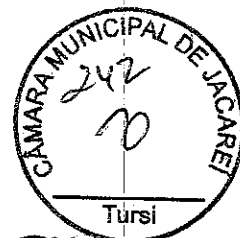
É agravo de instrumento tempestivo tirado de ação ordinária e de decisão que indeferiu tutela antecipada para suspensão dos efeitos do Decreto Legislativo nº 299/2009, da Câmara Municipal de Jacareí, que rejeitou as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, referentes ao exercício de 2001.

Alega-se, em síntese, que concorrem os requisitos da tutela de urgência, pois ao negar a dilação probatória no processo de tomada de contas a Câmara de Vereadores não apenas descumpriu anterior ordem judicial como também atentou contra o princípio do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CF). Acresce, que

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 990.10.273415-3 - JACAREÍ - VOTO Nº 7.132



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Nona Câmara de Direito Público



o decreto legislativo é inconstitucional, pois promulgado pelo Presidente da Edilidade com usurpação de competência do Plenário da Casa Legislativa e com base no decurso de prazo. De resto, argumenta-se com a ocorrência de lesão grave e de difícil reparação decorrente de decisão nula, especialmente a inelegibilidade para cargos eletivos, em razão da demora no processamento da causa.

Atribuído efeito suspensivo ao recurso, foram dispensadas informações do juiz da causa e resposta da agravada por não formada a relação jurídica processual.

É o relatório.

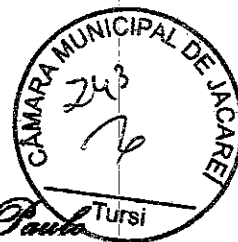
Assiste razão ao agravante.

Para deferimento de tutela antecipada faz-se necessário a concorrência dos requisitos da verossimilhança do alegado em face da existência de prova inequívoca e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, alternativamente, caracterização de abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, CPC).

Prova inequívoca, já se decidiu, "é aquela a respeito da qual não mais se admite qualquer discussão. A simples demora na solução da demanda não pode, de modo genérico, ser considerado como caracterização da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, salvo em situações excepcionalíssimas" (STJ - 1ª Turma, REsp nº 161.479-PR, Rel. Min. José Delgado, j. 10/03/98, DJU 25/05/98; REsp nº 113.368-PR, Rel. Min. José Delgado,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Nona Câmara de Direito Público



j. 07/04/97, DJU 19/05/97; REsp nº 141.699-PR, Rel. Min. José Delgado, j. 06/10/97, DJU 17/11/97; REsp nº 136.688-SC, Rel. Min. José Delgado, j. 06/10/97, DJU 17/11/97; REsp. nº 133.219-PR, Rel. Min. José Delgado, j. 02/10/97, DJU 17/11/97).

No caso vertente, e em sede de cognição sumária própria dessa fase do procedimento, concorre o requisito da verossimilhança, pois a negativa de dilação probatória no processo de tomada de contas (fls. 414/415 e 448/451) – vício que já acarretara a anulação de anterior decreto legislativo (fls. 337/341) – caracteriza ofensa ao contraditório e à ampla defesa com os meios e os recursos a ela inerentes (art. 5º, LV, CF).

A propósito, a matéria se acha pacificada na jurisprudência do Colendo STF, consoante se infere da ementa dos seguintes venerandos arestos:

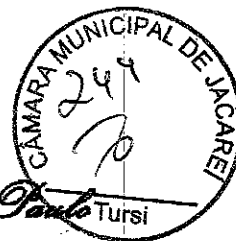
"PREFEITO MUNICIPAL. CONTAS REJEITADAS PELA CÂMARA DE VEREADORES. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DO DIREITO DE DEFESA (INC. LV DO ART. 5º DA CF). Sendo o julgamento das contas do recorrente, como ex-chefe do Executivo Municipal, realizado pela Câmara de Vereadores mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa (arts. 31, § 1º, e 71 c/c o 75 da CF), é fora de dúvida que, no presente caso, em que o parecer foi pela rejeição das contas, não poderia ele, em face da norma constitucional sob referência, ter sido aprovado, sem que se houvesse propiciado ao interessado a oportunidade de opor-se ao referido pronunciamento técnico, de maneira ampla, perante o órgão legislativo, com vista a sua almejada reversão. Recurso conhecido e provido" (RE nº 261.885-SP – 1ª Turma, Rel. Min. Ilmar Galvão, j. 05/12/00, DJU 16/03/01);

"MEDIDA CAUTELAR. Referendo. Recurso extraordinário. Apreciação das contas do prefeito. Observância do

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 990.10.273415-3 – JACAREÍ – VOTO Nº 7.132



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Nona Câmara de Direito Público



contraditório e da ampla defesa pela Câmara Municipal. Precedentes da Corte. 1. A tese manifestada no recurso extraordinário, relativa à necessidade de observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa pela Câmara Municipal quando da apreciação das contas do prefeito, após parecer prévio do Tribunal de Contas, encontra harmonia na jurisprudência desta Suprema Corte. Presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora. 2. Decisão concessiva da cautelar referendada pela Turma" (AC-MC nº 2.085-MG – 1ª Turma, Rel. Min. Menezes Direito, j. 21/10/08, DJe 18/12/08).

Trilha no mesmo sentido a jurisprudência dessa E. Corte, consoante de infere do seguinte julgado:

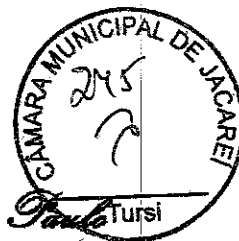
"AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO – Parecer do Tribunal de Contas pela rejeição de contas do Prefeito – Defesa realizada somente perante o Tribunal de Contas – Decisão da Câmara Municipal que acolhe parecer sem garantir a oportunidade de ampla defesa e do contraditório – Cerceamento de defesa na Câmara que implica nulidade do Decreto Legislativo – Sentença reformada – Inversão dos ônus sucumbenciais – Recurso provido" (Apelação Cível com Revisão nº 537.718-5/6-00, 6ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. José Habice, j. 24/07/07);

"ATO ADMINISTRATIVO – Anulação. 1. Dentre as garantias processuais a Constituição Federal consagra a plenitude do direito de defesa ao estabelecer que aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (art. 5º, LV, CF). 2. Decisão da Câmara Municipal que aprova parecer prévio do Tribunal de Contas sem assegurar ao ex-prefeito direito de defesa. Ofensa ao princípio do contraditório e ampla defesa que implica nulidade do Decreto Legislativo que rejeitou as contas da Prefeitura Municipal. Precedente do Colendo STF. 3. Declaração pelo Judiciário de regularidade material e substancial das matérias objeto do parecer prévio do Tribunal de Contas. Inadmissibilidade. O controle judicial sobre os atos administrativos é controle a posteriori, de legalidade e preservação de direitos individuais. Sentença reformada. Recurso provido, em parte" (Apelação com Revisão nº 658.200-5/5-00, 9ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Décio Notarangeli, j. 25/06/08).

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 990.10.273415-3 – JACAREÍ – VOTO Nº 7.132

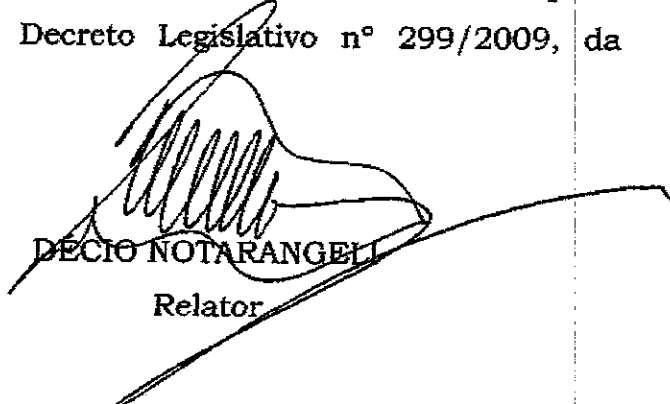


Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Nona Câmara de Direito Público



O outro requisito, a irreparabilidade do dano, também se mostra presente e se caracteriza pela inelegibilidade do agravante para as próximas eleições (art. 1º, I, "g", LC nº 64/90), caso subsistente o decreto legislativo impugnado, o que não poderá ser afastado em sede de cognição definitiva em razão da demora no processamento da causa e da proximidade do termo final do prazo para o registro de candidatos.

Por essas razões, dá-se provimento ao recurso para reformar a decisão agravada e deferir a tutela antecipada para suspensão dos efeitos do Decreto Legislativo nº 299/2009, da Câmara Municipal de Jacareí.

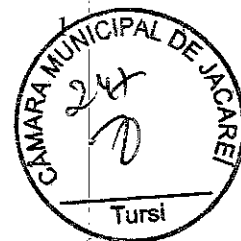

DECIO NOTARANGEL
Relator



TERCEIRA ANULAÇÃO JUDICIAL



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4

Nº Ordem 806/2010

1ª Vara Cível de Jacareí

Requerente(s): MARCO AURÉLIO DE SOUZA
Requerido(s): FAZENDA MUNICIPAL

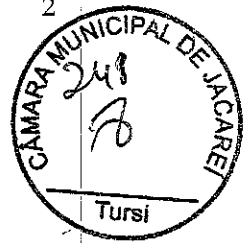
MARCO AURÉLIO DE SOUZA, ex-Prefeito do Município de Jacareí, ajuizou a presente ação em face da **MUNICIPALIDADE DE JACAREÍ**, visando à anulação do Decreto Legislativo nº 299/2009, que rejeitou as contas do Poder Executivo do ano de 2001.

Em síntese, afirma que era Prefeito Municipal no ano de 2001 e que suas contas daquele ano foram parcialmente rejeitadas pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, em tese, o Poder Executivo não teria investido mais de 25% da arrecadação tributária na educação. Esclarece que em 2005 houve um primeiro julgamento pela Câmara de Vereadores, que, seguindo a orientação do Tribunal de Contas, manteve a rejeição. Ocorre que em razão de o direito de defesa do autor ter sido cerceado na oportunidade, o Decreto Legislativo 255/2005 foi anulado pelo Poder Judiciário, em mandado de segurança impetrado pelo ora requerente.

A decisão judicial transitou em julgado e determinou que fosse dada ao autor a oportunidade de se defender. A Câmara, então, anulou o Decreto Legislativo nº 255/2005 em 28.10.2009 e notificou o requerente para que oferecesse defesa.



PODER JUDICIÁRIO SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

Ao oferecer sua defesa, pleiteou a produção de prova pericial, que não foi autorizada pela Câmara. Diz, então, que a Câmara Municipal está incorrendo no mesmo erro de anteriormente, vedando ao autor a produção de provas e, por consequência, cerceando seu direito de defesa.

Esclarece também que não foi formada nenhuma comissão processante e que a rejeição das contas ocorreu por julgamento ficto, já que a sessão em que seriam votadas as contas de 2001 foi esvaziada exatamente pela discordância dos Vereadores com o indeferimento do pedido de produção de prova pericial.

Sustenta, porém, que o julgamento ficto por decurso de prazo é inconstitucional e, além disso, foi feito antes que decorresse integralmente o prazo previsto no Regimento Interno da Casa Legislativa (**art. 132, II**). Ademais, o Presidente da Câmara não tinha poderes para promulgar o Decreto Legislativo, usurpando competência do plenário.

Pede, então, que novamente seja reconhecido o cerceamento de defesa e a inconstitucionalidade do julgamento ficto, bem como o erro de procedimento relativo à não formação da comissão processante (**art. 20, VI da Lei Orgânica do Município**), tudo para o



PODER JUDICIÁRIO SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

fim de reconhecer a nulidade do Decreto Legislativo nº 299/2009, que rejeitou as contas de 2001 do Poder Executivo.

Pediu tutela antecipada, para suspender os efeitos do referido decreto. O pedido inicialmente foi indeferido (fl. 457), mas concedido em agravo de instrumento (fls. 485/486 e 586/592).

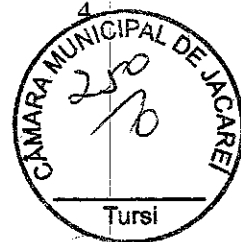
A **MUNICIPALIDADE** apresentou contestação, aduzindo que a **CÂMARA MUNICIPAL** não disponibilizou documentos necessários para a apresentação da defesa e que, apesar disso, o requerente teve a oportunidade de se defender e que o Decreto Legislativo atacado foi exarado depois de seguidos todos os trâmites legais (fls. 531/536).

Houve réplica (fls. 554/561), decisão saneadora que deferiu o ingresso da **CÂMARA MUNICIPAL** como assistente da requerida e determinou a ela que entregasse ao **MUNICÍPIO** cópias da documentação por ele solicitada, abrindo-se novo prazo para contestação (fl. 596).

A **CÂMARA** apresentou os documentos (fls. 644/885). Apesar de cientificada do fato de que as cópias do processo administrativo foram apresentadas e da instauração de inquérito policial (fl. 904), a requerida não aditou sua contestação, como autorizado pela



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

decisão de fl. 596, mas não teve nenhum prejuízo, porque não foram apresentados novos documentos.

É o relatório.

A ação é procedente.

Constituição Federal, art. 5º:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

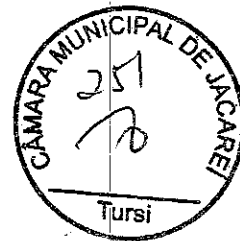
Pois bem.

O requerente teve suas contas de 2001 analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que as rejeitou. Naquela instância, o autor apresentou sua defesa, que foi rejeitada.

Instaurou-se em seguida, na Câmara Municipal, novo processo visando ao julgamento das contas da administração do requerente no ano de 2001. Rejeitadas as contas, o decreto legislativo foi anulado pelo Poder Judiciário, por cerceamento de defesa, com trânsito em julgado (fls. 308/313).



PODER JUDICIÁRIO SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

Prosseguiu-se, então, com o processo, sobrevivendo parecer da assessoria jurídica da Câmara (**fls. 319**) e defesa escrita do requerente (**fls. 355/371**), através da qual pleiteou a formação de comissão especial e a produção de prova pericial.

As Comissões de Constituição de Justiça e de Finanças e Orçamento exararam parecer não fundamentado pela rejeição das contas (**fl. 374**), depois de “reunião” que foi questionada por outros membros das referidas Comissões, que não teriam sido convocados (**fls. 394/396**).

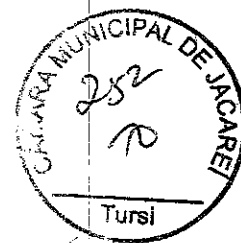
Vieram, então, novas manifestações das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, agora fundamentando sua decisão (**fls. 397/398**), e de sete vereadores (**fl. 403**).

O requerente, mais uma vez, insistiu na produção da prova pericial (**fls. 412/416**), mas parecer da Assessoria Jurídica da Câmara declarou desnecessária a produção daquela prova (**fls. 417/420**).

Em sessão ordinária datada de 15.12.2009 (**fls. 426/435**), diante do indeferimento da produção da perícia pelo Presidente da casa legislativa, que não acolheu pedido de um dos



PODER JUDICIÁRIO SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4

Nº Ordem 806/2010

1ª Vara Cível de Jacareí

Vereadores para que a questão fosse decidida pelo plenário, sete Vereadores abandonaram a sessão (**fls. 433/435**), ficando prejudicada a apreciação das contas do autor.

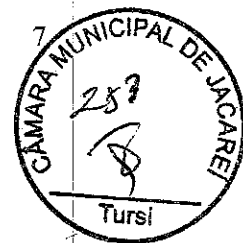
Depois disso, fundando-se no decurso de prazo para a apreciação da questão e nos **artigos 26, III e 28, VII da Lei Orgânica do Município, 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal e 122, § 4º, 131 e 132, II do Regimento Interno**, expediu-se o Decreto Legislativo atacado, que recebeu o número 299/2009 (**fls. 437/439**), que rejeitou as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí no ano 2001.

Ocorre, porém, que o requerente, em sua defesa administrativa, impugna as contas elaboradas pelo Tribunal de Contas e que serviram como fundamento para que o parecer daquele órgão fosse pela rejeição das contas da Prefeitura em 2001.

Segundo o requerente, os técnicos do Tribunal de Contas não levaram em consideração o fato de que algumas das despesas da área de educação contraídas no ano 2001 só foram liquidadas em 2002, tendo ficado ao final daquele ano como “restos a pagar”. Ademais, afirma que esses restos a pagar de 2001 também não foram considerados para a apuração relativa a 2002, exatamente porque eram referentes a 2001.



PODER JUDICIÁRIO SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4

Nº Ordem 806/2010

1ª Vara Cível de Jacareí

Esclarece que, se considerados tais “restos a pagar”, o percentual de investimento na área de educação de 2001 superaria os 25% e, com isso, suas contas seriam aprovadas.

O indeferimento da prova pericial, segundo parecer da Assessoria Jurídica da Câmara (fls. 417/420), é fundado no fato de que a prova pericial seria “desnecessária”, por já ter sido produzida no Tribunal de Contas.

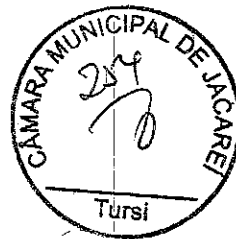
Ocorre que são exatamente as contas do Tribunal de Contas que o autor está impugnando, de modo que negar a produção da perícia e prestigiar as contas impugnadas, sem direito à contraprova, revela novo cerceamento de defesa, impondo novamente a nulidade do processo, dessa vez parcialmente, já que parte dos atos produzidos devem ser preservados.

E depois de realizada a perícia, o laudo pericial deverá ser analisado por comissão especialmente formada para esse fim (Lei Orgânica do Município, art. 20, § 2º), que emitirá parecer fundamentado, do qual o requerente poderá se manifestar, antes de a questão ser levada ao plenário da Casa.

E se o processo é parcialmente nulo em razão do cerceamento de defesa, nulo é, também, o Decreto Legislativo 299/2009.



PODER JUDICIÁRIO SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4

Nº Ordem 806/2010

1ª Vara Cível de Jacareí

Em face das considerações tecidas, julga-se **PROCEDENTE** a ação, para anular parcialmente o processo administrativo, a partir da fl. 170, inclusive (Relatório e Voto das Comissões 1 e 2, cuja cópia se encontra à fl. 374 destes autos), determinando-se **i)** a produção da prova pericial pleiteada pelo ora requerente, com possibilidade de formulação de quesitos e acompanhamento por assistente técnico; **ii)** a formação de comissão especial para analisar a referida prova, emitindo parecer; assim como das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento, que analisarão todas as provas produzidas de acordo com suas competências específicas; e **iii)** a intimação do ex-Prefeito MARCO AURÉLIO para que se manifeste sobre a prova e sobre o parecer da comissão especial, antes de colocado o processo em pauta. Declara-se nulo, também, o Decreto Legislativo nº 299/2009. Sucumbente, arcará a requerida com os honorários advocatícios dos patronos do requerente, fixados em 20% do valor atualizado da causa.

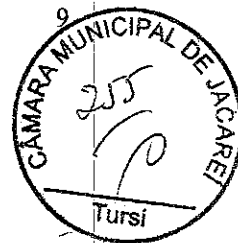
Transitada em julgado a sentença, oficie-se ao Presidente da Câmara de Vereadores, dando-se-lhe ciência desta decisão, para cumprimento.

P. R. I. C.

Jacareí, 16 de fevereiro de 2012.



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

PAULO ALEXANDRE AYRES DE CAMARGO
Juiz de Direito

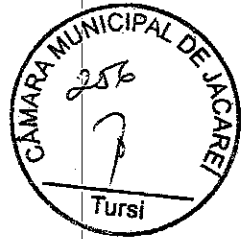


CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

BAT

Ofício nº 060/11/2018-SP

Jacareí, 22 de novembro de 2018.



Prezado Senhor,

*Recebi
23/11/18
AP [assinatura]*

Servimo-nos do presente para intimar Vossa Senhoria de que esta Câmara Municipal aprovou o Decreto Legislativo nº 406/2018, de 18 de outubro p. passado, que revogou os Decretos Legislativos nºs 299/2009, de 17/12/2009, 300/2010, de 17/03/2010, 377/2016, de 07/04/2016, e 378/2016, de 07/04/2016, referentes, respectivamente, às Contas do Executivo Municipal nos exercícios de 2001, 2006, 2011 e 2012.

Nesta oportunidade, para seu conhecimento, encaminhamos cópia do Decreto Legislativo nº 406/2018 e do respectivo processo que o originou (Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 03/07/2018), bem como do Parecer nº 353-JACC-SAJ-12/2018, de 20/11/2018, da Secretaria de Assuntos Jurídicos desta Câmara Municipal, discriminando os procedimentos e providências a serem adotados para a retomada de andamento do Processo do Legislativo nº 182/2005, de 17/10/2005, relativo às Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí do exercício de 2001.

Registramos ainda que os autos do Processo nº 182/2005 se encontram disponibilizados para consulta, podendo ser-lhe enviados por cópia, na íntegra, através de e-mail que Vossa Senhoria indicar.

Também se encontram à disposição, para consulta nesta Casa, o processo das Contas Municipais de 2001 (TC-1932/026/2001) e os volumes de documentos que os integram.

[assinatura]

Comunicamos ainda, na forma do disposto no inciso VII, letra "a", do artigo 28 da Lei Orgânica do Município de Jacareí e do inciso V do artigo 131 do



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

BAT

Ofício nº 060/11/2018-SP, de 22/11/2018, ao ex-Prefeito Municipal de Jacareí Marco Aurélio de Souza, ref. julgamento das Contas Municipais do exercício de 2001. – Folha 1



Regimento Interno deste Legislativo, que, quando da apreciação da matéria pelo Plenário, será-lhe-á concedida a oportunidade de sustentação oral, pessoalmente ou por advogado legalmente constituído.

Sem outro particular, subscrevemo-nos com protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

LUCIMAR PONCIANO LUIZ
Presidente

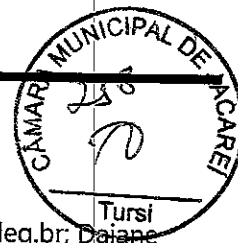
A Sua Senhoria, o Senhor

MARCO AURÉLIO DE SOUZA

Ex-Prefeito Municipal de Jacareí

Em mão

Tursi



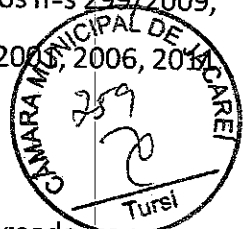
De:
Enviado em:
Para:

Tursi <tursi@jacarei.sp.leg.br>
sexta-feira, 23 de novembro de 2018 15:23
ana_carolinaneves@hotmail.com; Atas - Felipe
(felipe.atas@camarajacarei.sp.gov.br); comissoes@jacarei.sp.leg.br; Daiane
Briet Hasmann (dbh.adv@gmail.com); elena@jacarei.sp.leg.br; fredy
(fredy@jacarei.sp.leg.br); gabinete abner
(gabinete.abnermadureira@jacarei.sp.leg.br); gabinete aderbal
(gabinete.aderbal.sodre@jacarei.sp.leg.br); gabinete arildo
(gabinete.arildobatista@jacarei.sp.leg.br); gabinete fernando da ótica
(gabinete.fernandoramos@jacarei.sp.leg.br); gabinete juarez
(gabinete.juarezaraujo@jacarei.sp.leg.br); gabinete lucimar
(gabinete.lucimarponciano@jacarei.sp.leg.br); gabinete luís flávio
(gabinete.luisflavio.flavinho@jacarei.sp.leg.br); gabinete paulinho do esporte
(gabinete.paulinhodoesporte@jacarei.sp.leg.br); gabinete paulinho dos
condutores (gabinete.paulinhodoscondutores@jacarei.sp.leg.br); gabinete
soniapatadaamizade@jacarei.sp.leg.br; gabinete valmir
(gabinete.valmirdoparquemeialua@jacarei.sp.leg.br); Ivone - Central de Cópias
(ivone@camarajacarei.sp.gov.br); jorge-cespedes@jacarei.sp.leg.br; márcia
(gabinete.dramarciasantos@jacarei.sp.leg.br); miro; Moacir - Secretaria
(moacir@camarajacarei.sp.gov.br); rodrigo
(gabinete.drrodrigosalomon@jacarei.sp.leg.br); Abner
(ver.abnermadureira@jacarei.sp.leg.br); aderbal
(ver.aderbal.sodre@jacarei.sp.leg.br); juarez
(ver.juarezaraujo@jacarei.sp.leg.br); lucimar
(ver.lucimarponciano@jacarei.sp.leg.br); luís flávio
(ver.luisflavio.flavinho@jacarei.sp.leg.br); márcia
(ver.dramarciasantos@jacarei.sp.leg.br); paulinho dos condutores
(ver.paulinhodoscondutores@jacarei.sp.leg.br); presidência
(presidencia.lucimarponciano@jacarei.sp.leg.br); rodrigo
(ver.drrodrigosalomon@jacarei.sp.leg.br); sonia
(ver.soniapatadaamizade@jacarei.sp.leg.br); 'Ver. Arildo Batista
(arildobatista@camarajacarei.sp.gov.br)'; 'Ver. Fernando da Ótica
(fernandoramos@camarajacarei.sp.gov.br)'; 'Ver. Paulinho do Esporte
(paulinhodoesporte@camarajacarei.sp.gov.br)'; 'Ver. Valmir
(valmirdoparquemeialua@jacarei.sp.leg.br)'
Assunto: Consulta e Parecer referentes Contas Anuais do Executivo Municipal -
revogação do Decreto 299-2009 pelo Decreto Legislativo 406-2018
Anexos: Consulta e Parecer referentes Contas Anuais do Executivo Municipal -
revogação do Decreto 299-2009 pelo Decreto Legislativo 406-2018.pdf

Senhores Vereadores,

Por determinação da Sra. Presidente desta Câmara Municipal, Vereadora Lucimar Ponciano Luiz, para o devido conhecimento, em especial dos integrantes das Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossas Senhorias cópia de consulta formulada pelo Setor de Proposituras e respectiva resposta, por meio do Parecer nº 353-JACC-SAJ-12/2018, datado de 20/11/2018,

da Secretaria de Assuntos Jurídicos, discriminando os procedimentos e providências a serem adotados para a retomada de andamento do Processo do Legislativo nº 182/2005 (Contas do exercício de 2001), tendo em vista o Decreto Legislativo nº 406/2018, de 18/10/2018, que revogou os Decretos Legislativos nºs 299/2009, 300/2010, 377/2016 e 378/2016, referentes, respectivamente, às Contas dos exercícios de 2001, 2006, 2011 e 2012.



Registro que no último dia 29 de outubro, através de e-mail, já foi informado aos nobres Vereadores que na pasta de compartilhamento existente entre o Setor de Proposituras, Secretaria Legislativa e Gabinetes dos Vereadores, foi disponibilizada uma pasta contendo os processos que deram origem aos Decretos Legislativos revogados pelo de nº 406/2018.

Sem mais, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Benedito Tursi

Secretário Legislativo III

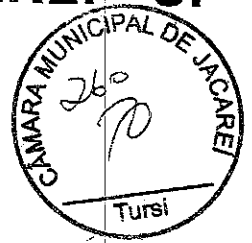
Setor de Proposituras



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



Comunicado Interno

Jacareí, 23 de novembro de 2018.

REF.: Parecer nº 353/2018-JAACC –SAJ 12/2018

Ilustríssimo Senhor

Jorge Alfredo Cespedes Campos

Consultor Jurídico - Chefe

Solicito orientação para definição e atendimento ao item II Formação de comissão especial para analisar o processo em questão. Pois na observância do Regimento Interno e Lei Orgânica do Município a respeito desta questão, resta saber:

I) Formação da Comissão especial número de membros visto na LOM menciona líder da bancada, atualmente temos 7 partidos,

II) Entendendo a atribuição da CJC e COF os membros das mesmas pode compor?

III) Expressar um cronograma para a formalização, até quando apresentar os representantes, visto a publicação.

Atenciosamente,


Jorge Alfredo Cespedes Campos
Secretário - Diretor Jurídico

23/11/18

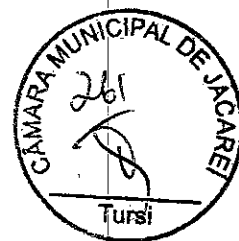

LUCIMAR PONCIANO LUIZ
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



Comunicado Interno

Jacareí, 23 de novembro de 2018.

REF.: Parecer nº 353/2018-JAACC –SAJ 12/2018

Ilustríssimo Senhor

Jorge Alfredo Cespedes Campos

Consultor Jurídico - Chefe

Solicito orientação para definição e atendimento ao item II Formação de comissão especial para analisar o processo em questão. Pois na observância do Regimento Interno e Lei Orgânica do Município a respeito desta questão, resta saber:

I) Formação da Comissão especial número de membros visto na LOM menciona líder da bancada, atualmente temos 7 partidos,

II) Entendendo a atribuição da CJC e COF os membros das mesmas pode compor?

III) Expressar um cronograma para a formalização, até quando apresentar os representantes, visto a publicação.

Atenciosamente,

LUCIMAR PONCIANO LUIZ

Presidente

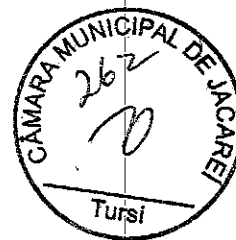


CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Jacareí, 26 de novembro de 2018.



Memorando Interno nº 023/2018 - SAJ

**Ref.: RESPOSTA A CONSULTA
FORMULADA SOBRE COMPOSIÇÃO DE
COMISSÃO ESPECIAL**

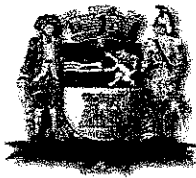
A excelentíssima senhorita Presidente
Lucimar Ponciano Luiz

Complementando informações anteriormente fornecidas por esta Secretaria, envio o parecer nº 356 – JACC – SAJ – 11/2018.

No mais, permanecemos inteiramente à disposição para eventuais dúvidas ou sugestões de Vossa Excelência.

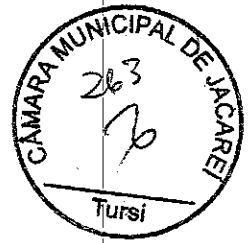
Atenciosamente,

Jorge Alfredo Cespedes Campos
Secretário-Diretor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



EMENTA: *Consulta da Presidência sobre o procedimento de processamento das contas do chefe do Poder Executivo diante de Ação Anulatória nº 0006380-90.2010.8.26.0292. Lei Orgânica do Município. Regimento Interno da Câmara Municipal. Considerações.*

PARECER Nº 356 – JACC – SAJ - 11/2018

RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela egrégia Presidência, acerca dos procedimentos de processamento das contas do chefe do Executivo, ante decisão judicial proferida em sede de ação anulatória, à vista das orientações ventiladas no parecer nº 356 – JACC – SAJ - 11/2018. No item I do citado parecer ficou consignado que:

I - na forma do artigo 53 do R.I. deverá ser composta a Comissão Especial Processante, a fim de atender ao item II da decisão judicial;

Diante disso, indaga a consulente o seguinte:

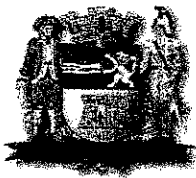
I – formação da Comissão Especial número de membros visto na LOM menciona líder da bancada, atualmente temos 7 partidos;

II – entendendo a atribuição da CJC e COF os membros das mesmas pode compor?

III- expressar um cronograma para a formalização, até quando apresentar os representantes, visto a publicação;

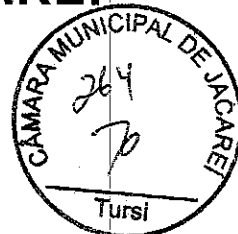
A consulta não veio documentada. Feitos tais esclarecimentos, passo a manifestação.

Página 1 de 4



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



FUNDAMENTAÇÃO

Acerca do tema em análise, **não** há disposição explícita na Lei Orgânica do Município (L.O.M.) ou do Regimento Interno (R.I.).

Contudo, verifica-se que todas as Comissões formadas no âmbito do Poder Legislativo, quando há menção ao número de membros, têm-se um colegiado composto por três pessoas. Nesse sentido:

L.O.M.

Artigo 33 - O processo de cassação do mandato de Vereador pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá o seguinte rito:

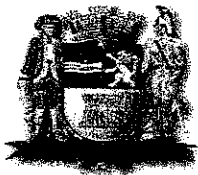
*VIII - decidida a aceitação, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão Processante, **com 03 (três) Vereadores** sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão o Presidente e o Relator, comunicando a Mesa no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;*

R.I.

*Art. 9º A Mesa da Câmara, com mandato de 02 (dois) anos consecutivos, **será composta de três Vereadores**, sendo um Presidente, um 1º e um 2º Secretário, e a ela compete privativamente:*

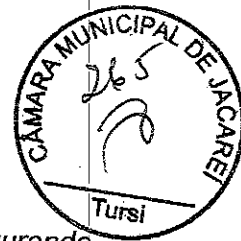
*Art. 32. As Comissões Permanentes são 9 (nove), **composta cada uma de 3 (três) membros** efetivos e suplentes, com as seguintes denominações:*

Art. 51. As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação semelhantes aos das autoridades judiciais, além de outros previstos neste Regimento Interno, e serão criadas pelo Legislativo, mediante requerimento de um terço (1/3) dos membros da Câmara para apuração de fato determinado que se inclua na competência do Município e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



(...)

§ 3º **A Comissão será composta de 3 (três) membros**, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos que participem da Câmara.

Portanto, em resposta a primeira indagação, por força da *analogia* como método de integração do direito¹, reputo ser indicado que a Comissão Especial seja composta por três membros.

Prosseguindo, quanto ao item II da consulta, acerca da possibilidade dos membros das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e Finanças e Orçamento (FO) virem a compor referida Comissão Especial, compulsando a L.O.M. e o R.I. não se vislumbra qualquer ilegalidade ou restrição positivada.

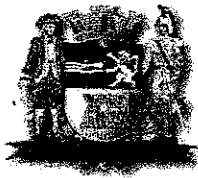
Contudo, a fim de conferir maior lisura ao ato administrativo em apreço, e considerando o item IV do parecer nº 356 – JACC – SAJ - 11/2018, é substancialmente recomendável que os membros da Comissão Especial não figurem como membros titulares da CCJ e FO, observado o disposto pelo artigo 29 e seguintes do RI².

Por derradeiro, quanto o item III da consulta, não é possível a esta Secretaria de Assuntos Jurídicos fixar cronograma para a matéria em exame, uma vez que tal providência é matéria relegada a norma.

Contudo, considerando a omissão da LOM e do RI acerca da questão e, não vislumbrando norma similar aplicável ao caso, como método de integração, *os princípios gerais do direito* orientam a fixação de tempo razoável.

¹ Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. - Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

² Art. 29. Assegurar-se-á, em cada Comissão Permanente, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com representação na Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Deste modo, considerando que há possibilidade de trancamento da pauta, acaso a matéria não seja deliberada no prazo total de 60 (sessenta) dias, o prazo, embora razoável, poderá ser reduzido, ficando, contudo, a critério da Presidência.

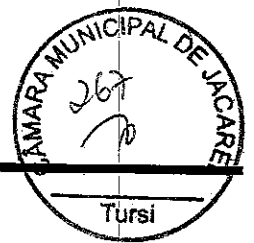
CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, a luz do regramento vigente acerca da matéria em questão, bem como dos métodos de integração do direito para os casos omissos, são estas as orientações que, respeitosamente, indicamos ao presente caso.

É o parecer, *sub censura*.

Jacareí, 26 de novembro de 2018.

Jorge Alfredo Céspedes Campos
Secretário-Diretor Jurídico



De: Tursi <tursi@jacarei.sp.leg.br>
Enviado em: terça-feira, 27 de novembro de 2018 10:59
Para: ana_carolinaneves@hotmail.com; Atas - Felipe (felipe.atas@camarajacarei.sp.gov.br); comissoes@jacarei.sp.leg.br; Daiane Briet Hasmann (dbh.adv@gmail.com); elena@jacarei.sp.leg.br; fredy (fredy@jacarei.sp.leg.br); gabinete abner (gabinete.abnermadureira@jacarei.sp.leg.br); gabinete aderbal (gabinete.aderbal.sodre@jacarei.sp.leg.br); gabinete arildo (gabinete.arildobatista@jacarei.sp.leg.br); gabinete fernando da ótica (gabinete.fernandoramos@jacarei.sp.leg.br); gabinete juarez (gabinete.juarezaraujo@jacarei.sp.leg.br); gabinete lucimar (gabinete.lucimarponciano@jacarei.sp.leg.br); gabinete luís flávio (gabinete.luisflavio.flavinho@jacarei.sp.leg.br); gabinete paulinho do esporte (gabinete.paulinhodoesporte@jacarei.sp.leg.br); gabinete paulinho dos condutores (gabinete.paulinhodoscondutores@jacarei.sp.leg.br); gabinete soniapatadasamizade@jacarei.sp.leg.br; gabinete valmir (gabinete.valmirdoparquemeialua@jacarei.sp.leg.br); Ivone - Central de Cópias (ivone@camarajacarei.sp.gov.br); jorge-cespedes@jacarei.sp.leg.br; márcia (gabinete.dramarciasantos@jacarei.sp.leg.br); miro; Moacir - Secretaria (moacir@camarajacarei.sp.gov.br); rodrigo (gabinete.drrodrigosalomon@jacarei.sp.leg.br); Abner (ver.abnermadureira@jacarei.sp.leg.br); aderbal (ver.aderbal.sodre@jacarei.sp.leg.br); juarez (ver.juarezaraujo@jacarei.sp.leg.br); lucimar (ver.lucimarponciano@jacarei.sp.leg.br); luís flávio (ver.luisflavio.flavinho@jacarei.sp.leg.br); márcia (ver.dramarciasantos@jacarei.sp.leg.br); paulinho dos condutores (ver.paulinhodoscondutores@jacarei.sp.leg.br); presidência (presidencia.lucimarponciano@jacarei.sp.leg.br); rodrigo (ver.drrodrigosalomon@jacarei.sp.leg.br); sonia (ver.soniapatadasamizade@jacarei.sp.leg.br); 'Ver. Arildo Batista (arildobatista@camarajacarei.sp.gov.br)'; 'Ver. Fernando da Ótica (fernandoramos@camarajacarei.sp.gov.br)'; 'Ver. Paulinho do Esporte (paulinhodoesporte@camarajacarei.sp.gov.br)'; 'Ver. Valmir (valmirdoparquemeialua@jacarei.sp.leg.br)'
Assunto: Julgamento de Contas Anuais do Executivo Municipal (exercício de 2001) - URGENTE
Anexos: Comunicado Interno e Parecer 356 (Jurídico) referentes Contas Anuais do Executivo - revogação do D.L. 299-09 pelo D.L. 406-18.pdf

Prezados Vereadores,

Por determinação da Senhora Presidente desta Casa Legislativa, Vereadora Lucimar Ponciano Luiz, encaminho a Vossas Senhorias, pedindo atenção especial dos Senhores Líderes das Bancadas Partidárias, cópia de Comunicado Interno solicitando à Secretaria de Assuntos Jurídicos do Legislativo orientação quanto à formação da Comissão Especial Processante indicada no Parecer nº 353/2018-JAAC-SAJ 12/2018, apresentado no Processo nº 182/2005, de 17/10/2015, relativo ao julgamento das contas anuais de 2001 do Executivo Municipal Jacareense, expediente que originou o Parecer nº 356-JACC-SAJ-11/2018, também anexo.

Em decorrência dessa orientação, comunico que a instituição da Comissão Especial Processante deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

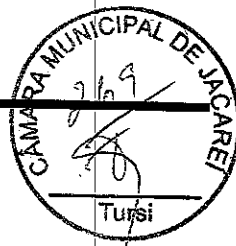


- 1) ser formada por três Vereadores;
- 2) obedecer, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participem da Câmara;
- 3) os partidos com maior representatividade na Câmara terão preferência na constituição da Comissão;
- 4) com a finalidade de que seja conferida maior lisura, não deverão participar da Comissão os Vereadores titulares das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento do Legislativo (Vereadores Dra. Márcia Santos, Paulinho dos Condutores, Luís Flávio, Dr. Rodrigo Salomon, Abner de Madureira e Paulinho do Esporte).
- 5) as indicações deverão ser feitas pelos Líderes Partidários, sendo possível apenas a indicação dos seguintes partidos e vereadores:
pelo PSDB, Vereador Aderbal Sodré,
pelo PSD, Vereador Juarez Araújo,
pelo PT, Vereador Arildo Batista,
pelo DC, Vereador Valmir do Parque Meia Lua,
pelo PSC, Vereador Fernando da Ótica Original, e
pelo PSB, Vereadora Sônia Patas da Amizade.
- 6) Dada a exiguidade de tempo, necessidade de aprovação em plenário e publicação de portaria, as indicações deverão ser encaminhadas ao e-mail moacir@jacarei.sp.leg.br **até as 9 horas do dia 28 de novembro próximo.**
- 7) entender-se-á que os partidos que não manifestarem sua indicação até a data e hora estipuladas não indicarão representantes na Comissão a ser formada.
- 8) Caso haja mais de três indicações, observada a preferência de representatividade, as vagas porventura existentes serão preenchidas por sorteio.
- 9) A instituição da Comissão Especial, mediante requerimento a ser votado em Plenário, ocorrerá na primeira fase da Sessão Ordinária do dia 29 de novembro de 2018, de acordo com o disciplinado no artigo 72 do Regimento Interno do Legislativo.
- 10) Constituída a Comissão, seus membros comunicarão à Presidência, na mesma sessão, os nomes do Presidente e do Relator.

Sem mais, contando com a valiosa atenção dos Senhores Vereadores, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Benedito Tursi
Secretário Legislativo III
Setor de Proposituras

Tursi



De:
Enviado em:
Para:

Tursi <tursi@jacarei.sp.leg.br>
terça-feira, 27 de novembro de 2018 11:08
ana_carolinaneves@hotmail.com; Atas - Felipe
(felipe.atas@camarajacarei.sp.gov.br); comissoes@jacarei.sp.leg.br; Daiane
Briet Hasmann (dbh.adv@gmail.com); elena@jacarei.sp.leg.br; fredy
(fredy@jacarei.sp.leg.br); gabinete abner
(gabinete.abnermadureira@jacarei.sp.leg.br); gabinete aderbal
(gabinete.aderbal.sodre@jacarei.sp.leg.br); gabinete arildo
(gabinete.arildobatista@jacarei.sp.leg.br); gabinete fernando da ótica
(gabinete.fernandoramos@jacarei.sp.leg.br); gabinete juarez
(gabinete.juarezaraujo@jacarei.sp.leg.br); gabinete lucimar
(gabinete.lucimarponciano@jacarei.sp.leg.br); gabinete luís flávio
(gabinete.luisflavio.flavinho@jacarei.sp.leg.br); gabinete paulinho do esporte
(gabinete.paulinhodoesporte@jacarei.sp.leg.br); gabinete paulinho dos
condutores (gabinete.paulinhodoscondutores@jacarei.sp.leg.br); gabinete
soniapatadasdaamizade@jacarei.sp.leg.br; gabinete valmir
(gabinete.valmirdoparquemeialua@jacarei.sp.leg.br); Ivone - Central de Cópias
(ivone@camarajacarei.sp.gov.br); jorge-cespedes@jacarei.sp.leg.br; márcia
(gabinete.dramarciasantos@jacarei.sp.leg.br); miro; Moacir - Secretaria
(moacir@camarajacarei.sp.gov.br); rodrigo
(gabinete.drrodrigosalomon@jacarei.sp.leg.br); Abner
(ver.abnermadureira@jacarei.sp.leg.br); aderbal
(ver.aderbal.sodre@jacarei.sp.leg.br); juarez
(ver.juarezaraujo@jacarei.sp.leg.br); lucimar
(ver.lucimarponciano@jacarei.sp.leg.br); luís flávio
(ver.luisflavio.flavinho@jacarei.sp.leg.br); márcia
(ver.dramarciasantos@jacarei.sp.leg.br); paulinho dos condutores
(ver.paulinhodoscondutores@jacarei.sp.leg.br); presidência
(presidencia.lucimarponciano@jacarei.sp.leg.br); rodrigo
(ver.drrodrigosalomon@jacarei.sp.leg.br); sonia
(ver.soniapatadasdaamizade@jacarei.sp.leg.br); 'Ver. Arildo Batista
(arildobatista@camarajacarei.sp.gov.br)'; 'Ver. Fernando da Ótica
(fernandoramos@camarajacarei.sp.gov.br)'; 'Ver. Paulinho do Esporte
(paulinhodoesporte@camarajacarei.sp.gov.br)'; 'Ver. Valmir
(valmirdoparquemeialua@jacarei.sp.leg.br)'
Julgamento de Contas Anuais do Executivo Municipal (exercício de 2001) -
URGENTE - correção de data da sessão ordinária

Assunto:

Prezados Vereadores e Servidores,

No e-mail enviado há pouco, relativo ao Julgamento de Contas Anuais do Executivo Municipal (exercício de 2001) e formação da respectiva Comissão Especial Processante, comunico que por equívoco a data da Sessão Ordinária constou como sendo dia 29 de novembro, ao passo que o correto é 28 DE NOVEMBRO DE 2018. Apresento escusas pelo engano e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Benedito Tursi
Secretário Legislativo III
Setor de Proposituras

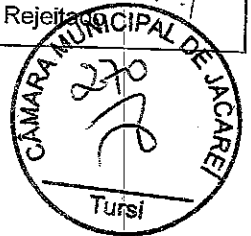


CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Tramitado em Sessão
<input checked="" type="checkbox"/> Aprovado
<input type="checkbox"/> Rejeitado



REQUERIMENTO Nº 276/2018

Assunto: Requer a constituição de Comissão Especial Processante destinada à análise das Contas do Exercício de 2001 da Prefeitura Municipal de Jacareí, constantes do Processo nº 182/2005, de 17/10/2005, de Julgamento de Contas do Executivo.

REQUEREMOS, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades do Regimento Interno do Legislativo, em especial o artigo 53, a constituição de Comissão Especial Processante destinada à análise das Contas do Exercício de 2001 da Prefeitura Municipal de Jacareí, constantes do Processo nº 182/2005, de 17/10/2005, de Julgamento de Contas do Executivo.

A constituição da referida Comissão atende determinação judicial no Processo nº 0006380-90.2010.8.26.0292 - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme constante do Parecer nº 353-JACC-SAJ-12/2018 da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal, parecer este juntado aos autos do Processo nº 182/2005 supracitado.

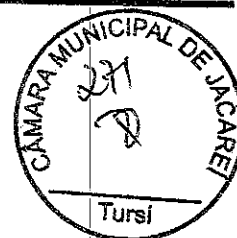
Certos da aprovação dos nobres pares, subscrevemos agradecidos.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2018.

LUCIMAR PONCIANO
Vereadora - PSDB
Presidente

moacir@jacarei.sp.leg.br

De: ver.drrodrigosalomon@jacarei.sp.leg.br
Enviado em: quarta-feira, 28 de novembro de 2018 09:21
Para: moacir@jacarei.sp.leg.br
Assunto: Indicação para formação de comissão especial



Bom dia Moacir,

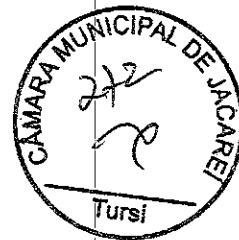
O Vereador Dr. Rodrigo Salomon, como líder do PSDB, indica o vereador do PSDB, Aderbal Sodré para ocupar a comissão especial processante para o julgamento das contas anuais do executivo municipal, exercício de 2001, conforme recomendação do TCE.

Att,

Henrique Alberto da Silva
Chefe de Gabinete

moacir@jacarei.sp.leg.br

De: Paulinho do Esporte <paulinhodoesporte@jacarei.sp.leg.br>
Enviado em: quarta-feira, 28 de novembro de 2018 09:43
Para: moacir@jacarei.sp.leg.br
Assunto: Comissão



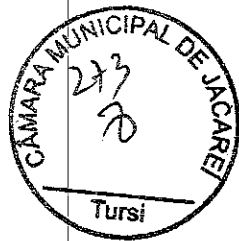
Bom dia Moacir

Vereador Paulinho do Esporte líder do PSD em Jacaré, indica o vereador Juarez Araújo para compor a Comissão Especial Processante das Contas Anuais do Executivo Municipal (exercício de 2001).

Abraços

moacir@jacarei.sp.leg.br

De: Arildo Batista <arildobatista@jacarei.sp.leg.br>
Enviado em: quarta-feira, 28 de novembro de 2018 09:45
Para: moacir@jacarei.sp.leg.br
Assunto: Indicação para comissão especial processante 2001 do executivo municipal



Bom dia, Moacir

Segue conforme solicitado..

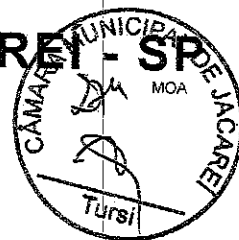
Na qualidade de líder do Partido dos Trabalhadores -PT , indico meu nome, Arildo Batista , para compor a comissão especial processante 2001 do executivo municipal .

Sds

Arildo Batista



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



PORTARIA Nº 70/2018

Nomeia Comissão Especial Processante destinada à análise das Contas do Exercício de 2001 da Prefeitura Municipal de Jacareí, constantes do Processo nº 182/2005, de 17/10/2005, de Julgamento de Contas do Executivo.

LUCIMAR PONCIANO LUIZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

CONSIDERANDO a aprovação do Decreto Legislativo nº 406/2018, que trata da revogação dos Decretos Legislativos nºs 299-2009, 300-2010, 377-29016 e 378-2016, alusivos a contas do Executivo Municipal, publicado no Boletim Oficial do Município de 26 de outubro p. passado;

CONSIDERANDO decisão exarada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos do Processo nº 0006380-90.2010.8.26.0292, que afeta o Processo Legislativo nº 182/2005, de 17/10/2005, de Julgamento de Contas do Executivo Municipal referente ao exercício de 2001;

CONSIDERANDO o Parecer nº 353-JACC-SAJ-12/2018, da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO a aprovação pelo Plenário desta Casa Legislativa do Requerimento nº 276/2018 e as indicações formuladas pelas lideranças da Edilidade,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial Processante destinada à análise das Contas do Exercício de 2001 da Prefeitura Municipal de Jacareí, constantes do Processo nº 182/2005, de 17/10/2005, de Julgamento de Contas do Executivo, composta pelos Vereadores:

- I. Aderbal Sodré - PSDB, como Presidente;
- II. Juarez Araújo - PSD, como Relator; e
- III. Arildo Batista - PT, como Membro.

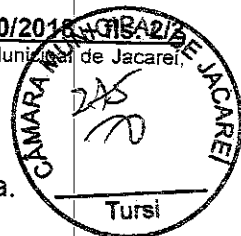


CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

MOA

Nomeia Comissão Especial Processante destinada à análise das Contas do Exercício de 2001 da Prefeitura Municipal de Jacareí, constantes do Processo nº 182/2005, de 17/10/2005, de Julgamento de Contas do Executivo.

Portaria nº 70/2018 - GIBA2/3



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

AFIXE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Jacareí, 28 de novembro de 2018.


LUCIMAR PONCIANO LUIZ
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

BAT

Ofício nº 065/11/2018-SP

Jacareí, 29 de novembro de 2018

Ref. Processo nº 182/2005, de 17/10/2005 – Julgamento de Contas do Executivo
Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí do exercício de 2001



Prezado Senhor,

Servimo-nos do presente para informar a Vossa Senhoria que esta Câmara Municipal aprovou, na Sessão Ordinária realizada dia 28/11/2018, o Requerimento nº 276/2018 para a constituição de Comissão Especial Processante destinada à análise das Contas do Exercício de 2001 da Prefeitura Municipal de Jacareí, constantes do Processo nº 182/2005, de 17/10/2005, de Julgamento de Contas do Executivo, tendo referida Comissão sido formada através da Portaria nº 70/2018, de 28/11/2018, pelos Vereadores Aderbal Sodré (Presidente), Juarez Araújo (Relator) e Arildo Batista (Membro), conforme documentos cujas cópias anexamos.

Nesta oportunidade, fica Vossa Senhoria **intimada** a apresentar quesitos e indicar assistente técnico para a perícia a ser realizada nas áreas contábil e financeira, conforme especificado às fls. 166 dos autos do Processo nº 182/2005, o que deverá ser feito **no prazo de 15 (quinze) dias** contados do recebimento da presente intimação.

Sem outro particular, subscrevemo-nos com protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

LUCIMAR PONCIANO LUIZ

Presidente

A Sua Senhoria, o Senhor

MARCO AURÉLIO DE SOUZA

Ex-Prefeito Municipal de Jacareí

Em mão

Recb em
05/12/18



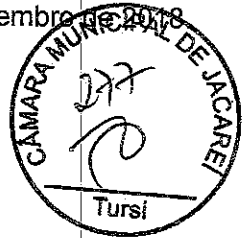
CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

BAT

Ofício nº 066/11/2018-SP

Jacareí, 29 de novembro de 2018

Ref. Processo nº 182/2005, de 17/10/2005 – Julgamento de Contas do Executivo
Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí do exercício de 2001



Excelentíssimo Senhor,

Com a finalidade de instruir o Processo nº 182/2005 deste Legislativo, de 17/10/2005, de Julgamento de Contas do Executivo, relativo às Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí do exercício de 2001, bem como para atendimento à decisão judicial proferida no Processo nº 0006380-90.2010.8.26.0292 – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, solicitamos a valiosa atenção de Vossa Excelência no sentido de que, com a máxima brevidade possível, seja encaminhada a esta Casa Legislativa, para instruir perícia, informação, com juntada de documentos pertinentes, se a Prefeitura de Jacareí despendeu em 2002 recursos empenhados em 2001, a título de “restos a pagar”, atinentes ao desenvolvimento e manutenção do ensino, em volume que permita, somado ao já computado em 2001, atingir o piso constitucional estabelecido para a área de educação.

Segue cópia de pedido formulado pela defesa do ex-Prefeito Marco Aurélio de Souza no referido processo.

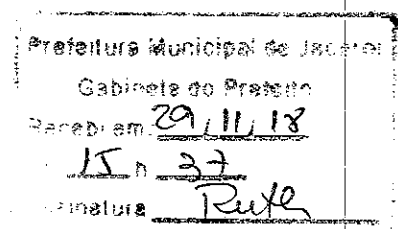
Sem outro particular, agradecendo a atenção dispensada ao presente, valemo-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

LUCIMAR PONCIANO LUIZ

Presidente

A Sua Excelência, o Senhor
IZAÍAS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito Municipal de Jacareí





CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



REQUISIÇÃO DE SERVIÇO

DEPARTAMENTO: PRESIDÊNCIA

DATA: 28/11/2018

PEDIDO (DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E JUSTIFICATIVA)

Contratação de perícia nas áreas contábil e financeira para atender decisão judicial no Processo nº 0006380-90.2010.8.26.0292 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme Parecer nº 353-JACC-SAJ-12/2018, datado de 20/11/2018, da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal, apresentado nos autos do Processo nº 182/2005, de 17/10/2005, de Julgamento de Contas do Executivo relativas ao exercício de 2001 (documentos anexos).

Registra-se a urgência da contratação da perícia tendo em vista o prazo fatal do Processo nº 182/2005, a ocorrer em 12 de fevereiro de 2009, uma vez que, se não deliberado, ocorrerá o trancamento da pauta das sessões do Legislativo, impedindo a apreciação de projetos até que se ultime a sua votação.

DESPACHOS DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA:

Ao D. Compras, para pesquisa de preços praticados pelo mercado fornecedor e obtenção de, pelo menos, três orçamentos que atendam o requisitado, na forma da lei, para deliberação da presidência.

29/11/2018 M. De quem de L. Requena
Secretária - Diretora Administrativa

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA

ANÁLISE PRÉVIA:

conforme encaminhamento contábil e financeiro. Apresentar votação de emergência. 29.11.18

DELIBERAÇÃO:

Lucimar Ponciano Luiz
Presidente

PROTOCOLO

PROTOCOLO Nº 1184 TIPO: 1

DATA 29/11/18 ASS: m

CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Lucimar Ponciano Luiz
Presidente

REQUISITANTE
NOME COMPLETO - CARGO



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



Ref. Contratação de perícia nas áreas contábil e financeira para atender decisão judicial no Processo nº 0006380-90.2010.8.26.0292 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme parecer datado de 20/11/2018, da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal, apresentado nos autos do Processo nº 182/2005, de 17/10/2005, de Julgamento de Contas do Executivo Municipal relativas ao exercício de 2001.

OBJETO DA PERÍCIA

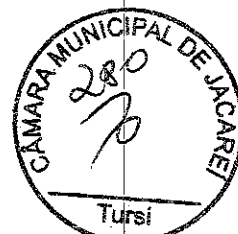
Verificação de despesas do Executivo Municipal Jacareense, no ano de 2001, relativamente a gastos na área de Educação, de forma a que seja verificado o cumprimento da meta de investimento estabelecida em 25%.

Levantamento de "restos a pagar" do exercício de 2001, na área de Educação, e se estes restos integraram a apuração de gastos de 2001 ou 2002.

Câmara Municipal de Jacareí, 28 de novembro de 2018.

LUCIMAR PONCIANO LUIZ

Presidente



EXCELENTÍSSIMA SENHORA VEREADORA LUCIMAR PONCIANO LUZ,
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ,

PROTOCOLO Nº 1225	TIPO: _____
DATA 10/12/18	ASS: _____
CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ	

Processo de Contas Municipais

Autos nº 182/2005 (TC nº 1932/026/2001)

*Junta no autos antigos e
dono processo de contas municipais
[assinatura] 10.12.18*

MARCO AURÉLIO DE SOUZA, melhor qualificado no instrumento de mandato anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados adiante assinados, em face do Ofício nº 060/11/2018, ofertar **MANIFESTAÇÃO ESCRITA** a respeito das prestações de contas referentes ao exercício de 2001, conforme as razões adiante expostas.

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De início, cumpre esclarecer que o peticionário, na condição de ex-Prefeito do Município de Jacareí, recebeu, no dia 23/11/2018, os Ofícios nºs 060/11/2018 e 061/11/2018, oportunidade em que tomou ciência do Decreto Legislativo nº 406/2018.

Referido Decreto, conforme cediço, revogou os Decretos Legislativos nºs 299/2009 e 300/2010, que haviam, então, rejeitado as contas anuais referentes aos exercícios de 2001 e 2006, anos em que o peticionário esteve à frente da Prefeitura Municipal de Jacareí.

A razão para tanto diz respeito à declaração de inconstitucionalidade do art. 28, inciso VII, alínea "b", da Lei Orgânica do Município de Jacareí:

Artigo 28 - Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:
(...)



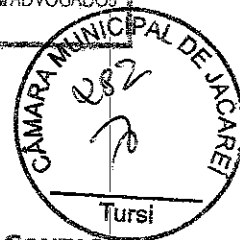
VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:
(...)
b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas; (destaque aditado)

Ou seja, o dispositivo legal que permitia o "julgamento ficto" das contas municipais, em virtude do decurso de prazo de 60 (sessenta) dias relativo à Câmara Edil, foi alvejado, no bojo da ação direta de inconstitucionalidade nº 2189951-23.2016.8.26.0000, determinando-se novo julgamento dos exercícios em referência.

A fim de subsidiar o novo julgamento do processo de contas em testilha, vem o peticionário ofertar a presente manifestação escrita, ao fim da qual se demonstrará, de um lado, a incorreção do parecer exarado pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; de outro, a plena higidez das contas municipais alusivas ao exercício de 2001.

Por derradeiro, o peticionário esclarece que a presente manifestação versa tão somente sobre as contas relativas ao exercício de 2001, de modo que, em petição apartada, ofertará a defesa acerca das contas de 2006. No mesmo compasso, informa o peticionário que a presente defesa cinge-se aos exatos termos deduzidos pelo parecer final do E. TCE/SP, desfavorável à aprovação das contas de 2001; eventuais outros apontamentos realizados pelos órgãos preopinantes já foram superados à medida que esclarecidos pela Municipalidade nos autos do TC nº 1932/026/01 e devidamente acolhidos pela Corte de Contas.

É o que se passa a ver.



II. BREVE SÍNTESE DOS APONTAMENTOS DEDUZIDOS PELO E. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TC nº 1932/026/01)

A d. auditoria, após a análise das contas de 2001, sustentou a existência de diversas irregularidades que, supostamente, comprometeriam a lisura relativa ao exercício em comento (2001). Todos os apontamentos foram contundentemente esclarecidos e justificados por meio da manifestação da Prefeitura Municipal de Jacareí datada de 21/03/2003.

Não obstante, a colenda Corte de Contas exarou parecer desfavorável à aprovação das contas de 2001 em virtude de: **(i)** supostamente não ter a Prefeitura atingido o percentual constitucional de gasto com a educação municipal e **(ii)** não ter justificado os serviços de adequação do aterro sanitário prestados supostamente de forma irregular.

Ato contínuo, a Prefeitura ofertou pedido de reexame, oportunidade em que o Tribunal de Contas reconheceu que as despesas computadas sob a rubrica "subfunção nº 122" deveriam ter sido consideradas enquanto despesas efetivamente destinadas à Educação Municipal. Nesse sentido, refez os cálculos outrora apresentados pela Fiscalização para majorar o percentual de 21,57% para 23,28%.

Ainda assim, porém, o E. TCE/SP não logrou atingir o entendimento plenamente correto acerca da matéria versada nos autos, eis que desconsiderou as despesas inscritas em "restos a pagar", destinadas à Educação, que foram efetivamente quitadas nos primeiros meses do exercício seguinte.

Em relação aos serviços de adequação do aterro sanitário, também não há de prosperar o entendimento consignado pela colenda Corte de Contas, uma vez que o parecer desfavorável não possui aderência com a realidade fática da rotina administrativa municipal, criando-se um parâmetro desproporcional e incompatível com as boas práticas observadas durante o primeiro ano de gestão deste Peticionário.





Conforme se passará a demonstrar, sob o crivo da ponderação e da razoabilidade, dúvidas não restarão acerca da lisura das contas municipais no exercício de 2001. Senão vejamos.

III. VALORES EFETIVAMENTE APLICADOS NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

III.1 – Do cômputo dos valores inscritos na rubrica “subfunção nº 122”

Conforme se depreende do relatório de fiscalização elaborado pelos órgãos preopinantes, acatado pelo parecer exarado pelo E. TCE/SP, supostamente apenas 21,57% da receita pública auferida teria sido destinada à rubrica da Educação Municipal, em violação ao artigo 212, *caput*, da Constituição Federal.

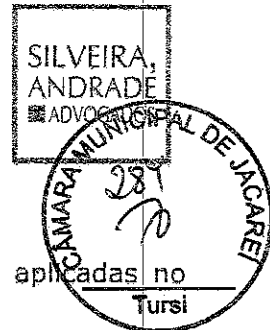
Porém, tal como se verifica do parecer da ATJ colacionado às fls. 93/95 do TC nº 1932/026/01, os valores alusivos aos grupos de despesas 3.1.90, 3.4.90 e 4.5.90 foram indevidamente excluídos no cômputo dos valores destinados à Educação. Deixando a C. Corte de considerar, portanto, o montante de R\$ 1.960.959,40 (um milhão, novecentos e sessenta mil, novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

Ocorre que, os itens acima discriminados tratam efetivamente de verbas aplicadas no ensino municipal de Jacareí, o que se depreende com facilidade a partir das notas fiscais e ordens de pagamentos colacionados aos autos do TC nº 1932/026/01.

A razão para tais despesas terem sido desconsideradas pelo Tribunal de Contas diz respeito ao equívoco de terem sido classificadas como pertencentes à “subfunção nº 122” (Administração Geral), ao passo que deveriam ter sido inseridas sob a rubrica de nº 361 (Ensino Fundamental).

Trata-se, evidentemente, de corriqueiro erro formal na classificação das despesas, o que não inviabiliza o reconhecimento de que estas pertencem à rubrica da Educação e, conseqüentemente, sejam contabilizadas para a composição do percentual de gastos públicos em comento. Prova disso é o fato de que, no exercício seguinte, em 2002, todas as despesas que outrora foram





classificadas na mencionada "subfunção nº 122" foram corrigidas e aplicadas no "item 361" - Ensino Fundamental.

Com efeito, o E. TCE/SP reconheceu a incorreção constante do relatório de fiscalização, que havia desconsiderado tais despesas. Por consequência, foi majorado o percentual das despesas destinadas à Educação, que passou a ser de 23,28%, o que por si só reafirma a necessidade de ponderação acerca da proporcionalidade entre a suposta infração cometida – ter a Prefeitura alcançado dois pontos percentuais abaixo do mandamento constitucional – e a gravosa sanção sustentada pela Corte de Contas.

III.2 – Do cômputo dos valores inscritos como "restos a pagar"

Não fosse o suficiente o raciocínio acima para afastar o juízo de irregularidade das contas municipais exarado pelo TCE/SP, cumpre esclarecer, sob outro prisma, a regularidade das contas municipais no exercício de 2001.

Nesse sentido, conforme já elucidado pela Prefeitura, a Fiscalização, a despeito de seu respeitável esforço, deixou de considerar, de forma equivocada, o montante relativo aos *restos a pagar* para a composição do percentual efetivamente dispendido com a Educação Municipal.

Referido "restos a pagar" compõem os valores que, conforme documentalmente provado ao ensejo do TC nº1932/026/01, foram efetivamente quitados logo no primeiro semestre do exercício de 2002, segundo ano de mandato do Peticionário.

Cumpre notar, nessa esteira, que a principal razão acerca da impossibilidade de manutenção do saldo equivalente ao montante de *restos a pagar*, no final do exercício de 2001, decorreu essencialmente da necessidade de se sanar pendências da gestão anterior: regularização da despesa com pessoal, pagamento de juros e negociação da dívida, bem como a recomposição dos recursos necessários, que não permitiram que o exercício de 2001 fosse concluído com a reserva exigida.

Assim, considerando, repise-se, que os valores inscritos em *restos a pagar* foram liquidados nos primeiros meses do exercício seguinte, de





rigor que se considerem tais valores como efetivamente destinados à Educação Municipal, sobretudo à medida que **tais gastos não se computam no exercício de 2002, porquanto gerados em 2001.**

Em outras palavras, se os gastos não forem computados no exercício de 2001, então consolida-se a teratológica situação em que tais despesas não serão computadas sob rubrica alguma, inviabilizando a verificação efetiva daquilo que a Administração Municipal efetivamente aplicou na Educação para o mencionado ano.

Desse modo, considerando que o parecer da Corte de Contas havia apontado, inicialmente, um *déficit* na ordem de R\$ 3.267.506,64 em 31/12/2001 e que a ATJ alterou o tal levantamento excluindo o valor de R\$ 506.858,22 correspondente a recursos recebidos e, portanto, não passíveis de aplicação na educação, o valor relativo aos *restos a pagar* sem suficiência de saldo passou a ser de R\$ 2.760.648,42, correspondendo a um percentual de 2,41% de aplicação no ensino.

Veja-se, pois, que uma vez considerados os valores acima como parte das despesas municipais destinadas à Educação no exercício de 2001, tal como efetivamente ocorreu, verificar-se-á, com clareza, que a Municipalidade atingiu o percentual constitucional:

Ensino infantil/especial	7,8%
Ensino fundamental	17,9%
Total	25,7%

A toda evidência, portanto, a readequação do cálculo para o cômputo dos valores inscritos em restos a pagar faz-se necessário enquanto primado de aderência à realidade fática, o que, apenas assim, possibilitará a verificação precisa do que a Municipalidade efetivamente aplicou a título da Educação no exercício de 2001 de forma regular e em observância aos índices previstos na CF.



III.3 - Dos esforços envidados para o cumprimento do preceito constitucional - necessária observância da razoabilidade e da proporcionalidade

Ademais, ainda que fossem rechaçados os argumentos acima postos, o que se admite apenas para fins retóricos, necessária se faz a consideração acerca dos esforços envidados pela gestão do peticionário em seu primeiro ano à frente do Município de Jacareí (2001) para o atingimento do percentual constitucional acerca das despesas destinadas à Educação.

Uma brevíssima reconstrução histórica se mostra pertinente para demonstrar a necessidade de que, mais do que nunca, sejam as contas relativas ao ano de 2001 avaliadas com esteio na proporcionalidade e na razoabilidade, princípios prestigiados, em geral, pela ordem jurídica pátria e em específico por esta nobre Casa Edil.

No ano de 1999 as contas municipais foram rejeitadas porquanto o percentual das despesas voltadas à Educação atingiu o patamar de 22%. Do mesmo modo, no ano 2000, novamente o percentual se verificou aquém do preceito constitucional esculpido pelo art. 212 da Carta Magna, alcançando a ordem de 21,56%.

Ora, apenas com um esforço hercúleo, para além da razoabilidade esculpida no ordenamento jurídico pátrio, a gestão que assumiu a Prefeitura no ano de 2001 poderia, após sucessivos anos deficitários, readequar o percentual das despesas destinadas à Educação conforme mandamento constitucional. E note-se que, mesmo assim, no segundo ano de mandato - exercício de 2002 - as contas municipais foram aprovadas, sem qualquer ressalva na seara da aplicação de recursos na Educação, posto que o percentual atingiu o patamar de 27,42%.

Por essa razão, a vigência da norma emanada a partir do art. 212 da Constituição Federal deve ser compatibilizada, por meio do método hermenêutico ponderativo, com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, atinando-se às dificuldades enfrentadas pelo então Prefeito, ora peticionário, para dar consequência e cumprimento ao preceito constitucional.



Não é outro o sentido do artigo 22, constante do Decreto-Lei

nº 4.657/1942:

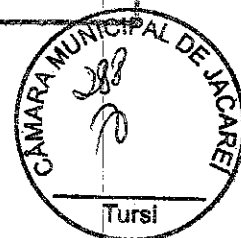
Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

Sob esta visada, portanto, caso se desconsiderem os argumentos lançados nos tópicos anteriores, o que, uma vez mais, admite-se apenas por retórica, de rigor se faz o afastamento do parecer desfavorável elaborado pela Corte de Contas com relação ao de 2001 e os gatos com a Educação Municipal, legando os eventuais apontamentos tão somente ao campo das recomendações.



IV. DOS SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO

Por derradeiro, no tocante às contas do exercício de 2001, a Corte de Contas consignou como irregulares, ainda, os serviços alusivos a adequações em aterro sanitário, eis que não teriam sido previstos contratualmente, o que se escora no expediente TC nº 1489/026/01.

Ocorre que, eventuais irregularidades aferidas em tais serviços não são imputáveis ao ora peticionário, uma vez que, tal como se depreende dos documentos juntados às fls. 19/22 do TC nº 14895/026/01, as obras e serviços emergenciais para a adequação do aterro sanitário foram solicitados pelo Secretário de Serviços Municipais em junho de 2000, tendo sido executados naquele mesmo ano.

Ou seja, as obras foram solicitadas e executadas no exercício anterior à gestão do peticionário, de modo que até mesmo o contrato que deu ensejo a tais serviços teve vigência apenas até outubro de 2000 (Contrato nº 115/94).

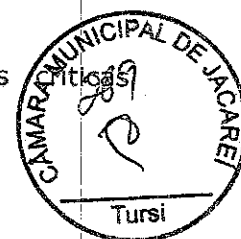
Assim sendo, evidentemente tais obras não podem ser analisadas em conjunto com as contas de 2001, uma vez que tratam de exercícios diferentes, sob gestões diferentes, motivo pelo qual se denota, repise-se, a **inimputabilidade de eventuais irregularidades nas adequações dos aterros sanitários em face do ora peticionário, sob pena de violação ao regime das responsabilidades.**

V. CONCLUSÃO E PEDIDO

Ante todo o exposto, considerando-se a natureza meramente opinativa do parecer exarado pela Corte de Contas, sem qualquer força vinculante, bem como a robustez dos argumentos acima articulados, pugna-se pela aprovação



das contas referentes ao exercício de 2001, alçando-se eventuais remanescentes ao campo das recomendações.




Termos em que, Pede deferimento.

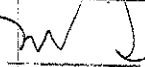
De São Paulo para Jacareí, aos 10 de dezembro de 2018.

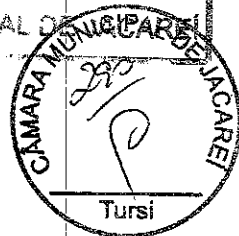
HELIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA

OAB/SP 154.003


MARCELO SANTIAGO DE PADUA ANDRADE

OAB/SP 182.596

PROTOCOLO Nº 1226	Tipo
DATA 10/12/18	Ass: 
CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ	



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

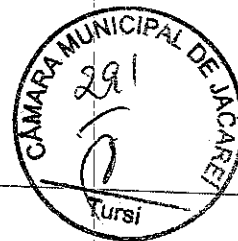
Peio presente instrumento particular, **MARCO AURELIO DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do CPF 034.858.178-56, RG. 7.564.057-0, residente a Rua Caminho do Eucalipto, nº 35 – Bairro Condomínio Lagoinha, Jacareí (SP), nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados **HÉLIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA**, OAB/SP 154.003, brasileiro, separado; **MARCELO SANTIAGO DE PADUA ANDRADE**, OAB/SP 182.596, brasileiro, casado; integrantes da Sociedade de Advogados **SILVEIRA, ANDRADE - ADVOGADOS**, com registro na OAB/SP 7873, todos com escritório na Rua Sampaio Viana n.º 202, conj. 122, Paraíso, São Paulo, telefones e fac-símile (11) 3052-3931 e 3051-6325, endereço eletrônico sap@sap.adv.br, aos quais outorga amplos e gerais poderes da cláusula *ad judicia et extra*, para o foro e à administração em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, **poderes especialmente concedidos para atuar nos autos do processo de contas, em trâmite perante a Câmara Municipal de Jacareí.**

São Paulo, 10 de Dezembro de 2018.


MARCO AURELIO DE SOUZA



Prefeitura de Jacareí
Gabinete do Prefeito



Ofício nº 576/2018-GP

Jacareí, 10 de Dezembro de 2018

À Sua Excelência, a Senhora
LUCIMAR PONCIANO
DD. Presidente da Câmara Municipal de Jacareí / SP

PROTOCOLO Nº	1227	TIPO:	
DATA	10/12/18	ASS:	<i>[Signature]</i>
CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ			

Excelentíssima Senhora Presidente,

Conforme solicitação desta Casa Legislativa, através do Ofício nº 66/11/2018 em 29 de Novembro de 2018, segue a juntada de documentos com a finalidade de instruir o Processo nº 182/2005 de 17/10/2005 – Julgamento de Contas do Executivo - Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí do exercício de 2001.

No ensejo, aproveito para reiterar votos de estima e consideração a Vossa Excelência e demais membros desta Casa Legislativa.

Atenciosamente,

[Signature]
EDGAR TAKASHI SASAKI
Prefeito do Município de Jacareí em Exercício

*Por gentileza
juntar as antigas
clar ciência as
nossas par.*
[Signature] 10.12.18
Lucimar Ponciano Luiz
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE
BAT

Ofício nº 066/11/2018-SP

Jacareí, 29 de novembro de 2018

Ref. Processo nº 182/2005, de 17/10/2005 – Julgamento de Contas do Executivo
Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí do exercício de 2001



Excelentíssimo Senhor,

Com a finalidade de instruir o Processo nº 182/2005 deste Legislativo, de 17/10/2005, de Julgamento de Contas do Executivo, relativo às Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí do exercício de 2001, bem como para atendimento à decisão judicial proferida no Processo nº 0006380-90.2010.8.26.0292 – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, solicitamos a valiosa atenção de Vossa Excelência no sentido de que, com a máxima brevidade possível, seja encaminhada a esta Casa Legislativa, para instruir perícia, informação, com juntada de documentos pertinentes, se a Prefeitura de Jacareí despendeu em 2002 recursos empenhados em 2001, a título de “restos a pagar”, atinentes ao desenvolvimento e manutenção do ensino, em volume que permita, somado ao já computado em 2001, atingir o piso constitucional estabelecido para a área de educação.

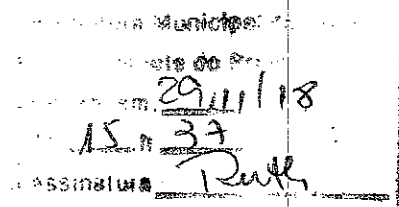
Segue cópia de pedido formulado pela defesa do ex-Prefeito Marco Aurélio de Souza no referido processo.

Sem outro particular, agradecendo a atenção dispensada ao presente, valemo-nos da oportunidade para renovar-lhe os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


LUCIMAR PONCIANO LUIZ
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor
IZAÍAS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito Municipal de Jacareí

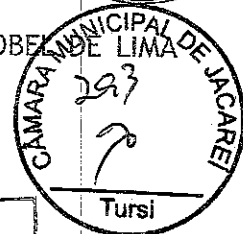


SILVEIRA
ANDRADE
ADVOCADOS

Hélio Freitas de Carvalho
Marcelo Santiago de Paula Andrade
Fernando Gaspar Neiss
Ademar Aparecido da Costa Filho
Leandro Petrin
Caio Costa e Paula



Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara Municipal de Jacareí - DIOBELE DE LIMA DE JACAREÍ
FERNANDES



*Das câmaras
aos
23/11/09*

PROTOCOLO GERAL
Nº <u>1938 / 26 / 11 / 20 09</u>
CÂMARA MUNICIPAL JACAREÍ
FUNÇÃOÁRIO

Processo nº 170 de 06.11.2009

MARCO AURÉLIO DE SOUZA, brasileiro, casado, bancário, vem, urbanamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados, apresentar DEFESA, em face do Douto Parecer exarado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tempestivamente, atendendo ao prazo conferido por esta Câmara Municipal, o que faz nos termos a seguir delineados.

I - DOS FATOS

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo analisou as contas anuais de gestão apresentadas pelo Município, relativas ao exercício de 2.001, primeiro ano do mandato do Defendente. Os trabalhos da Auditoria daquele órgão de fiscalização apontaram supostas irregularidades que, fossem procedentes, poderiam ensejar a responsabilização dos Agentes Públicos envolvidos.



Em específico, a Auditoria do Tribunal de Contas apontou falhas relacionadas a: i) falha na elaboração do plano plurianual de 1997; ii) aumento da Dívida Ativa; iii) suposta falha na condução de alguns procedimentos licitatórios; iv) desrespeito à ordem cronológica de pagamentos; v) equívoco na aplicação de recursos oriundos de multas de trânsito; vi) gastos irregulares com funcionalismo; vii) Resultado Econômico equivocado, uma vez que não foi contabilizada a dívida com o IPMJ; viii) não atendimento às instruções do TCE, ix) previsão equivocada de arrecadação, em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal; x) aplicação insuficiente de recursos públicos no ensino; xi) irregularidades referentes aos repasses decendiais; e, por fim, xii) outras denúncias de natureza política.

Entretanto, os esclarecimentos oportunamente apresentados àquela Corte de Contas lograram êxito em demonstrar que o Executivo Municipal administrou o Município de Jacaré, sob o aspecto econômico-financeiro, com a eficiência, responsabilidade e o zelo exigidos pela legislação. Assim, todas as supostas irregularidades constatadas pela Auditoria foram devidamente esclarecidas, e as contas aprovadas, em relação aqueles fatos.

Contudo, sob um único aspecto, o Tribunal de Contas manteve seu posicionamento, qual seja, a suposta aplicação insuficiente de recursos públicos em educação, na forma estabelecida pelo art. 212 da Constituição Federal - o que corresponde a 25% da receita resultante de impostos.

Foram reconhecidos gastos com ensino, que originalmente haviam sido contabilizados de forma equivocada, sob outras rubricas formalmente alheias à pasta da Educação. Entretanto, não foi possível atingir o limite constitucional, uma vez que o TCE não considerou a inserção do

montante presente nos “restos a pagar”, ainda que efetivamente gastos com ensino. O assim argumentou:

Em que pesem os respeitáveis argumentos acrescidos pelo representante da Prefeitura Municipal solicitando a inclusão para esse fim dos valores inscritos em restos a pagar, para os quais não havia o correspondente lastro financeiro em conta vinculada, sob a alegação de que referidos valores teriam sido liquidados no exercício posterior, penso que tal pretensão não deve prosperar. Isso porque, ao estabelecer que parte da receita arrecadada no exercício seja aplicada no ensino, quer a Constituição que haja efetivo comprometimento de recursos financeiros do próprio exercício, o que não se obtém apenas com a reserva orçamentária destituída de lastro efetivo (...)¹

Nota-se, desde logo, que o argumento levantado pelo MD. Conselheiro não se sustenta. Apesar de reconhecer indiretamente que as prestações atreladas a determinados gastos foram efetivamente empenhadas no ano de 2001, ele afirma que a desvinculação dos recursos a uma conta específica da educação compromete o raciocínio exposto pelo Prefeito.

Com esse único fundamento, as contas foram rejeitadas no que tange aos gastos com o ensino municipal, motivo pelo qual a Câmara deverá analisar o parecer emitido pelo Tribunal de Contas, conforme o art. 28, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

¹ Trecho do Voto do Conselheiro Robson Marinho, fl. 477, no TC 001932/026/01.

SILVEIRA
ANDRADE
ADVOGADOS



A análise inicial do parecer do E. TCE/SP foi realizada por esta D. Edilidade ainda em 2005, resultando no Decreto Legislativo nº 255/2005, de 16.12.2005, que concluiu pela rejeição das contas anuais atinentes ao exercício de 2001.

Ocorre que o Poder Judiciário, conclamado a apreciar a legalidade daquele procedimento, concluiu que na oportunidade não foram respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Deste modo sobreveio o trânsito em julgado de decisão proferida no Processo nº 292.01.2005.016509-4, determinando a esta D. Edilidade que anulasse aquele Decreto Legislativo, reabrindo o processo para garantir o respeito àqueles direitos constitucionais dantes vulnerados.

II - DO MÉRITO

Antes de abordar o caso concreto, é importante tecer algumas ponderações prévias. Como se sabe, a verificação das contas de Prefeituras é dever imposto aos Tribunais de Contas pela Carta Magna, em seus artigos 71 a 75.

Em tais artigos observam-se, também, os critérios que deverão ser utilizados quando da realização de tal tarefa, mais especificadamente, nas linhas do artigo 70, onde é estabelecido que a fiscalização outorgada terá por parâmetros a análise quanto “à legalidade, legitimidade e economicidade” dos atos de gestão da entidade fiscalizada.



Este processo objetiva, evidentemente, a apuração de eventual falta - ou má gerência - do administrador público à frente das instituições públicas auditadas quando da utilização dos dinheiros públicos.

Tal entendimento é facilmente comprovado quando se observa, nos incisos VIII e XI, do artigo 71 da Lei Maior, que compete à Corte de Contas *“aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei (...)”* e *“representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados”*.

Mesmo comando encontra-se no artigo 2º da Lei Complementar 709, de 14 de Janeiro de 1993, norma que regula as atividades da Corte de Contas do Estado, quando atribui àquela Casa o dever de *“aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei”* e *“comunicar à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal”* ou *“representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abuso verificado”*.

É, portanto, inquestionável que compete aos Tribunais de Contas a verificação dos atos de gestão daqueles que estão à frente do órgão auditado, observando se, durante a sua gestão, foram praticados atos contrários ao ordenamento vigente, ou mesmo procedimentos ilegítimos ou antieconômicos. Nestes casos, é legítima a declaração de ilegalidade das contas e, conseqüentemente, a punição dos responsáveis.

Outro ponto a se destacar é o notório caráter acessório que a Corte de Contas possui, uma vez que a detentora da legitimidade para aprovar ou rejeitar o parecer é a Câmara Municipal.

No entanto, resta igualmente fora de questão que tal atribuição há que ser cumprida tão somente para que possa se imputar a responsabilidade àquele dirigente que tenha agido em contrariedade ao interesse público ou à lei.

Assim, as contas não poderiam ser rejeitadas sem a existência de responsabilidade do administrador. Isso vale, por exemplo, nos atos praticados por outros agentes ou ainda por situação a que este não tenha dado causa. Frise-se que as repercussões dessa decisão são bastante gravosas para o administrador.

Por isso, se revela de fundamental importância, quando da apreciação das contas da Prefeitura de Jacareí, por esta Câmara Municipal, a verificação da origem dos atos que levaram à situação erroneamente censurada pelo Tribunal de Contas do Estado.

É necessário que se considere a existência de nexo de causalidade entre a ação ou omissão do então administrador e a situação que se está a objetar, para que as contas por ele prestadas sejam consideradas irregulares.

Afinal é das mais triviais e clássicas lições de direito que "*puniri nemo debet si nullam admisit culpam*", isto é, ninguém deve ser punido sem culpa.

A administração responsável entre os anos de 1997 e 2000 teve as contas dos exercícios de 1998, 1999 e 2000 igualmente censuradas pelo TCE (TCs 5874/026/98, 1875/026/99 e 2631/026/00). Verifica-se que nos dois últimos anos a principal causa do parecer desfavorável foi a aplicação insuficiente no ensino.

Neste contexto, há que se considerar que a atuação do Defendente, em seu primeiro ano de mandato, encontrou uma série de limites. No que tange ao ensino, certo é que, para um aumento do volume de investimentos, é imprescindível uma ampliação da rede municipal. Isso significa, por exemplo, a construção de unidades escolares, contratação de professores, observando-se, naturalmente, a obrigação de concurso público prévio e a Lei de Licitações e Contratos. Senão vejamos.

II.a) Da forma de contabilização dos gastos com educação

A Prefeitura de Jacareí acatou as correções feitas pela Auditoria do Tribunal de Contas do Estado, no que diz respeito às categorias funcionais programáticas 12.362 e 12.363 e a não dedução de recursos vinculados (transporte de alunos e QESE).

Entretanto, como se verificou, não havia justificativa para a exclusão do cálculo da função programa 12.122, o que havia resultado em um resultado a menor de R\$ 1.960.959,40, no demonstrativo de despesas com educação.

Embora o elemento de despesa não estivesse vinculado ao ensino, não se discute que elas foram efetivamente realizadas com este fim, e assim, por evidência, não poderiam ser excluídas do cálculo. Assim, o percentual gasto com educação chegou a 23,28%, sendo que, somados os restos a pagar (2,14%), a meta seria atingida.

Feitas as correções sugeridas pela Prefeitura, o cálculo correto para verificação do cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal seria o seguinte²:

Receita de Impostos / Transferência de Impostos:	R\$ 114.242.809,81
Total Aplicado no Ensino:	R\$ 28.961.491,57
Percentual:	25,35%

Ora, o Tribunal de Contas aceitou, portanto, que gastos realizados fora das dotações específicas da Secretaria de Educação, relacionadas diretamente ao ensino, fossem contabilizados como gastos com educação, porque efetivamente se demonstrou que cuidavam de gastos desse tipo.

Isso ocorreu, no ano de 2001, porque o orçamento vigente permitia a dispersão dos recursos da educação em diferentes rubricas genéricas, dificultando sobremaneira a contabilização posterior dessas despesas.

Há, com efeito, outros gastos dispersos em rubricas distintas que dão supedâneo à aplicação das verbas devidas em educação, como, por exemplo, gastos com materiais de conservação e limpeza, gastos com combustíveis, entre outros, que, se considerados forem, demonstrarão a obediência do comando constitucional.

² Considerando os restos a pagar, conforme a tese a ser defendida no próximo capítulo.



II.b) Da necessidade de consideração dos restos a pagar

Cabe aqui fazer algumas considerações acerca do montante relativo aos restos a pagar, cuja contabilização para efeito de cumprimento da regra constitucional foi negada pelo TCE.

Ora, a principal razão da impossibilidade de manutenção do saldo equivalente ao montante de restos a pagar, no final do exercício de 2.001, decorreu fundamentalmente da necessidade de se sanar pendências da gestão anterior.

A regularização de despesas com pessoal, o pagamento de juros e negociação da dívida, bem como a recomposição dos recursos necessários, não permitiram que o exercício de 2.001 fosse encerrado com a reserva exigida.

O Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido a impossibilidade de penalizar o Administrador Público pela imperícia de seu antecessor:

*ADMINISTRATIVO - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL -
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA: EXIGÊNCIAS - INADIMPLEMENTO DE
GESTÃO ANTERIOR.*

1. A transferência voluntária, que se caracteriza pelo repasse, a cargo da CEF, das verbas provenientes da União impõe, dentre as inúmeras exigências, estar a municipalidade em dia com as suas obrigações.



2. Inadimplência da gestão administrativa antecedente, com acúmulo dos restos a pagar, pelo qual não pode ser penalizada a nova administração, comprovadamente eficiente no conserto.

3. *Recurso especial improvido.*³

Assim, é forçoso concluir, como o faz o Judiciário, que as dificuldades do Administrador que assume uma gestão em pleno funcionamento, com falhas eventuais na aplicação dos recursos, não podem ser a ele imputadas, independentemente de concurso próprio.

Não obstante, os valores em questão foram efetivamente pagos, tendo sido praticamente liquidados no primeiro semestre do exercício de 2002 - correspondendo a 2,14% da receita auferida no ano de 2001. Demonstra-se, mais uma vez, claramente a preocupação da gestão com as verbas educacionais, e a existência de efetivo comprometimento de recursos no ano de 2.001.

É de se dizer que, muito embora efetivados em 2002, os gastos em causa são contabilizados em 2001 (por força de sua inscrição como restos a pagar). A sua desconsideração para efeito da totalização dos gastos com educação em 2001 é completamente absurda, pois, assim o fazendo, o Tribunal de Contas indiretamente admite que os gastos não sejam nunca contabilizados (uma vez que não podem figurar, sendo restos a pagar de 2.001, do balanço de 2.002).

O próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo possui jurisprudência favorável a esta tese:

³ STJ, REsp 580.946/SC, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, j. 19.12.2003.



Pedido de reexame em face de parecer desfavorável as contas de executivo municipal. questão previdenciária: celebração de acordo de parcelamento para quitação do débito, que, inclusive, passou a ser amortizado no início de 2.001. Aplicação no ensino: a municipalidade dispunha dos recursos necessários a cobertura integral dos restos a pagar da educação, tendo-os quitado no exercício seguinte. A época não havia destinação integral dos recursos para contas específicas da educação. A auditoria considerou apenas os recursos depositados em contas vinculadas ao ensino e não a totalidade das disponibilidades. Assim, o montante investido atinge 25,69% das receitas de impostos. Pedido conhecido. Provido. v. u. ⁴

Reexame - déficit orçamentário: a questão pode ser relevada, considerando que as medidas adotadas demonstram que o administrador conseguiu equilibrar as contas públicas. Aplicação de percentual mínimo obrigatório na educação: aplicada a jurisprudência deste tribunal. Computado no percentual antes apurado, montante dos restos a pagar, efetivamente liquidados no primeiro trimestre do exercício seguinte. Recurso conhecido e provido. ⁵

Ao presente caso aplica-se o raciocínio externado na jurisprudência acima citada. Assim, o saldo contido nos restos a pagar deve ser considerado para o percentual gasto com a

⁴ TC 1516/056/99, Rel. Cons. Eduardo Bittencourt Carvalho, j. 10.09.2002, votação unânime.

⁵ TC 1893/026/99, Rel. Cons. Fúlvio Julião Biazzi, j. 16.12.2002.



Educação, uma vez que fora efetivamente liquidado, e que é gasto não computado no exercício de 2002, porquanto gerado em 2001.

A necessidade de lastro financeiro como suporte para a cobertura dos restos a pagar é uma exigência de caráter instrumental, que não possui um fim em si mesma.

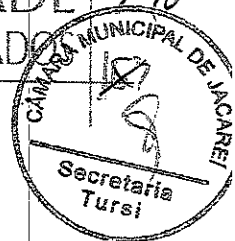
De fato, sua única finalidade é assegurar a aplicação dos recursos em ensino, no âmbito de um determinado exercício.

E isso efetivamente ocorre no caso dos restos a pagar, ainda que não exista cobertura financeira disponível em conta específica vinculada ao ensino. A assertiva é verdadeira por dois motivos.

Primeiro, é inquestionável que o Administrador efetuou o gasto, em termos contábeis, no exercício passado - no caso, no ano de 2001. Segundo, o adimplemento das obrigações, logo no início do exercício - fato incontestado no caso concreto -, demonstra sua boa-fé e esforço no cumprimento das metas constitucionais.

Ou seja, se não considerados para o exercício de 2001, serão gastos que deixarão de ser computados para fins de se verificar os gastos da Administração com a Educação, o que evidentemente é inconcebível, pois seria o mesmo que assumir a existência de gastos não contabilizáveis a qualquer título, reitere-se.

Nesse sentido, sabe-se que tais gastos não foram computados no exercício de 2002 - ocasião em que a Prefeitura investiu 27,42%, em contas já aprovadas pelo TCE.



Frise-se: os investimentos realizados em 2001, mormente pagos em 2002 - e não contabilizados neste ano -, devem ser simplesmente desconsiderados?

Responder positivamente essa questão é ignorar a existência de um grande volume de investimentos na educação efetivamente realizados, e, conseqüentemente, punir o então Prefeito por um ato inexistente - qual seja, aporte insuficiente de numerário em ensino.

II.c) Evolução dos gastos com Educação

O incremento de gastos da Administração com Educação não é medida que possa ser tomada com um mero ato de vontade. Cuida, em verdade, de longo e extenuante processo que precisa enfrentar e corrigir vícios de gestão, por vezes mantidos por anos e anos.

Analisando o cenário das contas anuais de gestão da Prefeitura de Jacareí no período, podemos notar a seguinte configuração:

Exercício	% de gastos com Educação
1.999	22%
2.000	21,56%
2.002	27,42%



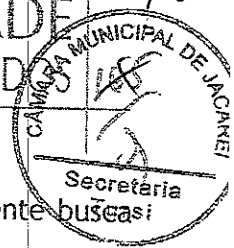
Inegável, pelos dados acima, que o Defendente encontrou, no primeiro ano de sua gestão, uma máquina administrativa que não estava preparada para despendar 25% de sua receita decorrente de impostos com Educação. Não vinha cumprindo tal mister nos anos imediatamente anteriores e, por esta razão, era muito difícil incrementar rapidamente o gasto neta rubrica.

Inobstante tal fato, é certo que houve um prodigioso salto neste dispêndio entre 2000 (último ano da gestão anterior) e 2002 (segundo do mandato do Defendente). Vê-se, assim, o resultado do hercúleo esforço com esta pauta. O exercício de 2001, por óbvio, representa uma fase de transição, na qual a Prefeitura iniciou uma série de obras para construção de escolas, incrementou a contratação de servidores na Educação, viabilizando que em anos subseqüentes fosse inquestionável o gasto do piso constitucional no setor.

Diante deste quadro, sobressai com flagrante injustiça punir o Defendente por ter desencadeado este processo de recuperação da capacidade de investimento da Prefeitura na área de Educação, mormente quando se tem em vista os sólidos dispêndios que se sucederam nos exercícios posteriores a 2001, até o término de seu segundo mandato.

III. DA NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA E ATENÇÃO AO CONTRADITÓRIO

A apreciação das contas do exercício de 2001 já foi questionada uma vez por desatenção aos direitos constitucionais do agente político.



Sendo o maior interessado na rápida e correta tramitação do feito, o Defendente zelar pela garantia daquilo que restou consignado no v. acórdão proferido na Apelação Cível nº 600.884-5/6-00, cuja conclusão aponta:

Daí a concessão da ordem para anular a deliberação da Casa Legislativa e assegurar ao impetrante a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório no procedimento de exame de suas contas referentes ao exercício de 2001.

Extreme de dúvidas que a concessão da ordem se deu de forma total e não parcial. Assim, é de se considerar atendidos todos os pedidos que constaram do mandado de segurança impetrado pelo Defendente, especificamente:

- i) a nomeação de uma Comissão Especial para apreciação do parecer, o que não se confunde com eventual colheita de pareceres de comissões permanentes;*
- ii) o atendimento aos pedidos de produção de provas do Defendente, abaixo explicitados;*
- iii) a abertura do contraditório, franqueando ao Defendente que se manifeste por escrito, após a emissão dos pareceres pelas comissões (Especial, de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento).*



Quanto às provas, parece natural que se produza perícia contábil e financeira na documentação carreada ao processo.

Efetivamente não é possível concluir pela não aplicação de recursos com Educação através dos restos a pagar liquidados em 2002 se tais empenhos não forem detalhadamente verificados.

Assim, somente com a análise, por técnicos especificamente nomeados para este mister, é que se poderá responder à seguinte questão: a Prefeitura de Jacareí despendeu em 2002 recursos empenhados em 2001, a título de 'restos a pagar', atinentes ao desenvolvimento e manutenção do ensino, em volume que permita, somado ao já computado em 2001, atingir o piso constitucional?

Será necessário, naturalmente, requisitar informações à Prefeitura Municipal, para que se franqueiem os processos de empenho dos gastos viabilizados em 2002 com tais recursos.

Com o devido e merecido respeito, o não atendimento aos pedidos aqui expostos configura flagrante violação à ordem judicial exarada nos autos, dado que houve concessão integral da ordem pleiteada no mandado de segurança impetrado pelo Defendente.

Neste sentido, a não nomeação de Comissão Especial, a impossibilidade de produção da prova pericial (essencial ao deslinde da questão) e a não abertura de prazo após os pareceres (exercício do contraditório), pode ensejar a configuração do crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal.

IV. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, primeiro passo para a regularização do processo é a nomeação da Comissão Especial de análise das contas, aludida no mandado de segurança. Depois disso, deferida a produção da prova pericial e nomeado o perito, requer seja aberto prazo para indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos.

Com o resultado da perícia nos autos, requer ainda o encaminhamento do processo às comissões, para exaração de parecer, após o que se pleiteia nova abertura de prazo para que o Defendente exerça seu contraditório, respondendo aos pareceres lançados.

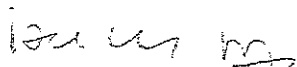
Concluído este *iter* haverá possibilidade de inclusão do processo na pauta desta D. Edilidade, em sessão para a qual o Defendente já adianta seu interesse em apresentar sustentação oral, por si ou por seus advogados.

Ao término de tudo e pelas razões aqui expostas, requer desta D. Edilidade a apreciação do tema, refutando as conclusões a que chegou o E. TCE/SP e, neste sentido, rejeitando o parecer encaminhado, com a conseqüente aprovação das contas do exercício de 2.001.

Nestes termos,

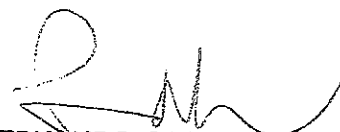
Pede deferimento.

De São Paulo para Jacareí, aos 19 de novembro de 2009.



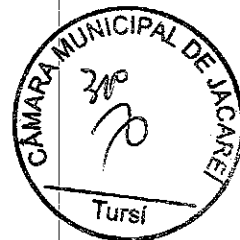
HÉLIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA

OAB/SP 154.003



FERNANDO GASPAR NEISSER

OAB/SP 206.341



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- Planilha de Aplicação no Ensino - Versão 2001.

Município:

JACAREÍ

Período:

4º TRIMESTRE

Exercício:

2001

Aplicação mínima conforme:

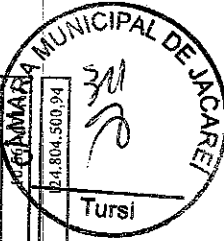
Artigo 212 - Constituição Federal/88

- Quadros Demonstrativos -

- 01 - Receitas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.
 - 02 - Despesas do Ensino Fundamental c/ recursos não vinculados ao FUNDEF.
 - 03 - Despesas do Ensino Fundamental c/ receitas vinculadas ao FUNDEF.
 - 04 - Despesas do Ensino Infantil / Especial
 - 05 - Repasses Financeiros - art. 69, §5º da Lei 9.394/96 - L.D.B
 - 06 - Posição financeira das contas vinculadas ao Ensino
 - 07 - Resumo Consolidado
 - 08 - Instruções para preenchimento
- I - Imprimir Demonstrativos II - Cadastrar Município III - Limpar

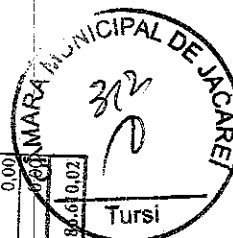
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS

RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	CORCADA ANUAL	1º TRIMESTRE ARRECADADA	2º TRIMESTRE ARRECADADA	3º TRIMESTRE ARRECADADA	4º TRIMESTRE ARRECADADA	ACUMULADA
IMPOSTOS MUNICIPAIS						
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	9.300.000,00	3.611.228,98	3.753.398,12	3.943.727,74	4.024.711,06	18.986.558,17
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	1.100.000,00	208.924,17	232.838,37	232.838,37	232.838,37	1.007.443,91
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	2.900.000,00	2.037.700,42	2.143.529,27	1.845.186,59	2.418.000,56	8.464.416,84
Dívida Ativa de Impostos	3.265.000,00	548.225,53	494.147,06	384.356,98	421.306,45	1.848.036,02
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa/Juros provenientes de impostos	361.000,00	62.754,99	36.739,37	48.351,47	79.686,30	227.532,13
Outras Receitas	0,00	12.241,49	(12.241,49)	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas Próprias:	21.926.000,00	6.481.075,58	6.481.075,58	6.481.075,58	6.481.075,58	25.924.302,72
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO						
Fundo de Participação dos Municípios	11.500.000,00	3.673.795,72	3.753.398,12	3.943.727,74	4.024.711,06	18.986.558,17
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.900.000,00	544.276,15	544.276,15	544.276,15	544.276,15	2.177.128,60
Imposto Territorial Rural	30.000,00	4.148,91	5.673,36	834,75	22.181,70	29.638,72
Desoneração das Exportações (LC-87/96)	5.450.000,00	584.206,95	997.569,70	170.844,20	384.206,95	2.336.827,80
Denais Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Transferências da União:	18.880.000,00	4.806.427,73	5.415.488,15	5.415.488,15	5.415.488,15	21.130.998,13
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO						
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	59.300.000,00	16.566.273,74	18.442.077,53	17.978.925,90	18.063.105,85	71.050.383,02
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	7.700.000,00	2.866.298,98	1.124.714,44	309.134,56	439.934,35	4.740.082,33
ICMS de Exerc. Anteriores/Judiciais/Administr.	750.000,00	163.479,63	226.488,42	189.192,88	196.888,26	776.049,19
Denais Transferências do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Transferências do Estado:	67.750.000,00	19.596.052,35	19.793.280,39	18.477.253,34	18.699.928,46	76.566.514,54
A) TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	108.556.000,00	30.883.555,66	29.745.812,33	25.965.630,20	27.647.811,62	114.242.809,81
RECURSOS ADICIONAIS (100%)						
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA						
Ensino Infantil/Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Rendimentos de Aplicação Financeira:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E OUTROS						
Ensino Infantil/Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Transferências de Convênios e Outros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEF						
Recursos recebidos do Fundef	400.000,00	85.957,50	57.305,00	57.305,00	85.958,00	286.525,50
Recursos de Aplicação Financeira	450.000,00	169.863,65	187.768,71	408.800,10	436.044,98	1.202.477,44
Total das Receitas do Fundef:	850.000,00	255.821,15	771.965,71	769.807,10	745.192,98	2.542.786,94
OPERÇÕES DE CREDITO PARA ENSINO						
Recursos Destinados ao Ensino Fundamental	6.638.000,00	1.860.567,10	1.751.394,35	2.331.971,88	2.070.398,13	8.014.731,46
Recursos Destinados ao Ens. Infantil e Especial	10.000,00	4.172,73	0,00	0,00	0,00	4.172,73
Total das Operações de Crédito:	6.648.000,00	1.864.739,83	1.751.394,35	2.331.971,88	2.070.398,13	8.018.904,19
B) TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	7.498.000,00	2.120.960,98	2.523.360,06	3.101.778,98	2.815.591,11	12.065.500,23
TOTAL GERAL DAS RECEITAS (A+B)	116.054.000,00	33.004.516,64	32.269.172,39	29.067.409,18	30.463.402,73	124.804.509,94



[illegible]

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF						
FICHAS	ENSINO FUNDAMENTAL 08.42 / 12.361	1º TRIMESTRE EMPENHADO R\$	2º TRIMESTRE EMPENHADO R\$	3º TRIMESTRE EMPENHADO R\$	4º TRIMESTRE EMPENHADO R\$	ACUMULADO PAGAR R\$
62	3111 Pessoal Civil	100.000,00	15.373,72	786,64		
66	3113 Obrigações Patronais	491,10	22.407,39	45.106,83	4.915,39	121.075,75
66	3120 Material de Consumo	8.272,11	6.342,09		4.937,41	72.942,73
66	3131 Remun.Serv.Pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	14.614,20
65	3132 Outros Serv. Encarg.	2.782.854,49	125.253,14	184.918,62	30.262,93	3.143.289,18
43	3222 Transferências ao Fundef	3.051.359,42	3.558.931,12	3.522.675,51	3.150.255,98	13.209.616,66
3251 Inativos	3251 Contrib. Correntes	757.355,95	11.538,77	41.936,85	124.239,22	881.675,67
3252 Pensionistas	3252 Pensinonistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3280 Pasep	3280 Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3253 Salário Família	3253 Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4110 Obras e Instalações	4110 Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4120 Equip.e Mat.Perm.	4120 Equip.e Mat.Perm.	25,90	440,00	4.509,62	21.320,56	26.296,08
TOTAL	TOTAL	6.700.358,97	3.740.286,23	3.799.934,07	3.355.931,49	17.596.510,76
59	3111 Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	3113 Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	3120 Material de Consumo	0,00	16.983,36	5.274,74	225,00	22.483,10
58	3131 Remun.Serv.Pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	3132 Outros Serv. Encarg.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	3231 Subvenções Sociais	0,00	0,00	9.620,15	948,04	10.568,19
58	3253 Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	4110 Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	4120 Equip.e Mat.Perm.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	TOTAL	0,00	16.983,36	14.894,89	1.173,04	33.051,29
57	3111 Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	3113 Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	3120 Material de Consumo	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
57	3131 Remun.Serv.Pessoais	0,00	0,00	0,00	207,00	20.207,00
57	3132 Outros Serv. Encarg.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	3254 Apoio Financeiro a Estudantes	0,00	9.732,78	8.244,50	5.231,38	23.208,66
TOTAL	TOTAL	0,00	29.732,78	8.244,50	5.438,38	43.415,66
DES. C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF	DES. C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS AO FUNDEF	6.700.358,97	3.787.002,37	3.823.073,46	3.367.542,91	17.672.977,71
(-) Desp. c/ recursos Auxílios/Subvenções/Contribuições	(-) Desp. c/ recursos Auxílios/Subvenções/Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Desp. c/ recursos Operações de Crédito	(-) Desp. c/ recursos Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicação Financeira	(-) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESP. ENS. FUNDAMENTAL C/ REC. IMPOSTOS	TOTAL DESP. ENS. FUNDAMENTAL C/ REC. IMPOSTOS	6.700.358,97	3.787.002,37	3.823.073,46	3.367.542,91	17.672.977,71

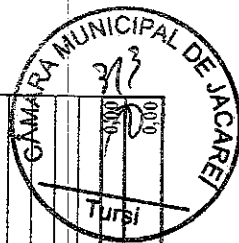


DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ RECEITAS DO FUNDEF AUTERBAS NO EXERCÍCIO

DESPESAS COM RECURSOS DO F.M.D.E.F.V.M.							
FICHAS	DESP. C/ PROF. MAGISTERIO(MIN=60%)	1º TRIMESTRE EMPENHADO RS	2º TRIMESTRE EMPENHADO RS	3º TRIMESTRE EMPENHADO RS	4º TRIMESTRE EMPENHADO RS	EMPENHADO ACUMULADO RS	ACUMULADO PAGOS RS
69	3111 Pessoal Civil	1.116.800,17	1.462.612,75	1.965.955,21	1.670.746,98	6.216.115,11	5.741.908,89
70	3113 Obrigações Patronais	151.369,99	241.591,05	356.055,78	415.303,23	1.164.320,05	971.525,17
69	3253 Salário Família (Prof. em Efetivo Exerc.)	1.247,81	0,00	0,00	0,00	1.247,81	1.247,81
						0,00	
						0,00	
						0,00	
TOTAL		1.269.417,97	1.704.203,80	2.322.010,99	2.086.050,21	7.381.682,97	6.714.481,87
FICHAS	OUTRAS DESPESAS (MAX=40%)	RS	RS	RS	RS	RS	RS
69	3111 Pessoal Civil	114.843,03	0,00	0,00	0,00	114.843,03	114.843,03
70	3113 Obrigações Patronais	11.884,56	0,00	0,00	0,00	11.884,56	11.884,56
71	3120 Material de Consumo	0,00	185.850,00	36.530,27	26.762,17	249.142,44	118.213,62
71	3131 Remun Serv. Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	3132 Outros Serv. Encarg.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	3253 Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	4110 Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	4120 Equipe e Mat.Perm.	155,99	0,00	0,00	139.500,00	139.500,00	8.100,00
			0,00	19.121,80	85.168,63	104.446,42	23.056,19
						0,00	
TOTAL		126.883,58	185.850,00	55.652,07	251.430,80	619.816,45	276.097,40
TOTAL DAS DESPESAS C/ RECURSOS DO FUNDEF		1.396.301,55	1.890.053,80	2.377.663,06	2.337.481,01	8.001.499,42	6.990.579,27
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicação Financeira		4.172,73	0,00	0,00	0,00	4.172,73	4.172,73
NO CÁLCULO DE APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATORIA		1.392.128,82	1.890.053,80	2.377.663,06	2.337.481,01	7.997.326,69	6.986.406,54

DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL C/ SALDO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR	
1	2
PRIMEIRIDADE	SEGUNDA PRIMEIRIDADE

DESEMPENHO DO F.F.M.D.E.F.V.M.						
FICHAS	DESP. C/ PROF. MAGISTÉRIO(MIN=60%)	1º TRIMESTRE EMPENHADO R\$	2º TRIMESTRE EMPENHADO R\$	3º TRIMESTRE EMPENHADO R\$	4º TRIMESTRE EMPENHADO R\$	ACUMULADO R\$
	3111 Pessoal Civil					R\$
	3113 Obrigações Patronais					0,00
	3253 Salário Família (Prof. em Efetivo Exerc.)					0,00
						0,00
						0,00
						0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	OUTRAS DESPESAS (MAX=40%)					
	3111 Pessoal Civil					0,00
	3113 Obrigações Patronais					0,00
	3120 Material de Consumo					0,00
	3131 Remun.Serv.Pessoais					0,00
	3132 Outros Serv. Encarg.					0,00
	3253 Salário Família					0,00
	4110 Obras e Instalações					0,00
	4120 Equip.e Mat.Perm.					0,00
						0,00
						0,00
						0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



ENSINO INFANTIL/ESPECIAL,

DESPESAS DO ENSINO INFANTIL/ESPECIAL						
FICHAS	CRCHE (08.41)	1º TRIMESTRE EMPENHADO R\$	2º TRIMESTRE EMPENHADO R\$	3º TRIMESTRE EMPENHADO R\$	4º TRIMESTRE EMPENHADO R\$	ACUMULADO R\$
78	3111 Pessoal Civil	145.351,54	473.937,42	631.358,10		
79	3113 Obrigações Patronais	161.011,48	109.157,34	-18,30	1.620.352,94	2.871.000,00
80	3120 Material de Consumo	725,80	0,00	0,00	10.269,68	280.000,00
80	3131 Remun.Serv.Pessoais	13.000,00	0,00	0,00		725,80
80	3132 Outros Serv. Encarg.	901.920,00	28.722,25	44.367,21	0,00	13.000,00
44	3231 Subvenções Sociais	245.576,80	0,00	7.001,74	30.131,67	1.005.141,13
81	4110 Obras e Instalações	0,00	0,00	6.252,00	5.495,00	285.115,10
82	4120 Equip.e Mat.Perm.	724,00	17.373,50	24.236,51	76.310,69	11.747,00
TOTAL		1.468.309,62	629.190,51	712.777,06		118.644,70
FICHAS	PRÉ-ESCOLA (08.41)	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
74	3111 Pessoal Civil	368.788,91	876.324,82	1.200.553,51	1.775.096,54	4.099.738,20
74	3113 Obrigações Patronais	20.445,21	0,00	0,00	2.456.887,55	4.902.554,79
75	3120 Material de Consumo	5.887,62	11.784,58	33.691,44	0,00	20.445,21
75	3131 Remun.Serv.Pessoais	9.413,88	0,00	0,00	75.257,53	126.621,17
75	3132 Outros Serv. Encarg.	900,00	0,00	0,00	0,00	100.909,73
3231 Subvenções Sociais		0,00	0,00	0,00	0,00	9.413,88
3251 Inativos		0,00	0,00	0,00	0,00	900,00
3253 Salário Família		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4110 Obras e Instalações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	4120 Equip.e Mat.Perm.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	3111 Pessoal Civil	0,00	3.125,80	6.897,34	155.980,43	166.003,57
56	3132 Outros Serv. Encarg.	0,00	0,00	0,00	1.670.177,05	1.670.177,05
60	4120 Equip.e Mat.Perm.	0,00	0,00	0,00	274.337,85	274.337,85
TOTAL		405.435,62	891.235,20	1.241.142,29	16.444,50	16.444,50
FICHAS	ESPECIAL (08.49)	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
87	3111 Pessoal Civil	253.450,24	133.254,32	134.847,87	47.532,11	569.084,54
88	3120 Material de Consumo	3.203,66	0,00	0,00	0,00	3.203,66
88	3131 Remun.Serv.Pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	3132 Outros Serv. Encarg.	115,00	436,55	3.072,14	0,00	0,00
3254 Apoio Financeiro a Estudantes		0,00	0,00	0,00	464,04	4.087,73
4120 Equip.e Mat.Perm.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		256.768,90	133.690,87	137.920,01	47.996,15	576.375,93
DESAPENHAS C/ ENSINO INFANTIL E ESPECIAL		2.130.514,14	1.654.116,58	2.091.839,36	6.472.177,60	12.348.647,68
(-) Desp.c/ recursos Auxílios/Subvenções/Contrib.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Desp. c/ recursos Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Desp. c/ recursos Rendimentos de Aplicações Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL APLICADO COM RECURSOS DE IMPOSTOS		2.130.514,14	1.654.116,58	2.091.839,36	6.472.177,60	12.348.647,68

Autem [10]

[10] Autem

REPARAÇÃO FINANCEIRA - ARTIGO 60, § 1º, III, 9-10/1996 (L. 10)

1º MÊS DO TRIMESTRE: OUTUBRO

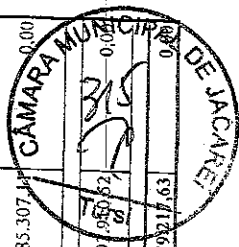
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do Dia 01 a 10	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1º decêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 11 a 20	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2º decêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 21 a 30	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3º decêndio	Diferença
Repasse Obrigatório de 25% ou percentual estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA, ETC.)	136.553,74	136.553,74	0,00	133.193,18	133.193,18	0,00	272.101,90	272.101,90	0,00
Repasse Obrigatório de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	421.294,30	421.294,30	0,00	115.643,13	115.643,13	0,00	288.627,62	288.627,62	0,00
TOTAL GERAL	557.848,04	557.848,04	0,00	248.836,31	248.836,31	0,00	560.729,52	560.729,52	0,00

2º MÊS DO TRIMESTRE: NOVEMBRO

RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do Dia 01 a 10	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1º decêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 11 a 20	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2º decêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 21 a 30	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3º decêndio	Diferença
Repasse Obrigatório de 25% ou percentual estabelecido em L.O.M., em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA, ETC.)	34.194,69	34.194,69	0,00	109.947,00	109.947,00	0,00	207.247,30	207.247,30	0,00
Repasse Obrigatório de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	96.540,08	96.540,08	0,00	374.747,36	374.747,36	0,00	176.521,93	176.521,93	0,00
TOTAL GERAL	130.734,77	130.734,77	0,00	484.694,36	484.694,36	0,00	383.769,23	383.769,23	0,00

3º MÊS DO TRIMESTRE: DEZEMBRO

RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Arrecadada do Dia 01 a 10	Depósito em conta vinculada até 20º dia ref. arrecadação do 1º decêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 11 a 20	Depósito em conta vinculada até 30º dia ref. arrecadação do 2º decêndio	Diferença	Arrecadada do Dia 21 a 30	Depósito em conta vinculada até 10º dia do mês subsequente ref. arrecadação do 3º decêndio	Diferença
Repasse Obrigatório de 25% ou percentual estabelecido em L.O.M.B7, em contas vinculadas ao ensino (IPTU, ITBI, ISS, DÍVIDA ATIVA, IRRF, ITR, IPVA, ETC.)	23.958,33	23.958,33	0,00	187.421,30	187.421,30	0,00	285.307,11	285.307,11	0,00
Repasse Obrigatório de 10% ou mais em contas vinculadas ao ensino (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	272.393,10	272.393,10	0,00	269.133,31	269.133,31	0,00	193.910,52	193.910,52	0,00
TOTAL GERAL	296.351,43	296.351,43	0,00	456.554,61	456.554,61	0,00	479.217,63	479.217,63	0,00



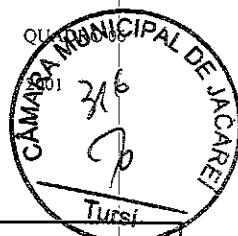
MUNICÍPIO:

JACAREÍ

PERÍODO:

4º TRIMESTRE

POSIÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS VINCULADAS AO ENSINO



REPASSES FINANCEIROS - ARTIGO 69, §5º, LEI 9.394/96 (L.D.B.)		
CONFRONTO ENTRE OS REPASSES MÍNIMOS E DECENDIAIS	TRIMESTRE	ACUMULADO
A) REPASSE MÍNIMO OBRIGATORIO (Percentual Mínimo de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências menos Contribuição ao Fundef)	3.761.696,93	15.277.480,42
B) REPASSES DECENDIAIS		
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 1º MÊS	1.367.413,87	1.367.413,87
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 2º MÊS	999.198,36	1.469.238,97
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 3º MÊS	1.232.123,67	2.215.582,85
TOTAL DE REPASSES DECENDIAIS	3.598.735,90	5.052.235,69
REPASSES A MENOR NO TRIMESTRE	(162.961,03)	(10.225.244,73)

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DESTINADAS AOS DEPÓSITOS DOS REPASSES DECENDIAIS		
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	10 / 01 / 2002	NÚMERO DA C/C
CONTA F.M.E.		45.000164-2
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL		10.894,01

CONFRONTO ENTRE DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EM RELAÇÃO AO DISPONÍVEL	
APURAÇÃO DOS EMPENHOS A PAGAR (Não consideradas as Despesas do Ens. Fund.com Recursos do Fundef)	SALDO
DESPESA EMPENHADA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL (Quadros 2 e 4)	30.021.625,39
(-) DESPESA PAGA (Quadros 2 e 4)	28.101.734,39
TOTAL DE EMPENHOS A PAGAR	1.919.891,00
EMPENHOS SEM LASTRO FINANCEIRO	1.908.996,99

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DECORRENTES DE CONVÊNIOS		
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	30 / 12 / 2001	NÚMERO DA C/C
CONTA QESE		13.700.281-5
CONTA TRANSPORTE DE ALUNOS		13.001.088-0
MERENDA ESCOLAR		13.100.111-6
PNAE II		6.226-X
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL		507.737,89

CONTA VINCULADA AO FUNDEF		
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEF NÃO APLICADO (ANTERIOR)		
(+) RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEF + APLICAÇÃO FINANCEIRA (NO TRIMESTRE)		8.018.904,19
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO		8.018.904,19
(-) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEF PAGAS (NO TRIMESTRE)		6.990.579,27
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO		1.028.324,92
SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	30 / 12 / 2001	C/C Nº 58.022-8
		140.509,62
DIFERENÇA A MENOR		(887.815,30)

RESUMO CONSOLIDADO

[illegible]

三

RESUMO CONSOLIDADO

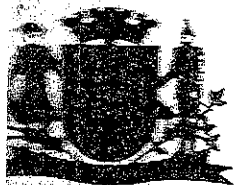
PERÍODO: 1º TRIMESTRE

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS									
Recitas Próprias		TRIMESTRE	ACUMULADA		ORÇADA				
Recitas de Transferências da União		4.024.711,06	18.986.538,17		21.976.000,00				
Recitas de Transferências do Estado		4.923.172,10	18.689.737,10		18.880.000,00				
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		18.699.928,46	76.566.514,54		67.750.000,00				
B) RECURSOS ADICIONAIS (APLICAÇÃO 100%)									
Rendimentos de Aplicação Financeira		27.647.811,62	114.242.809,81		108.556.000,00				
Convênios e Outros									
F.M.D.E.F.V.M.									
Operações de Crédito		0,00							
TOTAL GERAL DOS RECURSOS ADICIONAIS		745.192,98	2.542.786,94		850.000,00				
TOTAL GERAL DAS RECEITAS (A + B)		2.070.398,13	8.018.904,19		6.648.000,00				
		0,00							
		2.815.591,11	10.561.691,13		0,00				
		30.463.402,73	124.804.500,94		7.498.000,00				
C) VALOR DA APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (Caput art. 212 da CF ou Percentual da LOM)		6.911.952,91	28.560.702,45		27.139.000,00				
D) APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO									
D.1) APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL E ESPECIAL		TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	PAGO	%		
		6.472.177,60	23,41	12.348.647,68	10,81	10.815.124,37	9,47		
D.2) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL									
Despesas do Ensino Fundamental com Recursos de Impostos (Quadro 02)									
Despesa Total no Ensino Fundamental									
(-) Valor de Contribuição ao Fundef (Elemento 3222 do Quadro 02)		3.362.542,91		17.672.977,71		17.286.610,02			
(+) Valor Efetivamente Retido ao Fundef (Diferença Positiva entre a Contribuição menos Retorno do Fundef)		2.337.481,01		7.997.326,69		6.986.406,54			
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido do Fundef (Plus Aplicado)		5.700.023,92		25.670.304,40		24.273.016,56			
APLICAÇÃO EFETIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL		3.150.255,98		13.283.222,03		13.209.616,66			
Aplicação Mínima Obrigatória (60% dos recursos ref. caput art. 212 da CF)		1.079.857,85		5.268.490,57		5.268.490,57			
APLICAÇÃO A MAIOR NO ENSINO FUNDAMENTAL		0,00		0,00		0,00			
D.3) APLICAÇÃO FINAL (Caput art. 212 CF ou percentual da L.O.M.) D.1+D.2		3.620.625,79	13,13	17.655.572,94	15,45	16.331.890,47	14,30		
Aplicação Mínima Obrigatória		4.147.171,74	15,00	17.136.421,47	15,00	17.136.421,47	15,00		
APLICAÇÃO TOTAL A MAIOR		(517.545,95)	(1,87)	519.151,47	0,45	(804.531,00)	(0,70)		
		10.101.803,39	36,54	30.804.220,62	26,26	27.147.014,84	23,76		
		6.911.952,91	25,00	28.560.702,45	25,00	28.560.702,45	25,00		
		3.189.850,49	11,54	1.443.518,17	1,26	(1.413.687,61)	(1,24)		
E) FUNDEF - ART. 60 CAPUT/ADCT/CF									
E.1) RECURSOS DO FUNDEF + APLIC. FINANCEIRA		TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	RECEBIDO/PAGO	%		
		2.070.398,13	100,00	8.018.904,19	100,00	8.018.904,19	100,00		
E.2) DESPESAS COM ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEF									
Despesas com Profissionais de Magistério em efetivo exercício (mínimo 60%)									
Demais Despesas (máximo 40%)									
TOTAL GERAL APLICADO									
RECURSOS ACUMULADOS NÃO APLICADOS		2.086.050,21	100,76	7.381.682,97	92,05	6.714.481,87	83,73		
		251.430,80	12,14	619.816,45	7,73	276.097,40	3,44		
		2.337.481,01	112,90	8.001.499,42	99,78	6.990.579,27	87,18		
		(267.082,88)		17.404,77		1.028.324,92			
F) POSIÇÃO FINANCEIRA									
REPASSES DECENDIAIS - ART. 69, §5º, LEI 9.394/96									
Mínimo Obrigatório (25% ou Percentual Definido na L.O.M. das Receitas de Impostos menos Contribuição ao Fundef)									
(-) Repasses Efetuados									
REPASSES ACUMULADOS A MENOR									
		TRIMESTRE		ACUMULADO					
				15.277.480,42		15.277.480,42			
				3.598.735,90		5.052.235,69			
				(11.678.744,52)		(10.225.244,73)			

PLANAE2001

PLANA E2001



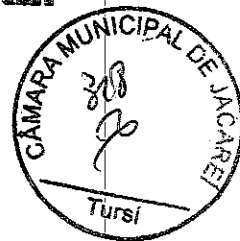


PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARÉ

Palácio Presidente "Castelo Branco"

Jacaré - Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO




Declaração

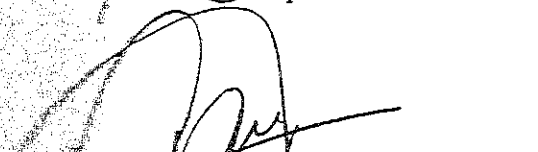
Declaramos, para fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, do ~~Decreto~~ nº 01/01, que as informações contidas no disquete encaminhado a esse Egrégio Tribunal de ~~Contas~~, relativo à Aplicação no Ensino, 4º Trimestre do exercício de 2001 são verídicas.

Nada mais a declarar, firmamos a presente.

Jacaré, 24 de Janeiro de 2002


MARCO AURÉLIO DE SOUZA
Prefeito Municipal



MARIA CRISTINA DE PAULA MACHADO
Secretária Municipal de Educação
Conselheira Municipal de Educação


JOSÉ AUGUSTO PEREIRA CAMPOS
Contador - CRC nº 108.977

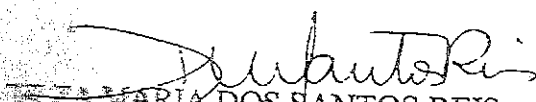

ANTONINA MARIA RODRIGUES CARDOSO
Conselheira Municipal de Educação


EMERSON MACHADO FLORIANO
Conselheiro Municipal de Educação


MARILENA FRANCISCHINI FORTES
Conselheira Municipal de Educação


PAULO ABRÃO ESPER
Conselheiro Municipal de Educação

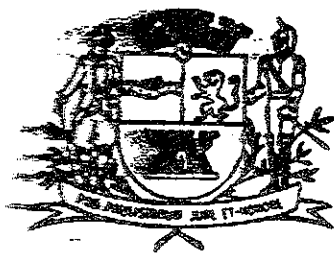

MARCO JOSÉ NUNES DE SIQUEIRA
Conselheiro Municipal de Educação


MARIA DOS SANTOS REIS
Conselheira Municipal de Educação


ROBERTO MOURA
Conselheiro Municipal de Educação

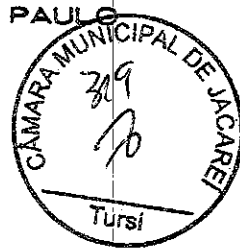

DENISE MARIANO RAMOS TURCI
Conselheira Municipal de Educação

AUSENTE
ELIZANGELA DA SILVA MACIA MARTINS
Conselheira Municipal de Educação



Prefeitura Municipal de Jacaré

PALÁCIO PRESIDENTE "CASTELO BRANCO"
JACARÉ - ESTADO DE SÃO PAULO




DECLARAÇÃO

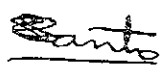

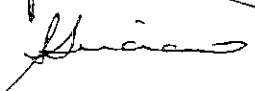
O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, através de sua Conselheira e Secretária Municipal de Educação, declara que acompanhou a aplicação dos recursos repassados à Secretaria Municipal de Educação, estando de acordo com os gastos realizados no 4º trimestre de 2001.

Por ser verdade, assino a presente.

Jacaré, 24 de janeiro de 2002.

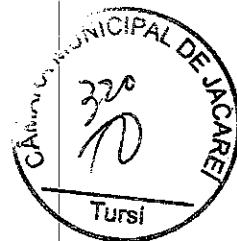

MARIA CRISTINA DE PAULA MACHADO
Secretária Municipal de Educação

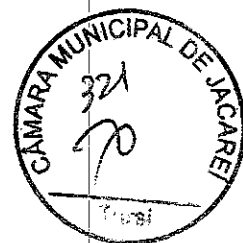
Membro do Conselho de Acompanhamento
E Controle Social do FUNDEF

Sirleide Lopes Santos 
Regina G.M. Domingos
Maria José Batista Bonfácio 
Aldemare Luciano 

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO NO ENSINO

RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	1998		1999		2000		2001		2002	
	ORÇADA	ARRECADADA	ORÇADA	ARRECADADA	ORÇADA	ARRECADADA	ORÇADA	ARRECADADA	ORÇADA	ARRECADADA
IMPOSTOS MUNICIPAIS										
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	7.000.000,00	5.507.650,76	5.500.000,00	5.563.725,20	6.500.000,00	6.423.303,02	9.300.000,00	7.354.448,09	9.700.000,00	7.354.448,09
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	700.000,00	965.091,87	750.000,00	1.433.609,39	1.200.000,00	1.066.394,59	1.100.000,00	1.092.131,09	1.000.000,00	1.092.131,09
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	7.500.000,00	7.176.463,88	7.500.000,00	5.573.462,17	4.500.000,00	7.697.587,31	7.900.000,00	8.464.416,84	11.500.000,00	8.464.416,84
Dívida Ativa de Impostos	1.100.000,00	1.604.675,36	1.050.000,00	1.616.511,54	2.050.000,00	3.029.990,76	3.265.000,00	1.848.030,02	3.080.000,00	1.848.030,02
Atualização de Dívida Ativa de Impostos										
Multa/Juros provenientes de impostos	200.000,00	49.755,43	60.000,00	52.247,23	60.000,00	300.854,61	361.000,00	227.532,13	210.000,00	227.532,13
Outras Receitas										
Total das Receitas Próprias:	16.500.000,00	15.303.637,30	14.860.000,00	14.239.555,53	14.310.000,00	18.518.130,29	21.926.000,00	18.986.558,17	25.490.000,00	18.986.558,17
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO										
Fundo de Participação dos Municípios	8.000.000,00	9.338.982,10	8.000.000,00	10.250.779,54	1.050.000,00	10.576.205,02	11.500.000,00	13.403.944,55	15.000.000,00	13.403.944,55
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.113.000,00	2.266.616,95	2.150.000,00	2.483.768,35	2.600.000,00	3.002.555,80	2.570.000,00	2.916.126,03	2.100.000,00	2.916.126,03
Imposto Territorial Rural	100.000,00	55.496,45	50.000,00	83.414,77	50.000,00	46.469,37	30.000,00	32.838,72	20.000,00	32.838,72
Desoneração das Exportações (LC-87/96)	300.000,00	308.994,56	400.000,00	4.219.906,38	4.000.000,00	2.343.701,32	5.450.000,00	2.336.827,89	3.200.000,00	2.336.827,89
Demais Transferências da União										
Total das Transferências da União:	13.513.000,00	11.970.090,06	10.600.000,00	17.039.869,04	7.700.000,00	15.968.931,51	19.550.000,00	18.689.737,10	20.320.000,00	18.689.737,10
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO										
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	52.000.000,00	46.671.179,08	48.000.000,00	50.042.569,36	48.000.000,00	62.206.977,80	59.300.000,00	71.050.383,02	68.000.000,00	71.050.383,02
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	4.187.000,00	4.523.377,42	6.500.000,00	4.193.816,03	5.368.000,00	4.987.248,39	7.700.000,00	4.740.082,33	7.000.000,00	4.740.082,33
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	800.000,00	646.663,89	700.000,00	634.642,99	600.000,00	695.053,75	750.000,00	776.049,19	700.000,00	776.049,19
ICMS de Exerc. Anteriores/Judiciais/Administr.										
Demais Transferências do Estado										
Total das Transferências do Estado:	56.987.000,00	52.432.856,35	55.200.000,00	54.871.028,38	53.968.000,00	67.889.279,94	67.750.000,00	76.566.514,54	75.700.000,00	76.566.514,54
A) TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	87.000.000,00	79.706.583,71	80.660.000,00	86.150.452,95	75.978.000,00	102.376.341,74	109.226.000,00	114.242.809,81	121.510.000,00	114.242.809,81
APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA - 25%	21.750.000,00	19.925.645,93	20.165.000,00	21.537.613,24	18.994.500,00	25.594.085,44	27.306.500,00	28.560.702,45	30.377.500,00	28.560.702,45
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	21.750.000,00	26.660.047,93	20.165.000,00	24.244.165,96	18.994.500,00	27.894.579,05	27.306.500,00	30.004.220,62	31.045.000,00	30.004.220,62
	25,00%	33,45%	25,00%	28,14%	25,00%	27,25%	25,00%	26,26%	25,55%	26,26%





TRIBUNAL DE CONTAS

ANO 2001

SÍNTESE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Secretaria de Assuntos Jurídicos

Procuradoria Judicial



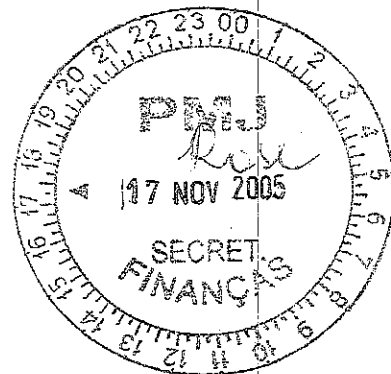
Jacareí, 17 de novembro de 2005

Memorando nº 822/2005-SAJ/PJ

De: Procuradoria Judicial

Para: Ilma. Sra. Secretária de Finanças

Assunto: parecer do TCE



URGENTE

Encaminho a V.Sa., para conhecimento e deliberações, as cópias dos documentos referentes ao parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o qual não aprovou as contas da Municipalidade no exercício de 2001.

Outrossim, solicito que sejam encaminhadas a esta procuradoria, em até 3 (três) dias, as considerações e documentos pertinentes, isso para seja possível instruir a defesa a ser feita perante a Câmara Municipal de Jacareí.

Atenciosamente,

WAGNER TADEU BACCARO MARQUES

Subprocurador Judicial

OAB/SP 164.303

Praça dos Três Poderes, 73, Centro - Jacareí - SP
Telefones (12) 3955.9006 - 3955.9104



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Jacareí, 11 de Novembro de 2005

OFÍCIO Nº 214/11/11/2005-CMP

Excelentíssimo Senhor,

Servimo-nos do presente, nos termos do parecer anexo da Consultoria Jurídica desta Casa Legislativa para notificar Vossa Excelência a apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias sua defesa nas Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001 que receberam parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Informamos a Vossa Excelência que sua defesa será encaminhada para exame das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento, sendo que quando da apreciação da matéria pelo Plenário lhe será concedida a oportunidade de sustentação oral, pessoalmente ou por advogado legalmente constituído.

Nesta oportunidade encaminhamos a Vossa Excelência cópia do Processo nº 182, de 17/10/2005 informando que, embora a Prefeitura Municipal tenha todos os subsídios para instruir a defesa em decorrência dos argumentos já apresentados ao Tribunal, ainda assim, colocamos a sua disposição para serem consultados os 14

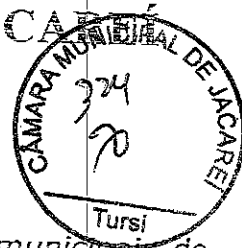
Praça dos Três Poderes, 74 - Centro - Jacareí / SP - CEP 12327-170 Fone: (0 __ 12) 3952-1122 - FAX: (0 __ 12) 3951-7808
Site: www.jacarei.sp.gov.br e-mail: camara@jacarei.sp.gov.br

Prefeitura Municipal de Jacareí	
Chefia de Gabinete	
Recebi em	11/11/05
Às	14 h 35
Assinatura	



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



(catorze) volumes de documentos que integram as contas municipais de 2001.

Sem outro particular subscrevemo-nos com protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

ANTONIOS YOUSSEIF RAAD JÚNIOR
PRESIDENTE

Á

SUA EXCELÊNCIA, O SENHOR

MARCO AURÉLIO DE SOUZA

DD. PREFEITO MUNICIPAL DE JACAREÍ

EM MÃOS



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Jacaré, 10 de Novembro de 2005

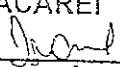
Da Direção

Para: Consultoria Jurídica

Com a finalidade de instruir eventual providência de competência da Presidência, solicitamos desta Consultoria Jurídica um parecer sobre a questão abordada no jornal "Diário de Jacaré", edição desta data, sob o título QUESTÃO DE OPINIÃO, cujo assunto se refere ao direito constitucional que deve ser conferido para que o Prefeito Municipal Marco Aurélio de Souza compareça ao Legislativo com o objetivo de defender a legalidade das contas do Município de Jacaré relativas ao exercício de 2001 que recebeu parecer contrário do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Processo nº 182/2005 em tramitação nesta Casa Legislativa com prazo fatal fixado para o dia 13/12/2005).

Solicitamos, em caso positivo, que o parecer esclareça se a defesa do Prefeito deve ser apresentada por escrito em decorrência de solicitação da Presidência, ou se o Prefeito deve ser comunicado para comparecer ao Legislativo na Sessão Ordinária em que será discutido o processo com a finalidade de expor seus argumentos de defesa.

Na expectativa das informações solicitadas
subscrevemo-nos,

PROTOCOLO GERAL
Nº <u>1982/10/11</u> 20 <u>05</u>
CÂMARA MUNICIPAL
JACARÉ

FUNÇÃOÁRIO

Atenciosamente


WANDERLEY BENEDICTO RAMOS
DIRETOR

QUESTÃO DE OPINIÃO

*Eloisa
Nascimento



O direito de se defender

A Câmara de Jacareí deve julgar em 60 dias a prestação de contas do prefeito Marco Aurélio do ano de 2001 rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Com o recesso parlamentar de dezembro e janeiro, a matéria fica para o ano que vem, mas vai fazer rolar água e burburinho debaixo da ponte de lá e de cá.

Se a Câmara aprovar o parecer do TCE, o prefeito fica com seus direitos políticos suspensos por três anos e não poderá votar ou ser votado até 2009. Sempre foi assim: o processo vai para as comissões, essas emitem pareceres e o plenário vota. Não votando no prazo de 60 dias, o parecer do tribunal prevalece, mas os vereadores podem rejeitar esse parecer se entenderem que cada caso é um caso.

Mas há um fato que não vem sendo considerado. O prefeito Marco Aurélio tem o direito constitucional de comparecer à Câmara de Jacareí para defender-se,

pois trata-se de suspensão de direitos políticos embutida na aprovação do parecer do TCE. Uma lesão a direito constitucionalmente assegurado. Caso a Presidência da Câmara não lhe dê o direito de fazer sua defesa diante dos vereadores para mostrar que o tribunal não analisou tecnicamente suas razões e vetou suas contas por razões até de ordem política, Marco Aurélio tem o direito de ir a Juízo reclamar a tutela judicial para seu pleito.

Que o TCE age politicamente todo mundo sabe, pois até o STF tem agido politicamente. Quando o ex-prefeito BSL era do PSDB, suas contas de 1997 foram rejeitadas por todas as comissões técnicas do Tribunal de Contas, mas acabaram aprovadas pelos conselheiros, mesmo diante das mais cabeludas das irregularidades. Expulso do partido e com as contas cada vez mais desarrumadas, acabou jubilado nos anos seguintes, repetindo com louvor os desmandos

contábil-administrativos.

Os vereadores dificilmente lêem os relatórios do tribunal e, se lerem, duvidamos que consigam traduzi-los em um voto explicadinho na tribuna. Mais um motivo para que seja esclarecido perante eles diretamente pelo interessado.

O Supremo Tribunal Federal entende que o julga-

risprudencial, a decisão do STF, deliberada por voto do ministro Ilmar Galvão, em 2001, que diz o seguinte: "Sendo o julgamento das contas do recorrente, como ex-Chefe do Executivo Municipal, realizado pela Câmara de Vereadores mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que poderá deixar de prevale-

O prefeito Marco Aurélio tem o direito constitucional de comparecer à Câmara de Jacareí para defender-se, pois trata-se de suspensão de direitos políticos

cer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa (arts. 31, § 1º, e 71 c/c o 75 da CF), é fora de dúvida que, no presente caso, em que o parecer foi pela rejeição das contas, não poderia ele, em face da norma constitucional sob referência, ter sido aprovado, sem que se houvesse propiciado ao interessado a oportunidade de opor-se ao referido pronunciamento técnico, de maneira ampla, perante o órgão legislativo, com vista a sua almejada reversão".

Portanto, a questão é administrativa, não legislativa e mesmo sendo política, pode ser questionada na Justiça. Questiona quem quiser, quem não quiser, abaixa a cabeça e vai pra casa.

Portanto, caso não lhe seja dado direito de defesa, pode o prefeito Marco Aurélio sacar da algibeira ju-

QUESTÃO DE ECONOMIA

Marcos
Cintra



As vantagens da CPMF

Segundo o ministro Paulo Bernardo, o governo quer reduzir a carga tributária e escolheu a CPMF como ponto de partida. A intenção seria prorrogar a alíquota de 0,38% até 2009 e sua redução gradual até atingir 0,08% em 2013, quando então o tributo se tornaria permanente e seria mantido apenas como

mento de obscuros formulários, típico dos impostos declaratórios. Aliás, essas qualidades foram reconhecidas por Everardo Maciel, quando ocupava o cargo de secretário da Receita Federal. Segundo ele, a CPMF "é um ótimo imposto; tem custo praticamente zero, não afetou preços ou provocou desintermediação fi-

*Eloisa Nascimento é jornalista, advogada e diretora do Diário de Jacareí (SP) e-mail: eloisanascimento@uol.com.br

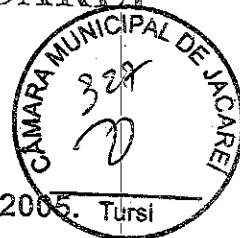
FRASES DE EFEITO

Brizola dizia que o PT era a UDN de tamanho. Pa-



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



PROTOCOLO GERAL Nº 1.982, de 10 de novembro de 2005. Tursi

PARECER Nº 296 – SOA – CJ/2005

Assunto : Consulta sobre a questão abordada no jornal "Diário de Jacareí", no sentido de assegurar-se ao Prefeito o direito constitucional de ampla defesa, no julgamento de Parecer do TCE, sobre contas anuais.

Interessado : Presidente Antonios Youssif Raad Júnior

Consulta-nos a Douta Presidência do Legislativo se, no julgamento de contas anuais do Prefeito Municipal, com parecer prévio do Egrégio Tribunal de Contas, no sentido da rejeição das mesmas, deve ser conferido, ao Chefe do Executivo, o direito constitucional de contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, como assegura o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Foi juntada, na consulta, cópia de publicação de um erudito artigo da jornalista e advogada Eloísa Nascimento, publicado no "Diário de Jacareí", edição de 10/11/2005.

Observamos, de início, que, sobre tal direito, são omissos a Lei Orgânica do Município (arts. 28, VII e 49, §§ 3º e 4º) e o Regimento Interno do Legislativo Municipal (Resolução nº 642/2005, de 29/09/2005, arts. 131 e 132).

A matéria já foi apreciada pela 1ª Turma do Egrégio Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 261.885-3, a qual, em acórdão de 05/12/2000, relatado pelo Ministro Ilmar Galvão, em decisão unânime, apreciando recurso de ex-Prefeito de Americana, prolatou a decisão assim ementada:

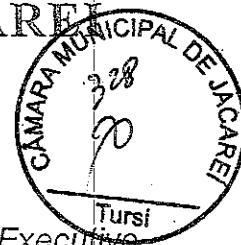
"Prefeito Municipal. Contas rejeitadas pela Câmara de Vereadores. Alegada ofensa ao princípio do direito de defesa (inc. LV do art. 5º da CF).

Praça dos Três Poderes, 74 – Centro – Jacareí / SP – CEP 12327-901 Fone: (0 __ 12) 3955-2200 – FAX: (0 __ 12) 3951-7808
Site: www.camarajacarei.sp.gov.br e-mail: consultoria.juridica@camarajacarei.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



Sendo o julgamento das contas do recorrente, como ex-chefe do Executivo municipal, realizado pela Câmara de Vereadores mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa (arts. 31, § 1º, e 71 c/c o art. 75 da CF), é fora de dúvida que, no presente caso, em que o parecer foi pela rejeição das contas, não poderia ele, em face da norma constitucional sob referência, ter sido aprovado, sem que se houvesse propiciado ao interessado a oportunidade de opor-se ao referido pronunciamento técnico, de maneira ampla, perante o órgão legislativo, com vista a sua almejada reversão.

Recurso conhecido e provido."

(Cópia anexa)

A questão não é pacífica, havendo posicionamentos divergentes, embora minoritários. Porém no Estado de São Paulo, o Egrégio Tribunal de Justiça, mesmo antes do pronunciamento do STF, já adotava o mesmo posicionamento da Suprema Corte, podendo ser citados os acórdãos prolatados na Apelação Cível nº 39.092-5/7, julgada em 25/06/1999, Relatora Des. Tereza Ramos Marques (8ª Câmara de Direito Público, decisão unânime, cópia anexa) e em anteriores julgamentos nas Apelações Cíveis nºs 242.516-1/4, Rel. Des. Alberto Gentil, julgada em 25/06/1996, decisão unânime e 212.477-1, Rel. Des. Olavo Silveira.

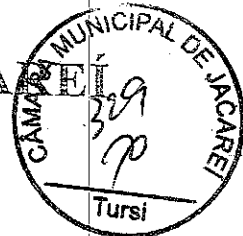
O nosso posicionamento e a posição que temos defendido são no sentido de que não pode ser afastado, no julgamento de contas do Prefeito Municipal, o direito de contraditório e ampla defesa.

Ora, ao deliberar sobre as contas anuais da Chefia do Executivo, aprovando-as ou rejeitando-as, o Legislativo atua como órgão julgador, por meio de processo que há de respeitar as prescrições constitucionais relativas à garantia do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, bem assim o da motivação.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



A contenciosidade e a litigiosidade do aludido procedimento exsurgem indúvidas das suas graves implicações. É que, como se sabe, o pronunciamento da Câmara pela rejeição das contas tem consequência punitiva para o prestador, qual seja, sua inelegibilidade por 5 (cinco) anos. Por isso mesmo, há possibilidade de, no âmbito do Judiciário, ser questionada a validade do procedimento, como corolário do lícito direito de defesa do interessado (Lei Complementar nº 64/90).

Desse entendimento também não discrepa a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, como se vê do julgamento do RMS nº 2.647-4 - RJ, DJ de 27.9.93.

Em abono à tese está também a doutrina de JOSÉ NILO DE CASTRO (Julgamento das Contas Municipais), para quem *"é elementar o reconhecimento do direito de defesa ampla dos prestadores de contas públicas (...), notadamente no órgão julgador, tratando-se de prefeito, na Câmara Municipal"* (p. 40).

Invocando ensinamento de ODETE MEDAUAR, o citado municipalista observa *"que a informação geral, a ouvida dos sujeitos e a motivação representam desdobramentos do contraditório"*, para concluir, com muito acerto, que *"faltando os desdobramentos diretos do contraditório, a saber, de um lado, a informação prévia e geral dos atos sujeitos a julgamento, a ouvida do prestador - interessado direto - e a motivação e, de outro lado, e em consequência, a oportunidade de reagir àquelas informações, com direito de presença e de audiência, desconhecendo-se as manifestações postas e não se tendo a motivação, que influi sobre a decisão final, ter-se-á a nulidade do mesmo julgamento, de pleno direito"* (pp. 36/37, ob. cit.).

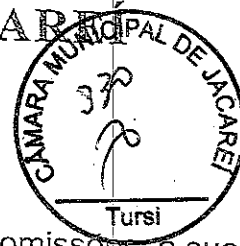
Resta a questão: sendo omissos a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara sobre a matéria, como deve proceder o Legislativo para assegurar o direito em referência ao Prefeito Municipal, no julgamento de suas contas?

Entendemos que a Presidência, no mesmo momento em que distribui cópias dos autos às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, que devem prolatar parecer conjunto no prazo de 30 (trinta) dias (art. 131, do Regimento Interno), deve enviar um ato citatório ao Prefeito Municipal, por meio de



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



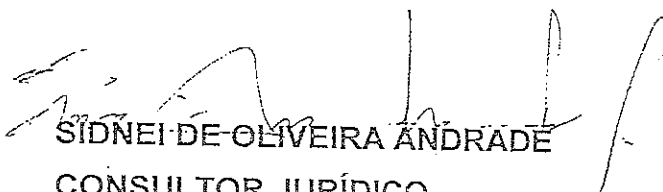
ofício, oferecendo-lhe a oportunidade de apresentar, perante aquelas Comissões, a sua defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, para exame das mesmas e, caso apresentada a defesa, sua cópia deve ser distribuída aos Vereadores.

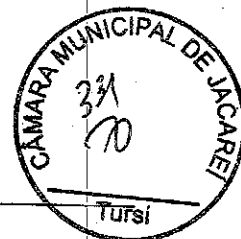
Na data da sessão de julgamento, que será previamente comunicada ao Prefeito, deve ser oferecida a este a oportunidade de sustentar sua defesa, pessoalmente ou por advogado constituído, oralmente, na Tribuna, após os pronunciamentos dos Vereadores, sendo razoável que se dê um prazo de trinta minutos para essa sustentação oral.

Respeitadas opiniões divergentes, é este o nosso entendimento, embora não esteja, até o presente, sendo adotado pela Câmara Municipal.

Opinamos que sejam distribuídas cópias deste Parecer a todos os nobres Vereadores e que, doravante, seja adotado o procedimento nele sugerido.

Consultoria Jurídica, 11 de novembro de 2005.


SIDNEI DE OLIVEIRA ANDRADE
CONSULTOR JURÍDICO
OAB / SP Nº 15.546



**PREFEITO MUNICIPAL – JULGAMENTO DAS CONTAS PELA
CÂMARA DOS VEREADORES – INOBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA**

RE nº 261.885-3-SP

Recorrente: Waldemar Tebaldi

Recorrida: Câmara Municipal de Americana

Relator: Min. Ilmar Galvão

Prefeito municipal. Contas rejeitadas pela Câmara de Vereadores. Alegada ofensa ao princípio do direito de defesa (inc. LV do art. 5º da CF).

Sendo o julgamento das contas do recorrente, como ex-chefe do Executivo municipal, realizado pela Câmara de Vereadores mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa (arts. 31, § 1º, e 71 c/c o art. 75 da CF), é fora de dúvida que, no presente caso, em que o parecer foi pela rejeição das contas, não poderia ele, em face da norma constitucional sob referência, ter sido aprovado, sem que se houvesse propiciado ao interessado a oportunidade de opor-se ao referido pronunciamento técnico, de maneira ampla, perante o órgão legislativo, com vista a sua almejada reversão.

Recurso conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso extraordinário e lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 5 de dezembro de 2000.

Min. Moreira Alves, Presidente – Min. Ilmar Galvão, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Ilmar Galvão (Relator): Recurso que, pela letra a do permissivo constitucional, foi interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que concluiu pela improcedência de ação de desconstituição de ato da Câmara Municipal de Americana pelo qual foram rejeitadas as contas de ex-prefeito municipal.

Sustenta o recorrente haver a referida decisão ofendido o inc. LV do art. 5º da Constituição Federal, primeiramente, ao considerar que cabia ao Poder Judiciário, no caso, tão-somente, perquirir se foram observados os requisitos legais de tramitação do ato que culminou com a rejeição das contas por ele prestadas como prefeito municipal; e, ao depois, por haver afastado a alegação de nulidade do processo, em face do indeferimento, pelo Juiz, da produção das provas com que pretendia demonstrar a falta de fundamentação dos atos cuja desconstituição postulou.

O recurso, indeferido na origem, veio ao STF por efeito de provimento de agravo, havendo a d. Procuradoria-Geral da República, em parecer do Dr. João Batista de Almeida, opinado pelo conhecimento e provimento.

Houve recurso especial, que não prosperou.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Ilmar Galvão (Relator): O acórdão refutou ambas as alegações do recorrente, ao assim decidir (fl. 124):

"A alegação de haver o apelante suportado cerceamento de defesa e inobservância do contraditório é de se afastar, porquanto na conduta da recorrida não se vislumbra nenhuma violação ao preceito constitucional que garante, nos processos judiciais e administrativos, os referidos princípios, pois o julgamento de contas é procedimento típico e específico, cabendo ao Judiciário, em hipóteses que tais, apreciar a questão sob a ótica da legalidade, ou seja, perquirir se acaso foram observados os requisitos legais de tramitação do ato que culminou com a rejeição das contas prestadas (ausente eventual vício formal) pelo ora apelante que, por sinal, se acaso pretendesse, efetivamente, defender-se poderia fazê-lo no ensejo do fluir da apreciação das contas na Corte mencionada".

Demonstrou, entretanto, o ilustrado parecer da d. Procuradoria-Geral da República que não se houve com desacerto a sentença de primeiro grau ao julgar de plano a ação, uma vez que, efetivamente, despicienda, na esfera judicial, a produção de prova, posto que não contrariada a alegação de que o julgamento, pela Câmara de Vereadores, ocorrera sem que houvesse sido propiciada ao ora recorrente oportunidade de defesa.

No que concerne ao julgamento político-administrativo realizado pelo órgão do Poder Legislativo, sustentou o mencionado parecer, com apoio no magistério doutrinário de Eduardo Botallo, que o direito de defesa do recorrente, ainda que exercido pelo recorrido perante o Tribunal de Contas, quando do exame prévio de suas contas, ainda assim haveria de ser-lhe assegurado por ocasião do seu julgamento pela Câmara Municipal.

Sustenta, com efeito, o conceituado administrativista, que "o processo que precede tal julgamento submete-se ao conceito tradicional que a expressão comporta", configurando "matéria estranha ao processo legislativo", razão pela qual, conforme decidido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, na ApCv nº 212.477, rel. Desembargador Olavo Silveira, se revela "inaceitável, por afrontar o princípio constitucional da amplitude da defesa, que se negue ao prefeito, cujas contas estejam sendo julgadas pela Câmara, o direito de se defender perante a edilidade, ou de produzir outras provas, não oferecidas na fase preliminar de exame e verificação administrativa".

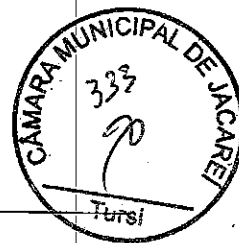
Trata-se de pronunciamento incensurável.

Com efeito, sendo o julgamento das contas do chefe do Executivo municipal, na conformidade do disposto nos arts. 31, § 1º, e 71 c/c o art. 75 da Constituição, realizado pela Câmara de Vereadores, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal (art. 31, § 2º), é fora de dúvida que, no presente caso, em que o parecer foi pela rejeição das contas, não poderia ser recusada ao recorrente a oportunidade de a ele opor-se, de maneira ampla, perante o órgão legislativo, com vista a sua almejada reversão.

A decisão da Câmara de Vereadores que, no caso, reitera-se, não revestia natureza legislativa, mas administrativa, havendo sido proferida sem que se assegurasse ao recorrente o contraditório e a ampla defesa, ofendeu a norma do inc. LV do art. 5º da Constituição Federal.

O acórdão recorrido, afastando-se desse entendimento, não pode subsistir.

Meu voto, por isso, conhece do recurso e lhe dá provimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTAS MUNICIPAIS – EMISSÃO DO PARECER PRÉVIO PELO
TRIBUNAL DE CONTAS – JULGAMENTO PELA CÂMARA MUNICIPAL
OBSERVÂNCIA À AMPLA DEFESA

ApCv nº 39.092-5/7

Apelante: Câmara Municipal de Caconde

Apelado: Edgard Tortorelli Nogueira

Relatora: Des. Teresa Ramos Marques

Anulatória. Caconde. Rejeição de contas de prefeito municipal. Parecer do Tribunal de Contas constatando irregularidades. Ofensa à garantia da ampla defesa. Sentença de procedência. Mesmo se tratando de processo administrativo de controle, tendo havido comunicação do parecer do Tribunal de Contas ao interessado, com possibilidade de recurso, fazendo-se o julgamento pela Câmara Municipal, a oportunidade de defesa deve ocorrer perante o Legislativo, para fiel observância da garantia constitucional. Negado provimento ao recurso.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 39.092-5/7, da Comarca de Caconde, em que é apelante Câmara Municipal de Caconde, sendo apelado Edgard Tortorelli Nogueira, acordam, em Oitava Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por votação unânime, negar provimento ao recurso, de conformidade com o relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte do acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores Toledo Silva (Presidente, sem voto), Paulo Travain e Pinheiro Franco.

São Paulo, 23 de junho de 1999.

Des. Teresa Ramos Marques, Relatora.

Relatório

Sentença, cujo relatório se adota, de procedência da anulatória de decretos legislativos de julgamento das contas, relativas aos exercícios de 1989, 1990, 1991 e 1992, prestadas pelo réu na qualidade de prefeito municipal, por desres-

peito à garantia da ampla defesa, apela a Câmara alegando que o Tribunal de Contas estava apto a emitir parecer e a lei prevê recurso administrativo deste ato. Como o apelado não o utilizou, embora comunicado formalmente da manifestação desfavorável do TCESP, não violou seu direito de defesa no julgamento. As contas têm irregularidades insanáveis e a Câmara simplesmente acatou o parecer do referido tribunal técnico, pois não é qualificada para executar perícia detalhada.

Nas contra-razões insiste o apelado que o recurso não abala os sólidos fundamentos da sentença.

É o relatório.

Voto

Mesmo que o apelado tenha recebido comunicação do resultado da análise desfavorável do Tribunal de Contas, com possibilidade de recorrer deste, pode ter-se mantido inerte porque se tratava de parecer, reservando-se para se defender na Câmara Legislativa, onde as contas seriam efetivamente julgadas.

Realmente, as contas do chefe do Executivo são apreciadas pelo Tribunal de Contas (art. 71, I, da CF), mas não são julgadas por aquele órgão. A Constituição Estadual também deixa expresso que ao TCESP apenas cabe "emitir parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, exceto a dos que tiverem Tribunal próprio" (art. 33, inc. XIII).

Portanto, realmente não poderia a Câmara desde logo julgar as contas emitindo os decretos legislativos, sem antes dar ao apelado a oportunidade de se defender perante o Legislativo municipal.

Tal não significa que o parecer do Tribunal de Contas não seja digno de fé e não possa ser acolhido pela apelante. Pelo contrário, trata-se de órgão altamente especializado na conferência de contas públicas, sendo seu parecer a peça-mestra do julgamento a ser realizado no Legislativo.

No entanto, como é a apelante que faz o julgamento, estava sujeita ao cumprimento do art. 5º, LV, da Constituição Federal, segundo o qual "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Assim tem decidido este Tribunal de Justiça, como demonstra o julgado proferido na Apelação Cível nº 242.516-1/4, juntado por cópia (fls. 4710/4712), relatado pelo Desembargador Alberto Gentil que, por sua vez, menciona o proferido na Ape-

lação Cível nº 212.477-1, relatado pelo Desembargador Olavo Silveira.

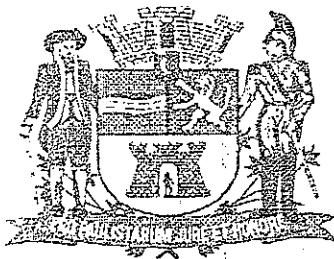
O fato de se tratar de um processo administrativo de controle, no qual o parecer contábil do Tribunal de Contas depende de votação qualificada do Plenário da Câmara, para deixar de ser vinculante e se tornar meramente opinativo, não torna prescindível a oportunidade de defesa antes do julgamento, como ensina Hely Lopes Meirelles, em sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, 24ª ed. atualizada, Malheiros, a saber:

"Processo de controle: 'processo administrativo de controle' é todo aquele em que a Administração realiza verificações e declara situação, direito ou conduta do administrado ou de servidor, com caráter vinculante para as partes. Tais processos, normalmente, têm rito próprio e, quando neles se depa-ram irregularidades puníveis, exigem oportunidade de defesa ao interessado, antes de seu encerramento, sob pena de invalidade do resultado da apuração" (p. 622).

Nessas condições, constatadas irregularidades nas contas de prefeito, por sinal insanáveis segundo a apelante, era indispensável o respeito à garantia constitucional da ampla defesa perante o próprio órgão incumbido do julgamento.

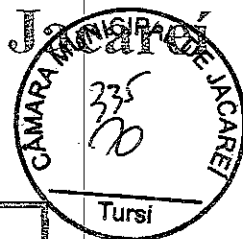
Pelo meu voto, portanto, nego provimento ao recurso.

Des. Teresa Ramos Marques, Relatora.



Câmara Municipal de Jacareí

PALÁCIO DA LIBERDADE



PROCESSO Nº 182 DE 17.10.2005

ASSUNTO: PARECER DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- REFERENTE ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2001 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ.

AUTOR: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRAZO FATAL: 13 DE DEZEMBRO DE 2005

VOTAÇÃO ÚNICA

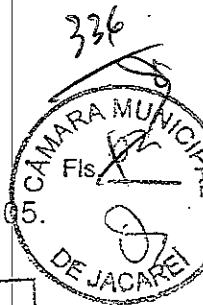
OBSERVAÇÃO: O PROCESSO COMPLETO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2001, E SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE À DISPOSIÇÃO DOS SENHORES VEREADORES NA SECRETARIA DA CÂMARA.

Aprovado em Discussão Única Em.....de.....de 2005..... Presidente	REJEITADO Em.....de.....de 2005..... Presidente
Aprovado em 1ª Discussão Em.....de.....de 2005..... Presidente	ARQUIVADO Em.....de.....de 2005..... Diretor da Câmara
Aprovado em 2ª Discussão Em.....de.....de 2005..... Presidente	Retirado pelo Autor Em.....de.....de 2005..... Presidente
Adiado em.....de.....de 2005..... Para.....de.....de 2005..... Diretor da Câmara	Adiado em.....de.....de 2005..... Para.....de.....de 2005..... Diretor da Câmara
Encaminhado às Comissões nºs.: 1 e 2	Prazo das Comissões: 17/NOVEMBRO/2005



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
4ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

São Paulo, 07 de outubro de 2005.



Ofício GDF-4 nº 18 /2005
TC-1932/026/2001

PROTOCOLO GERAL
Nº <u>1843</u> / <u>14</u> / <u>10</u> 20 <u>05</u>
CÂMARA MUNICIPAL
JACAREÍ
<i>[Assinatura]</i>
FUNCIONÁRIO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Servimo-nos do presente para comunicar Vossa Excelência que, nesta data, estamos encaminhando à Câmara Municipal o processo original versando sobre a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2001 (TC-1932/026/01), contendo os seguintes volumes:

- TC-1932/026/01 (2 volumes e 7 anexos);
- TC-1932/126/01 – Acessório 1 / Ordem Cronológica de Pagamentos (1 volume);
- TC-1932/226/01 – Acessório 2 / Aplicação no Ensino (3 volumes);
- TC-1932/326/01- Acessório 3 / Lei de Responsabilidade Fiscal (1 volume);

Ao ensejo apresentamos protestos de estima e consideração.

[Assinatura]
Vitor Fernandes Cunha
Diretor Técnico Substituto

Exmo. Senhor
ANTONIOS YASSIF RAAD JUNIOR
DD Presidente da Câmara Municipal de Jacareí



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
4ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO



São Paulo, 07 de outubro de 2005.

Ofício GDF-4 nº 17/2005
TC-1932/026/01

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência cópia dos **PARECERES** emitidos pela Colenda Primeira Câmara e pelo Egrégio Tribunal Pleno, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em Sessões de 19 de agosto de 2003, 27 de outubro de 2004 e 16 de março de 2005, publicados no Diário Oficial do Estado de 30 de outubro de 2003, 08 de dezembro de 2004 e 27 de abril de 2005, respectivamente.

Comunicamos, ainda, que o processo original (TC-1932/026/01, 2 volumes e 7 anexos), bem como o Acessório 1 – Ordem Cronológica de Pagamentos (TC-1932/126/01 – 1 volume); Acessório 2 – Aplicação no Ensino (TC-1932/226/01 – 3 volumes) e Acessório 3 – Lei de Responsabilidade Fiscal (TC-1932/326/01 – 1 volume), estão sendo encaminhados à Câmara Municipal.

Ao ensejo apresentamos protestos de estima e consideração.


Vitor Fernandes Cunha
Diretor Técnico Substituto

Exmo. Senhor Doutor
MARCO AURÉLIO DE SOUZA
DD Prefeito Municipal de Jacareí